



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 23
Horta, Quarta-feira, 20 de Junho de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 50 minutos)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a região, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Luís Medeiros (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Ana Paula Marques (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Cabral Vieira (*PS*), Fernando Lopes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Manuel Silveira (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Ambiente (*Helder Silva*), da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

Posteriormente, passou-se ao **Período da Ordem do Dia** que teve como primeiro ponto o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução nº 17/2000/A, de 19 de Julho e o estabelecimento de prioridades às medidas destinadas a melhorar a operacionalidade do aeroporto das Flores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a sua apresentação, feita pelo Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*) e Herberto Rosa (*PS*).

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi apresentado e aprovado por unanimidade o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão**, oriundo do Grupo Parlamentar do CDS/PP, da **Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas tendo em vista a criação de enquadramento que permita a manutenção do tradicional culto ao Divino Espírito Santo, bem como a realização de actos essenciais que lhe estão associados**.

Procedeu à sua apresentação o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), procedido das intervenções dos Srs. Deputados Luís Medeiros (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Francisco Oliveira (*PS*).

Para uma declaração de voto, usou da palavra o Sr. Deputado José Decq Mota (*PCP*).

O terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi constituído pelo **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução — “Execução do Hino Regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o qual foi retirado a pedido do Deputado José Decq Mota (*PCP*), baixando o diploma à respectiva Comissão.

Posteriormente, esteve presente 3 Petições:

1ª — Petição sobre “Localização do aterro sanitário da Ilha das Flores”.

Usaram da palavra sobre a mesma os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), José Nascimento Ávila (*PS*) que procedeu à apresentação do respectivo relatório, Herberto Rosa (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

2ª — Petição dos utentes e visitantes da Praia do Pópulo sobre a construção de um edifício para habitação na Duna Primária da Praia do Pópulo.

Após a apresentação do relatório da Comissão feita pelo Sr. Deputado José Nascimento Ávila (PS), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (PP), Humberto Melo (PSD), Hernâni Jorge (PS), José Decq Mota (PCP), Vasco Cordeiro (PS), Joaquim Machado (PSD) e Berta Cabral (PSD).

3ª — Petição — Variante à Cidade da Horta.

Feita a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (PSD), proferiram intervenções os Srs. Deputados Renato Leal (PS), Costa Pereira (PSD), Alvarino Pinheiro (PP) e José Decq Mota (PCP).

O penúltimo ponto da ordem de trabalhos foi constituído pela **Proposta de Resolução — “Orçamento Suplementar da ALRA para o ano 2001”**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Por fim, procedeu-se ao debate da **Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que mantenha o regime de frequência opcional da disciplina de educação moral e religiosa em alternativa à disciplina de formação cívica”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão (PP), intervieram no debate os Srs. Deputados José do Rego (PS), Paulo Valadão (PCP), Bento Barcelos (PSD), Francisco Sousa (PS), Joaquim Machado (PSD), Herberto Rosa (PS), José Decq Mota (PCP), Vasco Cordeiro (PS), José Manuel Bolieiro (PSD) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 50 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernando Manuel Machado Menezes

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha

Hernâni Hélio Jorge

João António Ferreira Ponte

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros Chaves

José do Nascimento de Ávila

Lizuarde Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com o Período de Antes da Ordem do Dia, mais precisamente com as intervenções de interesse político relevante para a Região, conforme foi estabelecido na Conferência.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ribeira Grande comemora no próximo dia 29 de Junho, 20 anos da sua elevação à categoria de Cidade.

O preâmbulo do Decreto Regional n.º 9/81/A, de 29 de Junho, que elevou a então “vila-cidade” ao estatuto de cidade, vaticinava que esta iria ver alargados os seus limites e dignificada como segundo pólo de desenvolvimento da Ilha de S. Miguel, tendo por base o seu passado, o seu património e a sua vitalidade económica.

A cidade, através das suas forças vivas, do poder autárquico, dos governos regionais e dos ribeiragrandenses, modificou-se e cumpriu alguns dos objectivos daqueles que há muito tinham tido a visão de transformar o estatuto e as condições de vida da anterior vila nortenha.

A cidade hoje tem os seus equipamentos culturais, desportivos, educacionais, sociais e de saúde modernizados. O comércio e a indústria ribeiragrandense adaptaram-se e transformaram-se, representando hoje um papel digno de relevo no tecido económico regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ribeira Grande, sede de um concelho com características marcadamente rurais, tem vindo a tornar-se num centro comercial, industrial e de serviços, apesar do seu afastamento das grandes infraestruturas de ligação ao exterior da ilha e da sua proximidade ao principal pólo económico, político e administrativo dos Açores, factores que por si só podem ser inibidores ao seu desenvolvimento.

A terciarização da sua população activa é um indicador das alterações que se têm operado. O sector primário que, aquando da elevação a cidade ocupava uma posição preponderante, ou seja, 42,5%, foi hoje largamente ultrapassado pelo terciário. Contudo, o sector agrícola e as indústrias transformadoras com ele relacionadas, constituem ainda elementos de relevo na economia do concelho, que se têm adaptado com a pujança necessária e a determinação exigidas pela realidade económica regional, como poderá ser observado através dos investimentos feitos nas indústrias de lacticínios e nas explorações agro-pecuárias.

O comércio ribeiragrandense tem-se rejuvenescido, quer através de apostas individuais quer através do Programa PROCOM, que decorreu no passado, e URBCOM, que decorre no momento, programas que desde a primeira hora receberam a adesão dos comerciantes e que contribuíram de forma decisiva para a qualificação e modernização da actividade comercial da cidade. Em breve, o comércio tradicional da cidade será posto à prova com a implementação de uma grande superfície. Mas a dinâmica dos empresários, as características da proximidade cliente/consumidor que apresenta aquele tipo de comércio, bem como a sua especialização, poderão ser elementos suficientes para afastar as dificuldades que se adivinham para este sector. Serão também importantes as obras a decorrer no Mercado Agrícola, há muito desejadas e prometidas, que, através da sua modernização, abertura diária e localização, potenciarão o comércio tradicional.

A indústria da Ribeira Grande, que no passado foi referência pelas suas fábricas de têxteis, tabaco, chicória, chá e licores, apresenta hoje novas dinâmicas dado que se concentra no concelho um grande número de indústrias da construção civil e outras actividades a montante deste sector (extracção de britas, serração de basalto, produção de betões, etc.), bem como as indústrias de lacticínios já referenciadas anteriormente. Integrado no perímetro da cidade localiza-se o único Parque Industrial da Ilha de S. Miguel. Após vários anos de inércia, fruto de um planeamento duvidoso, acessos problemáticos, demora na infraestruturização, poderá ser no próximo futuro, uma área dinamizadora da instalação de um conjunto de actividades industriais, que em complemento com a zona industrial sul, sita à estrada regional da Ribeira Grande, irão traçar novos rumos para este sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do turismo, a Ribeira Grande tem sido pouco atractiva para os empresários da hotelaria, como se poderá verificar pelos investimentos previstos para a Ilha de S. Miguel. Isto, apesar do seu património ambiental, arquitectónico, festividades e outras manifestações tradicionais, e até mesmo equipamentos, como o Teatro há pouco recuperado, que é uma importante infraestruturização para a realização de congressos e outras actividades sociais e culturais. Com duas pequenas residenciais familiares e alguns equipamentos de turismo de habitação diluídos pelo concelho, não se poderá combater um turismo de passagem, que não valoriza as potencialidades tanto da cidade como do conjunto do concelho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dar seguimento a um desenvolvimento económico, social, cultural e propiciar uma efectiva qualidade de vida urbana, assim como ultrapassar muitos dos constrangimentos até agora verificados, torna-se imperioso dotar a cidade dos principais instrumentos de planeamento territorial. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao Plano Director Municipal, que se encontra a elaborar há mais de oito anos, tempo mais que suficiente, para estar em condições de ser aprovado. O Plano de Urbanização da Cidade e o Plano de Salvaguarda da Zona Histórica da Cidade, serão peças importantes para um planeamento integrado de desenvolvimento e preservador do património, bem como instrumentos de orientação quer para privados, quer para poderes os autárquicos.

A candidatura da cidade ao Programa Polis — Programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, será uma fonte de financiamento importante, mas não suficiente, para a valorização da frente de mar, há muito desejada pelos ribeiragrandenses, para requalificação urbana e ambiental das zonas adjacentes, com habitações degradadas ou de valor arquitectónico pouco

expressivo, para o reordenamento da orla costeira de Santa Iria à Ribeira Seca, para recuperação e ordenamento da Ribeira Grande, para a criação da zona balnear, para o saneamento básico. Aqui, gostaria de realçar que só em relação ao saneamento básico, a Ribeira Grande, hoje, ainda não possui a sua ETAR, ou seja, a sua estação de tratamento de águas residuais.

A cidade necessita ainda de renovar os espaços da zona histórica, o mobiliário urbano, a iluminação, recuperar a Casa de Natividade para Museu da Emigração e Biblioteca Municipal, ampliar a Casa da Cultura, aumentar os seus espaços verdes e zonas de lazer e melhorar a circulação viária dentro da cidade.

Muitas dessas necessidades há muito foram diagnosticadas e fizeram parte de sucessivos programas camarários. Todavia, a sua implementação tem sido adiada, visto que dos milhões anunciados todos os anos, a realização concreta fica-se muitas vezes pelos 40 ou 50%: A título de exemplo poderia citar um excerto do parecer do Tribunal de Contas relativo à conta de 1999 da Autarquia:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Cite o Governo Regional!

O Orador: Já falamos disso!

“Constituindo o investimento municipal uma vertente de actuação estratégica para qualquer município, afigura-se que os significativos desvios apurados a este nível podem ser indiciadores do adiamento do processo de desenvolvimento concelhio e da consequente melhoria da qualidade de vida das respectivas populações.”

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Apenas para prestar um esclarecimento.

Acabámos de ouvir a intervenção do Sr. Vereador da Câmara da Ribeira Grande,...

Deputado José Rego (PS): Com muito gosto!

O Orador: ... da oposição, que é candidato à nova edilidade na mesma posição.

Com um discurso destes, continuará a ser vereador da oposição.

Espero que nessa qualidade possa dar um contributo para que essa realidade que tem hoje a Ribeira Grande, ainda possa ser melhor no futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para esclarecimentos.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu, neste momento, quis relembrar os 20 anos da minha cidade que tenho muito gosto em pertencer. Se faço parte da minha autarquia, tenho muito gosto em lá estar, até mesmo na oposição. Diz que sou candidato, eu ainda não sei se sou, mas o senhor diz que sim, é que sabe, eu não sei. Portanto, se eu for, logo se verá.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é que disse “quando estiver”!

O Orador: Para já, eu não sou candidato.

Neste momento, homenageio a minha cidade que faz 20 anos e tenho muito gosto em pertencer a ela. Ela tem sentido progressos nesses 20 anos, não só pelo poder autárquico como eu referi no meu discurso, como também pelo apoio do Governo Regional e que eu já referi aquando do Plano a Médio Prazo.

Deputado Joaquim Machado (PS): Ao longo destes 20 anos!

O Orador: Agora, sinto algumas necessidades na minha cidade que têm sido lentas em se satisfazer. Gostaria que fossem mais rápidas.

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Eu não vou ter 4, vou ter 6. Tenho pena de terem tirado o aeroporto da minha cidade, porque o aeroporto devia ter sido lá.

Tenho dito.

Presidente: Não tenho mais inscrições. Não sei se há mais candidatos para prestar esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Candidatos a candidatos!

Deputado Mark Marques (PSD): Candidatos há, mas é diferente!

Presidente: Temos muito candidatos nesta Sala.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros para uma intervenção.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No passado sábado, alertado por algumas pessoas para uma situação anómala que se desenrola actualmente nas Sete Cidades, visitei detalhadamente aquele vale. Foi triste o espectáculo que vi e que reputo de calamitoso.

Ao chegar à Vista do Rei, constatei que, na outrora paradisíaca paisagem que daquele local se costumava desfrutar, até agora *ex-libris* das belezas naturais de São Miguel, as duas lagoas, então uma verde, por reflectir as tonalidades das suas margens, e a outra azul, por reflectir a cor do céu, deram lugar a duas lagoas igualmente tintas de um horrível tom amarelo-acastanhado, que lhes confere o ar de um lamentável pântano.

Desci ao vale e, percorrendo as margens das lagoas, pude observar de perto o fenómeno responsável por um tal espectáculo — a proliferação de milhões de partículas de uma substância castanha, gelatinosa, que flutua a meia água e que se deposita nas margens, tudo colorindo de amarelo castanho.

Ontem, ao ver o Jornal da Noite, na RTP-Açores, pude constatar que o fenómeno, pela sua invulgaridade, alarmou também a população da freguesia, mas que se encontra esclarecida a sua causa. Trata-se de uma alga.

Leigo e não dispondo de quaisquer conhecimentos sobre a matéria, interrogo-me se um tal fenómeno será causa ou efeito da eutrofização. Seja o que for, as suas consequências parecem-me temíveis.

Para além da notória poluição das margens, uma tal substância deverá também depositar-se no fundo das lagoas, em quantidades enormes, acelerando, com certeza vertiginosamente, o processo de eutrofização em curso.

Este, por sua vez, parece evoluir com uma rapidez crescente, já que de alguns meses a esta parte se tem assistido a uma degradação cada vez mais notória do estado das lagoas.

A continuar esta evolução, e com os sinais que começam a ser evidentes — proliferam as nuvens de mosquitos por todos os lados — temo que, a breve trecho, as Sete Cidades possam vir a tornar-se mesmo num lugar insalubre.

Será que não temos estado demasiadamente confiantes, como se dispuséssemos de todo o tempo deste mundo para estudar a melhor solução para este problema?

Vê-se que o processo de eutrofização avança todos os dias, inexoravelmente, seguindo o seu caminho, que mais não é do que a consequência do ambiente que criámos e, o que é pior, persistimos em manter.

Continuamos a assistir à realização de concursos para estudar o problema nas suas mais diversas vertentes, desde a caracterização e o ordenamento da bacia hidrográfica aos meios de revivificação das águas. São, de facto, instrumentos de trabalho indispensáveis, mas a verdade é que os anos passam, as soluções tardam, e no terreno nada se faz ou se altera, a não ser o estado das lagoas que todos os dias vão morrendo.

Pergunto-me por que razão, enquanto se aguardam os resultados de todos estes trabalhos, não se tomam outras providências para, pelo menos, atenuar ou atrasar o processo.

Pela urgência que julguei merecer a abordagem deste tema nesta sessão da Assembleia, não pude dispor do tempo necessário para a obtenção de elementos quantificados com rigor, mas creio não estar longe da realidade se atribuir uma área bastante superior a um milhar de alqueires à pastagem que despeja directamente para a lagoa. Estimo, por defeito, em mais de 200 toneladas as quantidades de adubos fosfatados e azotados utilizados anualmente nessas pastagens, das quais uma grande parte vai também directamente parar às lagoas o que, num ano chuvoso como o que corre, poderá talvez ser a causa do fenómeno que agora se observa.

No que respeita às zonas onde desaguam os cursos de água torrencial, e tanto quanto se possa ver, nada está sendo feito para evitar o assoreamento, em um deles já perfeitamente evidenciado por uma recém-formada ilha de areia.

Creio firmemente que enquanto se esperam as soluções e os meios para o tratamento das águas das lagoas, o agravamento do seu estado de saúde deve ser sustido, parecendo evidente, a um leigo como eu, que um tal objectivo passa obrigatoriamente por um conjunto de medidas que urge ter a coragem política de assumir já, pois mais tarde poderão ser inúteis porque as lagoas morreram.

Falo concretamente do recurso à experiência de outros que já lidaram com os mesmos problemas e cujo sucesso talvez nos possa ser útil; falo da desincentivação, reconversão e até mesmo da interdição da produção pecuária e agrícola em determinados locais sensíveis, feita naturalmente com a participação motivada dos agricultores abrangidos, devidamente esclarecidos e com a correspondente compensação da perda dos seus rendimentos; falo da florestação obrigatória das áreas julgadas convenientes, incentivando os proprietários a recorrerem aos programas comunitários existentes para esse efeito e, em último caso, recorrendo à expropriação, quando julgada imprescindível; falo finalmente da construção de bacias de retenção torrencial eficazes nos cursos de água conhecidos e estudados.

A agricultura e os agricultores não são inimigos do ambiente e da paisagem, antes pelo contrário. Porém, na busca do sempre necessário equilíbrio, haverá muitas vezes que promover a extensificação ou a reconversão das produções. Nesses casos, é imprescindível cuidar da criação de alternativas para que aqueles que se encontram instalados e venham a ser afectados por essas decisões, não vejam diminuídos os seus rendimentos e as suas hipóteses de progresso e possam assim, aderir convictamente aos projectos a implementar. Se há alguma situação onde esse desiderato é imperioso e possível, é nas Sete Cidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No meu percurso pelo vale das Sete Cidades, que conheço como a palma da minha mão desde que me conheço, vi ainda outras coisa de que não gostei.

— Vi turistas, em passeio a pé junto às margens da lagoa, serem incomodados por jovens que, nas suas motorizadas, em alta velocidade, levantavam poeira, poluindo com um ruído ensurdecidor um ambiente que devia ser tranquilo, pondo até em risco a segurança física das pessoas;

— Vi uma estrada na Península, local onde só se devia entrar a pé;

— Vi automóveis na estrada que margina as lagoas, sem que as regras de circulação estejam estabelecidas. Diga-se aliás que, em muitos troços desta estrada, a circulação de veículos com motor, sejam eles quais forem, devia ser absolutamente interdita.

— Vi manadas de vacas em pastos a escassos metros da lagoa e agricultores zelosos tratando das pastagens e dos seus campos de milho com o indispensável “salitre”. E nem num caso nem noutro podemos censurá-los, pois as alternativas não lhes foram criadas.

— Não vi ninguém que me parecesse ter qualquer função de vigilância e de controlo das margens das lagoas.

Quando mais tarde perguntei pela entidade com responsabilidades nestas questões que tenho vindo a referir, mencionaram-me a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, através dos Serviços Florestais e de Desenvolvimento Agrário, a Secretaria Regional do Ambiente pela Direcção Regional do Ordenamento e dos Recursos Hídricos, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos pela Direcção Regional das Estradas e, com certeza, também a autarquia.

E falaram-me também do Plano Operacional para a Recuperação das Lagoas, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, do Plano de Desenvolvimento Rural, da Comissão de Acompanhamento das Lagoas e da Comissão de Acompanhamento Técnico.

Pergunto, porém, se não estaremos perante um daqueles casos típicos de dispersão de atribuições, onde há muitos a pensar e nenhum a executar.

Será que não merecem as Sete Cidades um Gabinete Coordenador de Emergência único, dotado dos quadros técnicos e executivos e dos meios necessários, sentando à volta da mesma mesa todos os departamentos e parceiros envolvidos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não sou, nem gosto que me chamem de alarmista. Seja-me pois permitido sugerir-vos um passeio às Sete Cidades para verificarem e avaliarem *in loco*, com os vossos próprios olhos, aquilo que vos contei.

Termino, confessando-vos que temo que a nossa geração fique apontada na história destas ilhas como aquela que não foi capaz de preservar e legar aos vindouros o património paisagístico e ambiental que herdou das gerações que a antecederam.

Por tudo isto faço o apelo:

É preciso salvar as Sete Cidades, se é que ainda vamos a tempo!

Disse.

Deputados Mark Marques e Bento Barcelos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Luís Sequeira da Medeiros, de fazer algumas observações e, desde logo, aproveito esta oportunidade, porque não é a primeira vez que eu oiço dirigentes, pessoas com responsabilidades dentro de outros partidos e, neste caso, dentro do PSD, fazerem acusações que eu, de certa forma, até considero quase, diria, lisonjeiras. Faz-se planeamento, fazem-se planos, fazem-se estudos. Eu gostaria de dizer que nós estamos a planear.

Também gostaria de dizer que, em conformidade com aquilo que é o Programa do Governo e em conformidade com aquilo que vem plasmado no próprio Plano a Médio Prazo, faz parte da política deste Governo estruturar o sector ambiental e estruturá-lo a partir do planeamento, planeamento esse que, infelizmente, durante muitos anos não tivemos na Região.

Diria mais: penso que seria oportuno, em vez de se apontar o dedo à Secretaria Regional do Ambiente e dizer que estão a fazer planos, porventura dizer-se que havia necessidade de outras entidades, designadamente autarquias, também avançarem para o planeamento que é fundamental para aquilo que é a ocupação do território, aquilo que é as construções que todos nós vemos de forma anárquica, um pouco por todo o lado, devido a essa ausência de planeamento.

Gostava de dizer mais. Gostava de dizer que efectivamente nós estamos a planear o ambiente nos Açores, mas estamos a trabalhar para além do planeamento.

A este propósito e a propósito das lagoas, gostaria de referir que nós temos vindo a construir nos últimos meses, no último ano, um conjunto de bacias de retenção que são fundamentais para resolver o problema da eutrofização.

Eu disse, e quero reiterá-lo nesta Assembleia, que estas intervenções ao nível das bacias de retenção, resolvem cerca de metade do problema da eutrofização.

Efectivamente, estamos a avançar com a construção de uma comporta na Lagoa das Furnas, que, aliás, vinha a ser discutido já há longos anos a necessidade de se construir a mesma para extrair o fósforo em profundidade. Permite intervenções curativas — digamos — nesta bacia hidrográfica. Nós vamos ter a comporta. Ela vai estar concluída este ano.

Também temos um laboratório móvel que foi adquirido o ano passado, na anterior legislatura.

Efectivamente, estamos a trabalhar no sentido de corrigir aquilo que são os usos do solo na envolvente das lagoas. Estamos a fazê-lo, desde logo, à partida, naquilo que é fundamental fazer-se, que é proporcionar aos nossos agricultores, uma compensação financeira que seja convidativa para que eles efectivamente dêem outros usos aos solos.

Nesse âmbito, como aliás foi anunciado recentemente, o Plano de Desenvolvimento Rural que previa apoios no montante de 450 euros para os agricultores que quisessem fazer agricultura biológica, neste momento, os agricultores que queiram fazê-lo nas bacias hidrográficas das Furnas e Sete Cidades, vão passar a ter apoios no montante de 900 euros. Isto é fundamental para se resolver o problema, porque naturalmente nós não podemos convidar os agricultores a mudar as suas práticas agrícolas, sem que em paralelo lhes ofereçamos aquilo que são condições financeiras convidativas.

Relativamente às Sete Cidades, muito brevemente gostaria de dizer que — já tive oportunidade de dizer isso através da comunicação social e penso que essa situação foi referida pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, na altura eu não estava na Sala — há dias verificou-se umas manchas

que resultam de um muco que é produzido por umas algas chamadas cianofíceas. Isto é uma situação recorrente, acontece todos os anos e não constitui um perigo para a saúde pública.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Gostaria de aproveitar esta oportunidade, na sequência daquilo que disse publicamente e também para descansar os Srs. Deputados, para dizer que não há qualquer tipo de perigo.

Porém, reconheço que esta situação tem a ver com o problema da eutrofização que, infelizmente, tem muitos anos, daí esta situação se observar há longos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros para mais esclarecimentos.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de afirmar que não fiz acusações nem aponte o dedo a nenhuma Secretaria em especial. Eu fiz constatações.

Efectivamente, conheço muito bem as Sete Cidades e fiquei assustado quando cheguei à Vista do Rei, porque não são manchas Sr. Secretário Regional, as duas lagoas estão completamente castanhas. As margens estão poluídas da tal substância mucosa ou gelatinosa, como quiser chamar.

Julgo que V. Exa. acabou por referir a questão que levantei aqui. Há outras entidades que também têm que concorrer para o ordenamento e a melhoria das Sete Cidades, mas tem que haver, na minha opinião — e perdoar-me-ão — um gabinete coordenador que detenha a batuta. Julgo que neste momento, todos os trabalhos que estão a ser feitos estão bem, mas, no fundo, no terreno, nós não estamos a ver nada. V. Exa. falou em bacias de retenção e eu vejo a lagoa cada vez mais assoreada.

Eu estou a falar do caso específico das Sete Cidades, não estou a falar das Furnas onde julgo que recentemente tem havido algum sucesso.

Neste momento as Sete Cidades são a minha preocupação. Nós começamos a ver nos locais onde desaguam os cursos de água, ilhas de areia e de pedra pomos, onde começam a nascer os juncos, onde o ar de pântano começa a ficar absolutamente evidente.

Entretanto, os estudos levam tempo.

Já tivemos um Governo Socialista de 4 anos, vamos a metade do primeiro ano do segundo Governo Socialista e pergunto que medidas foram tomadas no terreno, nas Sete Cidades, para atrasar ou evitar que o processo de eutrofização prolifere até que venham a ser tomadas as decisões definitivas e de fundo que todos nós reconhecemos que são necessárias.

A sensação que fica para nós, leigos, é que as lagoas todos os anos estão correndo, mas todos os anos continuam a entrar centenas de toneladas de adubos, milhares de metros cúbicos de materiais inertes nas suas águas.

Quanto à questão da substância que lá está, a mim não me preocupou a saúde pública, porque constatei que de facto não há nenhum problema com a saúde pública, ninguém se queixou da utilização das águas. O que me aflige é a saúde das lagoas e qual o efeito que a médio e longo prazo essas imensas toneladas de matéria orgânica — no fundo é de matéria orgânica que se trata — depositadas no fundo das lagoas, quantos mais metros se vão aproximar da superfície e quanto mais anidrido carbónico por putrefacção vai produzir no fundo.

Essas são as preocupações e julgo que é urgente tomar medidas no terreno para atrasar todo este processo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para esclarecimentos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de me regozijar com o facto de neste último plenário desta Sessão Legislativa termos visto, da bancada do PSD, alguém se pronunciar sobre questões do ambiente, depois do silêncio que pudemos constatar, quer na discussão do Programa do Governo, quer na discussão do PMP e Plano de Investimentos para este ano.

Sr. Deputado Luís Medeiros, vou referenciar exclusivamente as questões relativas à vigilância que o Sr. Deputado aludiu na sua intervenção.

Foi com o VII Governo Regional que se alterou o Estatuto da Guarda Florestal, permitindo que esta tivesse intervenção ao nível da vigilância em questões ambientais.

Foi com o Governo do Partido Socialista que se abriu um novo curso para formação de mais 38 guardas florestais nesta Região.

Foi com o Governo do Partido Socialista que se abriram os cursos de vigilantes da natureza.

Antes de 1998 não havia nada, nem ninguém que garantisse a vigilância da natureza nesta Região.

Foi com o Governo do Partido Socialista que se adaptou à Região o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, através do Decreto Legislativo Regional 14/2000/A, que veio permitir a criação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, enquanto planos especiais de ordenamento.

Foi com o Governo do Partido Socialista que se fez tudo isto.

Continua a existir e será com o Governo do Partido Socialista que se irá criar um corpo legislativo consistente para as áreas classificadas desta Região.

Deputado Ana Paulo Marques (PS): *Muito bem!*

O Orador: O que temos neste momento criado pelos Governos do PSD dá naquilo que dá e nas preocupações que o Sr. Deputado manifestou naquela tribuna.

Foi também com o Governo do Partido Socialista que se realizaram acções de sensibilização e de aconselhamento dos agricultores, no que diz respeito às práticas agrícolas a ter naquelas áreas e concretamente no que diz respeito às adubações e ao tipo de adubação.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

O Orador: Foi com o vosso Governo, com o Quadro Comunitário negociado por V. Exas. que, no âmbito das medidas agro-ambientais se criaram medidas de retirada de terras que não cativaram um único lavrador, um único agricultor.

Deputada Ana Paula Marques (PS) e Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros para mais esclarecimentos.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer aqui que efectivamente o PSD pode ser culpado de todos os males desta Região.

Deputado Hernâni Jorge (PS): De muitos!

O Orador: Eu até diria mais: a Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, é mais culpada do que o PSD e, talvez antes da Junta Geral, quem não florestou devidamente as margens da Lagoa das Sete Cidades, talvez foi mais culpado.

O que é certo é que estamos quase há 5 anos de Governo Socialista e eu ainda não vi todas essas medidas, que V. Exa. aí enunciou, produzirem qualquer efeito prático no que respeita às Lagoas das Sete Cidades.

Eu ia sendo atropelado por um jovem numa motorizada a fazer corta-mato na península quando passeava a pé.

Eu vi pessoas que se queixam de nem poder abrir as janelas das suas casas de veraneio, porque os carros passam em alta velocidade na estrada entre as casas e as margens da lagoa.

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): Esses problemas só surgiram agora?

O Orador: Eu vi, apesar das práticas agrícolas terem sido estabelecidas por V. Exa., a 30 passos medidos da margem da lagoa um agricultor a quem não censuro, repito, a pôr o salitre no seu campo de milho que lá está plantado.

Deputado João Cunha (PSD): E os guardas que não estavam lá!

O Orador: Eu vi vacas — tenho aqui as fotografias se V. Exa. quiser eu posso entregar-lhe — a 10 metros da lagoa, com sala de ordenha instalada, com a acumulação dos estrumes que existem sempre à volta de uma zona de concentração de animais, e não vi guardas florestais.

Deputado João Cunha (PSD): E os guardas que não estavam lá! Que desgraça! Devem ser guardas socialistas!

O Orador: O que eu quero dizer, Sr. Deputado, é que essas medidas podem ser todas muito bonitas.

Eu tive o cuidado de enunciar todos os planos que me parecem existir, o que é certo é que no terreno a Lagoa das Sete Cidades, a cratera das Sete Cidades, continua, de ano para ano, num estado de degradação cada vez pior. É só isso que lhe digo.

Sr. Deputado, eu tenho muito prazer em convidá-lo a vir dar um passeio comigo às Sete Cidades e eu mostro-lhe exactamente tudo aquilo que estive a dizer.

Disse.

Deputado João Cunha (PSD): Esse passeio vai ser para procurar os guardas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha intenção de intervir neste debate, contudo, permita-se-me, muito brevemente, que faça dois comentários e depois peça um esclarecimento.

Nós, nestes 8 meses de funcionamento desta Legislatura, quase que já nos habituámos — e julgo que isso não é bom — a que o debate parlamentar tenha tendência quase sempre, para uma dualidade de acusações de responsabilidades (você são os responsáveis, os outros são os responsáveis, etc.) esvaziando as questões que são tratadas ou tendencialmente esvaziando as questões que estão em debate.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Penso que isto é um procedimento que não enriquece o debate parlamentar. Era este o primeiro comentário.

O segundo comentário vai no sentido de manifestar total apoio pela preocupação que o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros aqui veio trazer, porque essa preocupação passa por todos nós. Ver agravar-se a situação daquela lagoa, da das Furna e outras, tem que gerar preocupação.

Eu não duvido que o Governo Regional e o partido da maioria tenham essa preocupação, pelo contrário. Aliás, estou convicto pela legislação criada, pelas atitudes tomadas, pelas declarações feitas, pelos documentos escritos, que há essa preocupação.

Posto isto, passo ao pedido de esclarecimentos.

Pergunto ao Governo Regional, mais precisamente ao Sr. Secretário Regional do Ambiente, se assim o entender, se a sugestão lançada da necessidade de haver um gabinete coordenador das acções específicas e de emergência até, para aquela lagoa, se é uma sugestão que está ou não nos horizontes, nas preocupações ou na disponibilidade do Governo para analisar?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo directa e objectivamente à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Decq Mota, eu dir-lhe-ia que efectivamente não foi considerada essa necessidade. Não foi considerada a necessidade e a possibilidade de se criar um gabinete neste momento.

Gostaria de dizer, como aliás foi reconhecido — e eu agradeço nesse âmbito as suas palavras Sr. Deputado — que todo o processo de resolução de planeamento e de resolução efectivo dos problemas das lagoas estamos a dar conta. Nós estamos a conversar frequentemente com os nossos parceiros sobre aquilo que estamos a fazer e estamos a corrigir eventualmente o que esteja menos bem.

Isto está ser discutido no âmbito de uma comissão que foi criada para o efeito, a Comissão da Lagoa das Furnas e das Sete Cidades. Penso que no âmbito dessa Comissão, dado o acompanhamento que ela garante e a própria existência da estrutura da Direcção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos na própria Ilha de São Miguel, não me parece, sinceramente neste momento, que haja qualquer tipo de necessidade de se criar um gabinete coordenador das acções que estão a ser realizadas, tanto nas Furnas como nas Sete Cidades.

A coordenação está a ser garantida pelo Governo Regional de forma concertada com os nossos parceiros, que vão desde as Organizações não Governamentais de Ambiente aos próprios parceiros da agricultura que, aliás, se têm sentado nas nossas reuniões e com eles temos conversado também sobre a necessidade de alterar práticas agrícolas nas margens dessas lagoas.

Sendo sucinto na resposta, é isto que me cabe, neste momento, dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Quando se fala de que os parceiros agrícolas estão sentados nas Comissões, pergunto se o produtor agrícola das Sete Cidades, aquele que tem a vaca ao pé da lagoa ou que espalha o adubo nas criações ou na seara, tem alguma mensagem de que o seu procedimento e a sua prática agrícola, que faz muito compreensivelmente para obter o máximo rendimento da terra que dispõe, está a prejudicar a Lagoa das Sete Cidades?

Nas minhas caminhadas pela freguesia das Sete Cidades — que como disse e repito, conheço muito bem — ninguém me fez constar que alguém alguma vez tivesse aparecido junto da população local, a esclarecer fosse o que fosse. É isso que a mim me assusta.

Quando eu falo de um gabinete coordenador, falo de um gabinete que também tenha funções executivas, porque nós andamos ali nas margens da Lagoa das Sete Cidades e não vemos um único sinal de trânsito, não vemos uma única proibição de acesso a veículos com motor, não vemos — peço imensa desculpa ao Sr. Deputado Hernâni Jorge — um único guarda florestal e vou lá com alguma frequência. Nunca os vi lá.

A minha pergunta vai no sentido de saber, em relação a essas comissões que estão efectivamente a estudar o problema sobre o ponto de vista teórico, qual a sua ligação ao terreno? Qual a ligação à população das Sete Cidades? Que tipo de mensagem é que está a ser passada?

No fundo, isso é que é essencial. Enquanto isso não existir, os adubos vão continuar a correr para dentro da lagoa e os metros cúbicos de inertes vão continuar a assorear as margens da lagoa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Eu, na minha primeira intervenção, referi uma coisa que ao que me apercebo agora, o Sr. Deputado não terá ouvido.

Foram realizadas em conjunto, pela Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário e pela Direcção Regional do Ambiente, acções de sensibilização e de aconselhamento dos agricultores quanto às práticas agrícolas a tomar naquela zona em concreto.

Também queria aproveitar este momento para agradecer e aceitar desde já o convite dirigido pelo Sr. Deputado para irmos visitar as Sete Cidades, no momento em que parece que os Deputados do PSD fazem muita questão em se fazer acompanhar, por estas ilhas fora, pelos Deputados do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas, na sequência daquilo que foi dito, e que respondeu pelo menos parcialmente à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, dizer que no passado foram feitas acções de sensibilização juntos dos agricultores.

Gostaria de dizer que no presente também estão a ser planeadas acções de sensibilização para os agricultores e gostaria de reiterar aquilo que disse no início da minha intervenção, ou seja, temos prioridades.

Se bem me lembro, numa conversa que tivemos aqui há uns 4 meses atrás, nesta mesma Assembleia, perguntei clara e objectivamente ao Sr. Deputado — e não me lembro de ter obtido uma resposta na altura — qual era a posição que defendia relativamente à abordagem a fazer na resolução desta situação, dos usos que são feitos dos solos nas margens das lagoas.

Mas passando por cima desta questão — se quiser responder terei todo o gosto naturalmente em ouvir a sua resposta — voltava à minha intervenção inicial para dizer que temos prioridades e essas prioridades inscrevem-se naquilo que é a eficácia da intervenção.

Numa perspectiva de eficácia de intervenção, as acções que neste momento estão em curso — porque estão em curso bacias de retenção, construção da comportas, limpeza de algas nas Sete Cidades e as bacias de retenção incluem também a própria Lagoa das Sete Cidades — resolvem, objectivamente, mais de 50% do problema da eutrofização das lagoas.

Gostaria também de aproveitar esta ocasião, porque foi dito que a situação da eutrofização está a piorar, está a degradar-se, para dizer que nós devemos ter muito cuidado naquilo que dizemos e na forma como o dizemos. Devemos procurar sempre ser objectivos e sustentar aquilo que dizemos.

Penso que quando se diz, como o Sr. Deputado disse, que a situação está a degradar-se, está-se a fazer uma afirmação vã, porque duvido que disponha dos elementos que nos permitam fazer um apreciação daquilo que é o grau de eutrofização das lagoas, tanto das Furnas como das Sete Cidades, mas eu digo-lhe qual é. Em termos de fósforo, o grau de eutrofização anda próximo dos 50 microgramas por litro. É este o número objectivo que nos dá a indicação do nível de eutrofização.

Nós temos, no âmbito do plano que estamos a elaborar, um objectivo claro, que é atingir 20% deste nível de eutrofização.

Não temos a ideia de que com este conjunto de intervenções, vamos resolver com um estalar de dedos a situação da eutrofização das lagoas.

Eu tenho dito com muita clareza — sempre que posso faço-o e aproveito também para o fazer nesta Assembleia — que a resolução do problema da eutrofização das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades, é morosa. A estimativa que nós temos é que para atingirmos este objectivo, 20% do nível — o que corresponderá a nível mesotrófico, um nível de eutrofização intermédia — demorará qualquer coisa como 6 ou 7 anos. Isto são números objectivos.

É evidente que os Srs. Deputados perguntarão: “nós não podemos avaliar, em qualquer momento, se as intervenções que estão a ser feitas, estão ou não a resolver o problema?”

Podemos e vamos fazê-lo.

Naturalmente, daqui a 2 ou 3 anos, contamos que o nível da eutrofização esteja reduzido talvez 50%, ou corresponda a 60% do actual, agora o que não é verdade, é que tenha havido um aumento do problema do grau de eutrofização das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

Gostaria de vos deixar esta afirmação corrigida.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros:

Eu gostaria de entrar neste debate precisamente para lhe dar uma informação que acho importantíssima. Não diz respeito à Lagoa das Sete Cidades, mas diz respeito, por exemplo, à Lagoa das Furnas.

Não adianta continuarmos a enganar-nos e a pensar que nos próximos meses, no próximo ano e que daqui a dois anos vamos ter resultados daquilo que não conseguimos fazer em 40 anos.

Por exemplo, a Lagoa das Furnas, nos últimos 40 anos, recebeu 2 milhões de inertes, o que representa algo significativo.

É evidente que qualquer intervenção, quer na Lagoa das Furnas, quer na Lagoa das Sete Cidades ou noutras lagoas do arquipélago, que neste momento se encontrem ameaçadas, só na próxima década é que vamos talvez recolher benefícios daquilo que é preocupação da minha bancada e do meu Governo. Isto é fundamental.

Relativamente à questão das Sete Cidades, Sr. Deputado, eu também conheço perfeitamente, porque às vezes passo lá alguns fins-de-semana e sei que o anterior Governo assinou um protocolo com a Natura, precisamente para tentar implementar práticas de agricultura biológica.

O senhor, talvez pela sua formação, deve ter muitos mais conhecimentos do que eu nesta área e sabe que práticas ancestrais de agricultura, como aquela que se vive hoje nas Sete Cidades, não é de um dia para o outro que se mudam.

Deputado Joaquim Machado (PSD): No tempo do PSD era!

A Oradora: Temos que ter profundo respeito pelas populações. Este é um processo que tem que ser feito com as pessoas.

Só o desenvolvimento local é que pode permitir uma alternativa.

Não nos iludamos. Esta situação vai ser resolvida por este Governo, porque foi este Governo que criou a Secretaria Regional do Ambiente...

Deputada Berta Cabral (PSD): De boas intenções...!

A Oradora: ... e nós, tal como vocês, também temos grandes preocupações ambientais.

Estamos no terreno e neste momento estão a desenvolver-se estudos nas Sete Cidades para implementar outras práticas que vão permitir recuperar aquele espaço, mas isso faz-se com as pessoas.

As autarquias, as associações de desenvolvimento local, as associações não governamentais também têm uma palavra a dizer, porque nós, em primeiro lugar, temos o cuidado de respeitar profundamente as populações. Nós não vamos implementar nenhuma medida que faça com que os habitantes das Sete Cidades não queiram viver naquele espaço. Nós queremos, com eles, construir um modelo de desenvolvimento.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que uma das grandes preocupações do Partido Socialista — e nós vamos ganhar essa batalha! — é o desenvolvimento sustentável.

O Sr. Deputado sabe que para se implementar isso não é num ano nem em dois.

Sejamos sérios:

Não podemos exigir ao Governo que em 4 anos resolva todos os problemas a este nível. Isto é um problema que nós iremos resolver a médio prazo e assumimos isso. Não pode ser hoje, nem amanhã.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em parte, a minha intervenção pode estar prejudicada por um pequeno lapso da Mesa que não teve em devida consideração o momento em que fiz sinal para a minha inscrição. O seu objecto reportava-se à penúltima intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Todavia, nenhuma gravidade decorre daí, até porque o uso da palavra, neste momento, até me permite fazer algumas considerações sobre outras intervenções que se seguiram neste intervalo, nomeadamente esta última da Sra. Deputada do Partido Socialista, que reportou-se designadamente àquilo que está a acontecer — suponho — para agrado de todos nós, alguns sinais de recuperação da Lagoa das Furnas.

A este propósito convém lembrar que uma parte inegável dessa recuperação se deve a um projecto de arejamento que está a ser feito naquela lagoa, que foi da responsabilidade dos Governos Regionais do PSD, com o suporte técnico e científico da Universidade Nova de Lisboa que, na altura, foi objecto de muitas críticas, nomeadamente de algumas associações não governamentais. Uma delas integrava o então hoje Secretário Regional da Agricultura e Pescas que, a alguns meses atrás, como Secretário Regional do Ambiente, não extinguiu esse projecto, bem pelo contrário, prudentemente e bem, deu-lhe sequência. Pelo menos aí foi ponderada e meritória a sua presença nessa Secretaria Regional, porque deu continuidade a um projecto que tinha uma substância técnico-científica, suponho que inquestionável, da Universidade Nova de Lisboa e, nomeadamente, de alguns especialistas que um destes dias tive o gosto de verificar através da participação num workshop promovido pela actual Secretaria Regional do Ambiente.

Portanto, sobre a validade técnica desse projecto não me parece que haja grandes dúvidas ou reparos a fazer.

Reparo há sim, e foi um lapso de informação que transmitiram à Sra. Deputada Ana Paula Marques, em relação aos 2 milhões de inertes. Não foram 2 milhões, isso seria muito pouco e a situação estaria muito melhor, provavelmente terão sido 2 milhões de toneladas de inertes e isso sim é que provocou realmente esse grande problema.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Metros cúbicos!

O Orador: Ou metros cúbicos, também pode ser, mas como eu não recebi o seu telefonema a dar essa informação, nem tive o gosto de receber aqui ao lado o antigo Sr. Secretário Regional da Agricultura a transmitir essa informação, naturalmente também não a tinha com toda essa precisão.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, ex-titular do ambiente, que devia estar a participar neste debate, talvez pudesse ter feito o esclarecimento e, portanto, não teríamos incorrido nessa imprecisão.

Todavia, Sr. Presidente e para terminar, o meu pedido de inscrição para participar neste debate reportava-se a uma observação feita pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente que me deixou confuso.

Se bem ouvi do Sr. Secretário...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que formulasse a sua pergunta.

O Orador: É exactamente isso que estou a fazer.

... não foi considerada a hipótese de uma coordenação entre as duas Secretarias.

A pergunta que coloco é se não foi considerada, qual foi a finalidade de uma célebre reunião realizada num fim-de-semana nas Furnas entre as duas Secretarias?

Se não foi para esta coordenação, então prevalece a velha tese de que afinal foi para o dito curso de “como convencer os jornalistas”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando fiz todas estas considerações e quando me referi ao estado das lagoas, tive o cuidado de afirmar que o via como um leigo. Portanto, confesso, perfeitamente que não sei se são 50 miligramas por litro, se são 100 gramas por litro. Isso a mim não me diz nada.

O que me diz a mim e a toda a gente que visita as Sete Cidades é ver o assoreamento das margens, é ver a proliferação do junco, é ver os fundos a subirem, é ver a massa verde dos limos ou das algas, se quiserem, a aumentar. Isso é que nos dá, a nós leigos, — e eu tive o cuidado de especificar — a imagem da eutrofização.

Os parâmetros químicos ou bioquímicos, se quiser, dessa eutrofização, claro que é aos especialistas que compete.

Por outro lado, se V. Exa. me permitir, tenho muito gosto em oferecer-lhe um conjunto de fotografias que elucidam bem aquilo que eu disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é preciso, temos aqui!

Deputado João Cunha (PSD): Isso são fotografias de alguns inertes!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, agradecia que não me contem no tempo.

O problema da eutrofização da Lagoa das Sete Cidades não se resume a um confronto de fotografias.

Quanto à questão de me ter colocado uma pergunta, eu não me lembro. Agora, lembro-me de V. Exa. ter dito que também considera fundamental para a resolução do problema das lagoas, e estou a ver o Diário das Sessões, “a eventual reflorestação de uma área razoável, embora o razoável esteja neste momento por definir e também por redução substancial naquilo que é o volume de fertilizantes que são utilizados e de nutrientes que acabam por ser arrastados para a lagoa com os efeitos que todos nós conhecemos”. Foi isto que V. Exa. disse e estou perfeitamente de acordo, mas passou mais um ano, mais uma Primavera, mais uma época de adubação ocorreu sem que nenhuma medida tivesse sido tomada no terreno. Foi apenas isto que eu disse.

Quanto à Sra. Deputada Ana Paula Marques eu referi-me concretamente à situação da Lagoa das Sete Cidades que é aquela que, neste momento, pelo fenómeno que lá existe, veio à luz até da comunicação social.

Quanto à questão da agricultura biológica, todos nós sabemos que numa área como é a área agrícola dentro da cratera das Sete Cidades, é impensável que a agricultura biológica, no curto prazo, venha a poder substituir a actividade agrícola que lá se desenrola. Portanto, outras soluções vão ter que ser

encontradas e não é a celebração de um protocolo com a Natura que vai resolver o problema nos próximos 5 anos.

Há mais uma coisa que gostava de dizer, Sra. Deputada Ana Paula Marques:

Concordando ou não concordando com as posições assumidas pelo Governo, eu julguei que o Governo que ali se senta, era de todos nós, era o Governo dos Açores. Agora ficámos a saber que é só seu, quando refere “o meu Governo”!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Hernâni Jorge (PS): Precisamente por isso é que também é nosso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional DA Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não renego o meu passado em termos ambientalista.

Fui e serei ambientalista!

Estou em condições de poder afirmar que aquilo que o Governo do PSD fez com o arejamento da Lagoa das Furnas, foi um gasto supérfluo, desnecessário e que custou muitos milhares, centenas de milhares de contos à Região, sem qualquer benefício para as Lagoas das Furnas e das Sete Cidades. Isto porquê?

Convém demonstrar com factos e convém que sejamos claros.

O arejamento é um paliativo que não se atacando a causa da eutrofização, era como tomar uma aspirina para deter uma infecção grave, ou seja, pode-se tomar as aspirinas que se quiser, mas enquanto não se debelar a causa, nunca vamos conseguir uma cura.

Mais: o arejamento desacompanhado daquilo que agora se está a fazer e que o meu colega já teve oportunidade de explicar, que é a extracção do fósforo da lagoa pelas zonas baixas, ou seja, a conjugação do arejamento com a extracção do fósforo, é a única medida que podia valorizar o arejamento da Lagoa das Furnas.

Assim, gastou-se dezenas de milhares de contos escusadamente e são os próprios técnicos que o dizem. O tal professor, que citou, teve oportunidade de dizer isso, mas não o deixaram fazer mais, ou seja, não foi possível aos técnicos da altura avançar mais, porque o poder político de então não deixou avançar.

Que fique claro: o arejamento só por si era um paliativo escusado, desnecessário para fazer face à cura e ao processo de reversão da eutrofização.

Agora é fácil fazer-se exames macroscópicos que é aquele que o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros faz às lagoas. Macroscópico significa, como todos sabem, olhar e ver.

Aquilo que o meu colega do ambiente disse e bem é uma coisa, outra coisa é saber as análises, saber em que fase é que estamos, para onde vamos e para onde queremos ir. Esse plano existe.

Eu só intervenho, porque a agricultura obviamente tem muito a ver com essa matéria. Tem a ver com o uso dos solos.

A primeira vez que se fala da eutrofização das lagoas dos Açores, designadamente da Ilha de São Miguel, é em 1976, e foi um professor universitário açoriano.

De 76 até ao VII Governo Regional, não houve nenhum estudo sério — sério, no sentido de apontar as soluções e de avançar na prática com questões concretas.

Sem o plano de ordenamento das bacias hidrográficas, não é possível impor a ninguém um uso alternativo dos solos. Ou seja, o plano de ordenamento das bacias hidrográficas é indispensável para se tomar qualquer medida relativamente ao uso dos solos.

Hoje, nem o Governo, nem nenhum instituto público, nem ninguém publicamente pode obrigar os lavradores a alterar os seus usos. Nós não queremos obrigar, tentamos motivá-los a alterar os seus usos.

Na reunião nas Furnas saíram deliberações concretas sobre a forma de aconselhamento e de acompanhamento dos senhores lavradores, quer das bacias hidrográficas das Furnas, quer das Sete Cidades.

Mais: a questão da Lagoa Sete Cidades é uma questão completamente diferente da das Furnas. Nas Sete Cidades nós temos uma freguesia, temos pessoas que vivem exclusivamente da actividade

agrícola. Não é possível dizer a essas pessoas “tomem lá dinheiro e vão para casa”. Temos que encontrar uma ocupação para as pessoas e essa responsabilidade o Governo não enjeita e, portanto, não avançará de certeza com soluções drásticas e radicais como seja a proibição, sem encontrar alternativas para as pessoas.

Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, diga-me qual é a solução. A bancada do PSD indique a solução.

Temos que encontrar soluções para as pessoas, alternativas para as pessoas para que elas possam continuar a viver onde escolheram viver.

Obrigado.

Presidente: Para o 15º esclarecimento sobre a Lagoa das Furnas, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito breve.

Sr. Deputado Joaquim Machado, eu tenho muito gosto em oferecer-lhe o estudo promovido pela Secretaria do Ambiente e que foi apresentado em Setembro último, no Hotel das Furnas.

Eu não preciso que o Sr. Secretário me dê recados ao telefone. Sou ambientalista há muitos anos e continuarei a sê-lo com muito gosto.

Portanto, vou enviar-lhe uma cópia para esclarecimentos, porque o senhor, de facto, precisa de estudar algumas coisas.

Tudo o resto já foi dito pelo Sr. Secretário. Sendo assim, não vou repetir aqui aquilo que já foi dito.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sou um especialistas técnico de ambiente, nem tenho pretensões em sê-lo.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Mas sabe ler?

O Orador: Sei, sim senhora. Sei muito bem ler e muito mais do que isso até.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Deve saber ler e interpretar também!

O Orador: Nomeadamente interpretar, que às vezes é coisa que falha na vossa bancada.

Também devo dizer que não é pelo facto da Sra. Deputada Ana Paula Marques ou do Sr. Secretário Regional do Ambiente serem ambientalistas, de participarem numa associação, numas conferências de imprensa, nuns passeios, nuns workshops que se tornam especialistas técnicos de ambiente.

Se conseguiram isso, dou, desde já, os meus sinceros parabéns, porque é um mérito.

Nos estamos num fórum político e é neste domínio do político que nós debatemos estas matérias.

Os pretensos esclarecimentos do Sr. Secretário Regional da Agricultura sobre o processo de arejamento da Lagoa das Furnas, levam a formular a seguinte questão:

Esse processo de arejamento está ou não em funcionamento? Se não está, essa convicção corresponde exactamente — espero que tenha sido fundamentada cientificamente — de que se tratava de uma solução que não concorria para a recuperação daquele magnífico património que a natureza nos concedeu. Se está a funcionar, é porque então tinha algum mérito.

Não poderei concluir que a manter-se em funcionamento, os senhores estarão a ser coniventes com esse tal desperdício de muitos milhares de contos.

Se o arejamento era uma aspirina, eu não vou pôr em questão. Os senhores passaram da aspirina ao xarope e a doença continua lá, infelizmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um breve comentário e um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

É óbvio que sei perfeitamente que a situação das Furnas não tem nada a ver com a situação das Sete Cidades. Julgo que a situação das Sete Cidades é, extraordinariamente, mais complexa, na medida em que temos uma população que vive no fundo da cratera, que tem a sua vida à volta da lagoa e ocupa agricolamente todos os solos aráveis do fundo da cratera. Portanto, há aqui uma componente sociológica muito mais árdua, muito mais melindrosa, se quiserem, e que não se pode deixar de ter em atenção.

Os anos vão passando e não sei se estaremos aqui numa corrida contra o tempo.

A verdade é que já lá vão 10 anos e eu não vejo implementar-se uma única medida de prevenção para que o volume de adubos fosfatados e azotados, que entra anualmente naquelas lagoas, seja reduzido.

Quando em Dezembro, na discussão do Programa do Governo, tivemos esta troca de impressões que motivou este esclarecimento do Sr. Secretário Regional do Ambiente, eu dizia que mais uma Primavera ia chegar.

Pergunto: neste momento, aquele fenómeno que lá temos de milhões e milhões de algas a provocar o tal muco que é matéria orgânica, não é uma consequência de novamente terem entrado lagoa centenas de toneladas de adubos?

Quais são as consequências dessa alga que entretanto proliferou, criou o tal muco? Não foi agravar o processo de eutrofização com a quantidade de mais metros de matéria orgânica que fica no fundo da Lagoa que polui as margens?

Eu julgo que até que se tenha todos os estudos, que até que sejam feitas todas as abordagens sociológicas que forem necessárias, há que tomar medidas preventivas e essas medidas passam, efectivamente, por convencer e compensar os agricultores das Sete Cidades da quebra de rendimento que vão ter pela diminuição dos fertilizantes que podem utilizar na suas pastagens. E mais: o maneiio das suas explorações ser condicionado de forma a que a vaca saia de dentro da cratera e que o alimento seja levado ao exterior. Julgo que isso também é capaz de ser possível.

Apenas mais uma questão.

Voltando novamente à agricultura biológica, eu julgo que talvez fosse de ensaiar já a agricultura biológica. Portanto, tentar motivar algumas famílias que ocupam os solos das zonas mais críticas e mais sensíveis para os ensaios de agricultura biológica, com uma forte componente de compensação por perda de rendimentos.

Um último aspecto, a questão do assoreamento da lagoa.

Eu confesso francamente que posso estar enganado, mas eu não vi uma única bacia de retenção feita no perímetro das Sete Cidades. Eu não vi, mas posso estar enganado.

Continuo a ver uma vala de cimento facilitando a escorrência de tudo o que é material inerte, que rodeia a freguesia e que vem daquela zona das Roseiras por detrás das freguesias e do cemitério, e que vem desaguar exactamente na zona da casa da Marconi e do Outeiro da Cabrita, onde já está a tal ilha de assoreamento.

Portanto, se essas medidas não forem tomadas com rapidez, será que não estamos a contribuir para um agravamento de tal ordem do problema que depois vai ser muito mais difícil, senão impossível, restituir vida e o estado anterior às lagoas?

Será que os estudos que já estão feitos — sei que há alguns que já estão feitos — de ordenamento da caracterização da bacia hidrográfica das Sete Cidades não permitiriam, ainda que preliminarmente, identificar zonas sensíveis e actuar pontualmente nessas zonas?

São essas as questões que vos deixo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora esta não seja a casa onde se deva fazer explicações científicas e não sendo eu um técnico na matéria do ambiente, não gostaria de deixar em claro algumas afirmações no sentido de fundamentar e provar aquilo que eu digo.

O arejamento é um processo que para o exame macroscópico funciona perfeitamente bem, ou seja, quando se põe o arejamento a funcionar, o volume algal que agora é visível nas Sete Cidades desaparece. Por que é que desaparece? Porque o movimento ascendente e descendente faz com que o fósforo se deposite no fundo da lagoa, por isso é que eu disse e afirmo que o arejamento só por si é uma aspirina. Não estamos a retirar nenhum fósforo da lagoa, não estamos a retirar nada que contribua para o processo eutrófico. Estamos sim a fingir que desaparece o fósforo da lagoa e que desaparece as algas, porque elas se depositam no fundo pelo movimento rotativo que o arejamento faz na massa de água.

Se isso não é conjugado com a retirada do fósforo que é a estação automática da retirada de água e do fósforo da lagoa, o arejamento é mero paliativo e não resolve nenhum problema da lagoa.

O ano passado, em 11 meses dos 12 do ano, o arejamento esteve desligado porque se gastava cerca de 7 mil contos por mês de electricidade para pagar uma coisa que fazia isso que eu digo, isto é, ficava bonita a vista e depositava o fósforo no fundo da lagoa.

Essa conjugação da retirada do fósforo do fundo da lagoa com a estação automática da retirada da água, é que permite rentabilizar o arejamento. Durante a sua existência nunca foi feito esse processo de rentabilização do arejamento.

Quanto ao volume algal, ele não é nada de mal, não traz mais consequências para a eutrofização. Ele decorre do estado em que se encontra a lagoa. Não piora nem melhora, não traz mais ou menos preocupação. Resulta das diferenças de temperatura que quanto mais quente, aparece nalguns meses e os choques térmicos faz surgir aqueles volumes algais. Não é nem pior nem melhor para o processo eutrófico. Resulta do estado em que se encontra a lagoa.

Não é novo. É velho.

O Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros viu a semana passada, mas eu vejo-o há muitos anos, quer nas Sete Cidades, quer na Lagoa das Furnas.

Portanto, nas Sete Cidades tem surgido agora, porque se corta mais as plantas, as macrófitas que lá estão, porque elas podem absorver alguma parte dessas algas nas suas folhas. Quanto mais se cortar mais vai ver o volume algal.

Quanto à parte mais concreta da agricultura, Sr. Deputado, como sabe o Plano de Desenvolvimento Rural foi aprovado na Comunidade em finais de Fevereiro, se não me falha a memória.

As medidas e os programas agro-ambientais para os Açores, ainda não estão em vigor. Aquilo que nós temos são 900 euros por hectare. Quando for possível essas candidaturas temos a expectativa que os lavradores possam aderir às medidas agro-ambientais e, assim compensados, se possa alterar o uso dos solos nas lagoas.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faz precisamente este mês 9 anos que terminaram as obras de prolongamento da pista do aeroporto das Flores, o qual permitiu um aumento significativo em relação à pista anteriormente existente, tornando mais fácil e segura a operação naquele aeroporto, embora muito ainda se possa fazer naquela infraestrutura; mas não é essa análise o objectivo desta minha intervenção.

Para poder levar a cabo o prolongamento da pista foi necessário eliminar uma rua da Vila de Santa Cruz, com a destruição de habitações e o realojamento das famílias que aí viviam. Foi assim que no local então conhecido por Alfavacas, nas proximidades do cemitério de Santa Cruz surgiram as primeiras casas, embrião do bairro habitacional cujos moradores decidiram que se chamasse "Bairro de Nossa Senhora de Fátima", o qual é constituído por mais de meia dúzia de ruas, onde também se encontra o maior Hotel da Ilha, as instalações da Portugal Telecom, assim como um pequeno supermercado e o único atelier fotográfico das Flores. Este bairro habitado, desde há dez anos, sempre teve uma iluminação muito deficiente, a qual se tem vindo a degradar, ficando algumas ruas às escuras após o rigor do Inverno. Hoje, este bairro, durante a noite, mais parece uma aldeia desabitada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já é tempo do Governo Regional, responsável por este bairro, fazer alguma coisa no sentido destas ruas serem providas da devida iluminação eléctrica. É urgente que de uma vez por todas a Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos termine a obra há tanto tempo iniciada e ainda incompleta; pelo menos implementem a iluminação pública das ruas daquele bairro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há anos que nas Flores um grupo cénico de amadores se dedica a diversas actividades teatrais.

Presentemente esse grupo tem em cena uma revista à portuguesa. Acontece que nesse grupo cénico participam várias pessoas que são funcionários na dependência do Secretário Regional responsável pela Cultura desta Região, por estarem ligados à Escola Básica Integrada das Flores como professores e/ou funcionários.

Acontece que esse grupo cénico necessitava que os participantes usufruíssem **por dois dias** repito **por dois dias**, do direito de dispensa do serviço efectivo de funções para a realização da actividade teatral e fizeram as necessárias diligências nesse sentido. Mas, de acordo com ofício da Direcção Regional da Educação e cito "conforme despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura, de 12-06-2001, aquela actividade teatral não foi considerada de interesse público". E, tem razão a Direcção Regional, porque o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2000/A, de 10 de Maio, no seu Artº 3º consigna que as dispensas dependem da declaração de reconhecido interesse público dos eventos e que essa declaração é da responsabilidade do membro do Governo com competência na área do evento.

Por isso, para o Senhor Secretário, teatro, pode não ser cultura, mesmo que seja levado a cabo numa ilha pequena, isolada e afastada, mesmo que nele participem com esforço e nas suas horas de lazer professores que até o são após as aulas e para além dos muros da Escola, mesmo quando apenas se pedem dois dias e a legislação permite até 24 dias por ano!!!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E as aulas?!

O Orador: Sr. Secretário, depois fale, mas isto a mim não me dá vontade de rir, às vezes dá-me vontade de chorar.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E depois dizem que não riem!

O Orador: Entendi dever trazer aqui esta matéria porque considero que o exercício do poder deve ser criterioso e não arbitrário; porque não aceito que se governe com arrogância, mas que se privilegie o diálogo e o bom senso, porque tenho dificuldades em aceitar decisões precipitadas, antes prefiro atitudes ponderadas e sensatas.

Admito que existam erros, sendo necessário reconhecê-los. Mas, em nosso entender o Sr. Secretário da Cultura não devia ter um conceito errado de cultura.

Disse.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

O Sr. Deputado fez aqui uma intervenção e eu percebo as razões de alguns dos assuntos que apresentou, mas deixe-me prestar-lhe um esclarecimento em relação a essa questão concreta do teatro.

Eu tenho um grande respeito pelo teatro, tenho um grande interesse em que haja um desenvolvimento do teatro em todas as ilhas, particularmente nas mais pequenas, sobretudo nas Flores, tenho um grande respeito pelo trabalho que esses professores e essas pessoas fizeram fora das suas horas de serviço, mas também tenho um grande respeito pelos alunos das Flores e pelos alunos de toda a Região.

Os senhores professores são, em primeira instância, professores. O dar aulas é uma actividade que tem que ser feita nas datas certas, não é como outra coisa qualquer que possamos fazer num dia e não fazer no outro.

Existe, na melhor das hipóteses, 180 dias de aulas no ano. Na verdade, na prática, existem em geral 150, 155 e às vezes 145 dias.

Se um ano tem 365 dias, é fácil fazer a conta e ver quantos outros dias há para que se possa fazer muitas outras actividades.

Por outro lado também, eu falei pessoalmente com um dos interessados nesse processo e sugeri-lhe que fizessem a sua actividade e trocassem a aulas que iam dar nesse dia, por outro dia. Isso foi feito pessoalmente por mim. Foi dito à pessoa — agora não me consigo recordar o nome — e creio que essa sugestão terá sido aceite.

Portanto, não foi inviabilizada a feitura desse espectáculo, foram sim criadas condições para que os alunos não ficassem sem aulas, porque um aluno que fica sem aulas um dia, fica sem aulas esse dia e há uma coisa que creio que estamos todos de acordo, ou seja, é preciso que o nosso sistema educativo funcione com rigor, com qualidade e que existam, de facto, aulas nos dias em que devem existir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação permite-nos divergir um pouco do objecto de intervenção muito pertinente do Sr. Deputado Paulo Valadão, porque são considerações que, de resto, dão alguma forma a uma certa política de zig-zag da Secretaria que continuamos e que continuaremos aqui a denunciar, enquanto ela não for corrigida.

De facto, relativamente ao ano escolar, têm existido estes avanços, estas saídas de estrada, digamos assim, nomeadamente com a definição de alguns princípios, com um exagerado rigor que em nada contribui para o enriquecimento, para a formação das nossas crianças e dos nossos jovens devido a um entendimento inflexível do que devem ser outras actividades extra curriculares, que por vezes concorrem mais para essa dita formação dos nossos alunos, do que a leccionação do seu sentido mais estrito e até tradicional.

Quando falo aqui em zig-zag, é porque o Sr. Secretário um dia diz uma coisa e no dia seguinte, às vezes, faz outra.

Lembro a este propósito que chegou ao ponto de, através do Sr. Presidente do Governo Regional, publicar um despacho concedendo tolerância de ponto a todos os funcionários da administração pública regional, com excepção dos dependentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, ou seja, dos professores e dos funcionários. Mas porque nesse dia 2 de Maio, se a memória não me falha, ou 15 de Junho a tolerância aconteceu e algumas escolas fecharam, a Secretaria Regional deu orientação de que esse dia deveria ser repostado no final do ano lectivo que para alguns ciclos — estou a falar concretamente do 2º e 3º ciclos — significaria não só terminar a 10 de Julho, mas a 11 de Julho.

Houve uma escola de Ponta Delgada que pelas suas características físicas, arquitectónicas e funcionais enviou um ofício à Secretaria Regional a solicitar que o departamento governamental considerasse a falta de condições para a escola funcionar neste período em que o calor vai sendo cada vez maior, em que a humidade se torna insuportável, não sendo as condições para o exercício pedagógico as melhores.

A resposta foi negativa.

Teimou a Secretaria Regional da Educação e Cultura em continuar o ano lectivo até ao dia 10 de Julho...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É evidente. Nós pertencemos à Europa!

O Orador: ... provocando com isso algumas situações caricatas como os alunos do 7º, 8º e 9º anos de escolaridade da Escola Domingos Rebelo terminaram as suas aulas no dia 13 de Junho, por ali se realizarem exames nacionais e a 200 metros, na Escola Básica 2,3 Canto da Maia, os alunos do 7º, 8º e 9º anos, teriam de continuar o seu ano lectivo até ao dia 11 de Julho.

Portanto, não é uma questão pedagógica de percorrer todo o programa, de cumprir um programa, não são os objectivos que estão subjacentes ao ciclo e a esse ano de ciclo que determinam o calendário, porque os alunos do 7º, 8º e 9º anos de uma escola terminaram a 13 de Junho e os outros a 200 metros terão de ir até 11 de Julho.

Voltando ao pedido da dita escola, que foi a Roberto Ivens — se não sabe, o ofício foi dirigido à sua Directora Regional da Educação — a resposta foi negativa.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Eu estive na Roberto Ivens!

O Orador: O senhor esteve lá na Segunda-feira e na Terça-feira fez distribuir uma circular a dizer que sem prejuízo da autonomia das escolas, esta, nomeadamente a Roberto Ivens, já pode fechar no dia 29 de Junho.

Se isto não é zig-zag, diga-me lá o que é que é?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Não é. Mais uma vez o Sr. Deputado é especialista em...

O Orador: Diga lá!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Não vale a pena dizer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado procurou divergir da intervenção para uma matéria que, em meu entender, ele tem todas as possibilidades e o seu grupo parlamentar de o fazer, utilizando o artigo 215º do nosso Regimento, ou seja, a abertura de interpolações ao Governo sobre a política de

qualquer sector. Se o fizer em relação à política do ensino, nós também iremos entrar nessa discussão no momento próprio.

No entanto, interessa-me voltar ao assunto que coloquei na tribuna e à intervenção do Sr. Secretário sobre a matéria, porque penso que a sua intervenção vem confirmar uma suspeita que eu tinha, ou seja, o Sr. Secretário, com arrogância, como disse na minha intervenção, faz pura e simplesmente tábua rasa da legislação aqui aprovada.

Sr. Secretário, se V. Exa. não concorda com a legislação, tem todas as possibilidades, com o apoio do seu grupo parlamentar de, pura e simplesmente, rever a legislação, eliminá-la, porque o Decreto Legislativo Regional 9/2000/A, tem de ser aceite pelo Sr. Secretário. Tem que o aceitar e respeitá-lo.

O Sr. Secretário ao dizer que, na sua opinião, as aulas não podem mudar, não podem alterar-se, o senhor está a pôr em causa a legislação, porque a legislação diz que para actividades desportivas, para actividades culturais, para actividades sociais, os funcionários públicos têm direito a dispensa, com um pormenor, é que o senhor tem que reconhecer que essa actividade é ou não do interesse público.

O que o Sr. Secretário tem que dizer aqui com toda a clareza é se considera que aquela actividade teatral é ou não de interesse público e por que razão é que diz que não é do interesse público. A realidade é somente esta.

O Sr. Secretário não pode, subjectivamente, entender que os senhores professores não são autorizados a dispensa, porque as aulas são imprescindíveis. Todos sabemos que as aulas são imprescindíveis, mas o problema que se põe não é esse.

O problema que se põe é se, concretamente, aquela actividade onde participam os senhores professores, é ou não uma actividade de interesse público.

O Sr. Secretário ao dizer que não é de interesse público, aí, no mínimo, por seriedade de princípios, teria que justificá-lo. É tão somente isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Na verdade, numa outra qualquer circunstância, essa seria considerada, com certeza, uma actividade de interesse público, só que nós estamos aqui perante dois interesses públicos legalmente reconhecidos, legalmente estabelecidos: o interesse público do funcionamento das escolas e o interesse público nessa actividade.

Aquilo que a mim me competiu fazer foi julgar qual destes interesses era mais relevante. Eu considerei e continuo a considerar que o mais relevante era efectivamente o funcionamento da escola e creio que daí não resultou qualquer prejuízo, nem para uns, nem para os outros, porque era claro e óbvio que era possível resolver o problema. Trata-se ainda por cima de aulas à noite e era possível resolver essas aulas noutra hora, noutro dia.

Eu não percebo é como havendo uma percentagem tão pequena de dias em que há aulas, por que é que tinha que ser nesse dia e não podia ser noutro e por que é que não se podia mudar a aula desse dia para outro dia.

Foi nesse contexto e devidamente justificado, que foi tomada a minha decisão.

A decisão teve a ver com a escolha de dois interesses públicos, qual deles era mais relevante e o que era possível resolver. Aliás, foi possível conciliar ambos os interesses.

Eu também gostava de lhe dizer o seguinte:

Eu, como responsável pela educação e como pai, aquilo que me preocupa é quando os meus filhos ficam sem aulas, isso é que é uma grande preocupação para mim.

Aquilo que me preocupa é quando os miúdos vão para a escola, estão na escola e não têm aulas, ou mesmo quando não vão para a escola.

Nós estamos a viver num mundo global.

Os nossos jovens estão a ser comparados dia-a-dia com aquilo que acontece no resto da Europa, no resto do mundo.

Sr. Deputado, mesmo que nós conseguíssemos 180 dias — infelizmente não vamos conseguir nos próximos anos, é um objectivo que temos que lutar para ver se chegamos lá, ou seja, passar dos 145

para os 180 — isso colocaria-nos na média baixa daquilo que é praticado na Europa. Não seríamos os mais baixos de todos, mas estaríamos na média baixa, porque há quem tenha 200 dias.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, esta matéria para mim é de grande preocupação e é nesse contexto que me parece que o funcionamento das aulas é um interesse público que releva sobre qualquer outro. É isso que o decreto diz, diz que eu tenho que reconhecer o interesse público, que eu tenho que julgar o que é que é de interesse público e, neste caso, o interesse público dominante era o funcionamento da escola naquele dia, tanto mais que era possível resolver o problema e creio que foi resolvido.

Muito obrigado.

Vozes dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Desculpe, mas tenho que o contestar veementemente.

O Sr. Secretário, pura e simplesmente, tem que analisar de acordo com aquilo que é legislado e a legislação é clara.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Com toda a legislação, inclusivamente a do funcionamento das escolas!

O Orador: O Sr. Secretário não me interrompa, por favor. Depois intervém!

O que a legislação diz com toda a clareza, é que há que reconhecer o interesse público do evento.

O senhor, perante o evento, tem que reconhecer se é ou não de interesse público.

Efectivamente, o senhor para não autorizar a dispensa, tem que reconhecer o evento como não tendo interesse público. A legislação é clara, não há possibilidade de duas interpretações, só há possibilidade de uma interpretação.

O Sr. Secretário pode não estar de acordo que os professores participem em actividades culturais, participem em actividades sociais, participem em actividades desportivas, mas assumo isso com toda a clareza.

Outro aspecto, é que o Sr. Secretário tem um conceito de escola medido à escala, um conceito de escola medido a horas lectivas, medido a dias lectivos.

Eu também sou pai, fui educador e considero que as aulas são importante, tal como a escola, mas não considero que a escola é importante em função do número de dias, bem pelo contrário, há pedagogos que consideram que efectivamente “quando a escola massacra os alunos, essa escola transfere esses alunos em potenciais inadaptados sociais”. São palavras que não fui eu que as inventei, foram escritas por pedagogos com muita importância.

O que é fundamental é tornar a escola atractiva, o que é fundamental é que essa escola esteja ao serviço dos jovens e das crianças e essa escola para estar ao serviço dos jovens e das crianças, não pode ser uma escola somativa de horas de aula, tem que ser uma escola atractiva, uma escola com interesse.

Por outro lado, essa escola também tem que ser um meio dos professores se sentirem realizados e para a realização dos professores, muitas vezes não é necessário só que sejam capazes de dar aulas, é necessário que estejam integrados na sociedade em que efectivamente estão a viver.

Aquilo que se passa com o novo conhecimento deste invento e de outros possíveis inventos como de interesse público, é efectivamente um contributo do Sr. Secretário no sentido de que essas pessoas não se sintam introduzidas no meio social, não se sintam à vontade nesse meio social.

Assim, Sr. Secretário, em nosso entender, está a prejudicar a escola, está a prejudicar as crianças, está a prejudicar os jovens e está a prejudicar a sociedade em que essa escola se insere.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 5 minutos.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 40 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Somos diariamente confrontados com a evolução de alguns indicadores económicos como a taxa de desemprego trimestral, o índice de produção industrial, o PSI20 ou a previsão da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para um determinado ano. Não negando a sua importância, como elementos de apoio à tomada de decisão por parte dos agentes económicos no curto prazo, tais movimentos constituem, em geral, somente pequenas ondulações em redor de uma tendência de longo prazo. É o que se passa com o crescimento económico, cuja vaga, ao contrário do que por vezes se tenta fazer crer, não tem qualquer representação no curto prazo. A Comissão Europeia é, no Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social, bastante clara no que toca a este assunto. Uma leitura atenta deste relatório é, até pela razão agora apontada, de extrema utilidade.

O PIB aumentou em Portugal, em termos reais, mais do que quatro vezes entre 1960 e 1999. No mesmo período, o PIB real triplicou no conjunto dos países que constituem a actual União Europeia. Em grande parte devido a este diferencial de crescimento, o PIB per capita passou, em Portugal, de 40.1% da média da União Europeia em 1960 para cerca de 75% em 1999. Mas, tal evolução não se fez de forma linear, ou seja, sem altos e baixos. Existiram e continuam a existir ciclos económicos.

Uma simples análise econométrica, baseada em dados disponíveis para as últimas três décadas e realizada por mim, aponta para uma taxa de crescimento do PIB de longo prazo em Portugal — a qual resulta expansão da capacidade produtiva —, igual a 3.2%. Para a União Europeia, obtive uma taxa de 2.3%, sendo que os resultados traduzem, assim, um diferencial de 0.9 ponto percentual a favor de Portugal.

Contudo, é fácil verificar que a taxa de crescimento efectivamente verificada se desvia, normalmente devido à influência do ciclo económico, da tendência. Por exemplo, e para o caso português, ela foi inferior a 3.2% entre 1981 e 1985. Foi superior a 3.2% entre 1986 e 1990. Voltou a ser inferior entre 1991 e 1995. Voltou a superar aquela cifra entre 1996 a 1999 e, com a mesma regularidade de sempre e a avaliar pelas previsões de diversas organizações, pode situar-se de novo abaixo nos próximos tempos. É, pois, questionável que o actual abrandamento do ritmo de crescimento económico seja encarado como uma anomalia, devendo antes ser considerado como uma situação de curto prazo, talvez inevitável. Pode até, nalgumas perspectivas, constituir um mal necessário!

Defendem muitos especialistas em crescimento económico que é nos períodos de abrandamento ou recessão que se dão as grandes reestruturações que permitem, posteriormente, os ganhos de produtividade necessários para colocar de novo a economia num processo de crescimento acelerado. Quem é que não se lembra do forte crescimento económico registado em Portugal na segunda metade da década de 80, mas antecedido de uma forte crise aquando da implementação do segundo plano de estabilização com o FMI na primeira metade da mesma década? Não foram apenas os fundos da CE e as políticas do Governo de então que proporcionaram aquele crescimento. Uma boa parte do processo teve origem nas medidas adoptadas — não sem elevados custos sociais! — antes de 1985, embora este facto seja esquecido e o mérito daquele crescimento seja, quase na totalidade, mas de forma injusta, atribuído à governação da altura.

Sr. Presidente, Sras. e Ss. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Importa também referir que, se se concretizarem as actuais previsões, não é a primeira vez que crescemos abaixo da média da União Europeia. Aconteceu, e para mencionar apenas alguns exemplos recentes, em 1993 e em 1994. Mas, uma vez mais, o que interessa é a tendência. Com altos e baixos, continuamos, ao nosso ritmo, a convergir para a média da União.

É necessário, no entanto, assinalar que ao longo das últimas três décadas não houve uma alteração estrutural na nossa tendência de crescimento. As elevadas taxas verificadas na segunda metade dos anos 80 resultaram, como disse, da conjugação de alguma reestruturação económica levada a efeito na primeira metade daquela década e duma política de expansão da procura agregada através dos

fundos vindos da Comunidade Económica Europeia. O processo foi, contudo, como todos se lembram (ou deviam lembrar-se) transitório e esgotou-se em cerca de quatro anos, por volta de 91. Em 1993 o crescimento real do PIB foi mesmo negativo.

Alguns testes estatísticos mostram que a tendência de 3.2% ao ano não foi, ao contrário do que seria desejável, alterada ao longo do tempo. E, com a manutenção de um diferencial médio de crescimento do PIB per capita de 0.9 ponto percentual em relação à União Europeia, atingiremos, sob algumas condições de regularidade, a média deste espaço dentro de cerca de trinta anos.

De resto, não vale a pena confundir curto e longo prazo, conjuntura e estrutura, ciclo e tendência. Além disso, há que dar tempo ao tempo. Olhar apenas para o presente, com base em números da conjuntura, anunciar a divergência com a União Europeia, lançar a confusão e apregoar a desgraça, como tantas vezes acontece, sem atender às equações que comandam a nossa evolução económica, não me parece útil nem sequer correcto.

Confesso, contudo, que paira no ar alguma incerteza. O alargamento da União produzirá, com a entrada de países com baixo nível de desenvolvimento, um enriquecimento artificial do grupo que compõe os actuais países pobres desse espaço económico, onde se encontra Portugal. Com este processo, o grupo dos mais pobres passará a ser formado por novos países, com baixos níveis de desenvolvimento e bastante necessitados de formação e de infraestruturas. Não é, deste modo, difícil de antever uma redução dos fundos destinados ao grupo formado pelos actuais países da coesão.

A forma como a nossa economia se vai comportar neste novo contexto, irá depender em larga medida da aplicação que foi dada a vinte anos de intenso financiamento comunitário. A questão que se coloca é, acima de tudo, a de saber se tais fundos terão contribuído para gerir a procura agregada — nomeadamente expandindo-a —, ou se terão tido efeitos estruturais profundos através da expansão da oferta agregada — ou seja, da capacidade produtiva.

E, a este nível, importa reter que o progresso técnico, a formação de capital fixo e a qualificação dos recursos humanos — através da educação e da formação profissional —, são as principais fontes de aumento da produtividade e, portanto, de crescimento económico. Aliás, a tecnologia é endógena e a sua implementação requer sempre recursos humanos adequadamente qualificados. Existe até quem defenda, de forma correcta, que o cimento do crescimento e da convergência assenta fundamentalmente no capital humano. O segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social afirma mesmo que, para que a convergência do PIB per capita entre regiões aconteça, se torna necessário que as disparidades de dotações de capital humano, ou seja, de qualificação da mão-de-obra, sejam eliminadas ou, pelo menos, fortemente reduzidas. Esta ideia constitui, aliás, a medula das modernas teorias do crescimento económico. (Um desafio interessante, para quem se preocupa com questões de convergência, é olhar para as diferenças salariais, ou de produtividade, e para as diferenças do nível médio de qualificação dos recursos humanos entre diferentes países e ver como a relação de um para um surge de forma natural e espontânea).

Sr. Presidente, Sras. e Ss. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Obviamente que muito do que aqui foi dito também se aplica aos Açores. A convergência com o restante território nacional e com a União Europeia constitui um desígnio importante. Os elementos promotores do crescimento passam, também aqui, pela inovação tecnológica, pela formação de capital fixo e pelos recursos humanos.

Existem contudo restrições e especificidades que não podemos ignorar, nomeadamente a dimensão, a dispersão e a distância ao exterior. Por exemplo, a reduzida dimensão faz com que recursos valiosos, mas limitados, só possam ser plenamente utilizados por mercados distantes que solicitam a sua mobilização.

Poucas possibilidades de diversificação da actividade produtiva, sobreexploração de alguns recursos, fragilidade dos ecossistemas, reduzida dimensão do mercado local, dificuldade da mobilização de capital de risco, falta de trabalho especializado e a existência de deseconomias de escala na prestação de muitos serviços essenciais, constituem alguns elementos comuns à maioria das pequenas economias arquipelágicas.

Tudo isto faz com que a convergência constitua uma tarefa possível, mas seguramente mais difícil. O apoio externo, nacional ou Europeu, constitui, para o caso da Região Autónoma dos Açores, um elemento de crucial importância em todo o processo. Tem sido assim e espero que continue a ser.

Depois de 2006, no que respeita aos fundos comunitários; para breve, na sequência do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para um esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta ocasião, em primeiro lugar, porque pelo comportamento da Casa e pela hora, deduzi que a intervenção do meu companheiro de bancada não iria ter réplica nesta Casa. Eu não posso deixá-la passar porque, de facto, é uma intervenção de boa qualidade, é uma intervenção séria, é uma intervenção fundamentada e é, sobretudo, uma intervenção que nos obriga e nos deveria obrigar nesta Casa, a reflectir sobre assuntos que são extremamente importantes para os Açores.

O que foi aqui apresentado, contradiz — e eu também fiz questão em intervir agora — algumas afirmações que eu já ouvi referidas hoje neste plenário, de que aqui só se discutia política ou devia discutir-se fundamentalmente política, presumo daí também que, às vezes, política partidária. Eu acho que sim, que se deve discutir política, mas acho também que a política tem que ter fundamentos e tem que ter bases científicas.

A intervenção agora registada — e mais uma vez a aplaudo — tem esse caris.

Depois, porque no momento que corre, e face às dificuldades das diversas economias europeias e também da economia americana, se tem ouvido dizer muita coisa e, sobretudo, muita coisa que releva nalguns casos, eu diria mais da oportunidade ou mesmo do oportunismo político, do que da seriedade das análises.

Reflexões aqui feitas sobre a taxa de crescimento de longo prazo e sobre a evolução cíclica do crescimento da economia, ajuda a assentar alguma poeira da discussão que às vezes se faz aqui.

Por outro lado também, permite chamar a atenção para que os efeitos de reforma estruturais, de reformas de fundo, não se façam sentir no curto prazo.

Queria chamar a atenção para uma reforma que está a ocorrer e que vai continuar nos próximos anos, que é a adesão ao euro, do qual já tivemos alguns efeitos, que são efeitos de curto prazo e que eu diria de curto prazo no sentido de alguma consolidação orçamental, alguns efeitos no que respeita ao controlo da inflação.

Mas os verdadeiros efeitos, os efeitos de longo prazo da adesão ao euro, ainda não os estamos a sentir e são fundamentalmente aqueles que derivam da eficiência dos mercados.

Nós vamos viver, como vivemos já parcialmente no que respeita à criação de um mercado único e introduzido aquando da presidência do Sr. Dellors, de boa memória, na Presidência da Comissão Europeia. Nós vamos senti-lo, espero eu.

Por último, gostaria de referir que o meu companheiro de bancada alertou referindo-se não só há economia em geral portuguesa, mas também à açoriana, que do ponto de vista da convergência, temos de ter em atenção factores de fundo na evolução da economia e que alguns deles estão sobre o nosso controlo.

Falou, nomeadamente, sobre o efeito de capital humano na taxa de crescimento de longo prazo. Daí que eu queria chamar a atenção também para isso e para algo que tem vindo a ser citado, nomeadamente, por pessoas e por especialistas que ocuparam cargos de responsabilidade. Refiro-me às intervenções, nomeadamente que têm vindo da área do PSD e do Professor Cavaco Silva, e que depois têm sido amplificadas pelo PSD sobre os efeitos benéficos de choques fiscais.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

De facto, o que se passa hoje em dia e a alteração que se verificou na Irlanda, tem muito pouco a ver, do ponto de vista do longo prazo e do médio prazo com o choque fiscal. Tem sim a ver com a profunda alteração no sistema de formação e no sistema de ensino que a Irlanda fez há mais de 10 anos e que hoje em dia está a colher os benefícios. Ou seja, a atracção de capital internacional, nomeadamente de capital americano para a Irlanda, não tem a ver, fundamentalmente, com benefícios de curto prazo, porque não é isso que as grandes companhias procuram, mas sim com a

existência de um mercado de trabalho estável e de uma mão-de-obra perfeitamente adaptável com a vantagem de uma língua.

Termino, Sr. Presidente e voltarei a intervir, se for caso disso.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados estamos muito próximos da nossa hora regimental.

Vamos encerrar aqui os nossos trabalhos. Retomamos às 15 horas para continuarmos no período de antes da ordem do dia até às 16 horas, segundo fui informado, de acordo com a conferência.

Muito obrigado. Bom almoço.

(Eram 13 horas)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RECADOS DA ILHA

É sobretudo nesta Casa, que se deve debater, discutir ideias e projectos do presente, para que se possa criar melhores perspectivas de desenvolvimento, e o bem estar de um futuro mais risonho.

Trago hoje a esta Câmara, algumas das muitas preocupações dos Jorgenses.

A população que me elegeu por aquele círculo eleitoral, assim o espera e o exige.

Nos primeiros 8 meses desta legislatura, diversos foram os assuntos por mim levantados, quer em intervenções, quer através de requerimentos.

Penso ser esta a forma de uma oposição construtiva, que reconhece o que está bem, lembra e relembra aquilo que continua mal, e sobretudo apresenta alternativas, e não apenas, a **prática da crítica fácil**.

Esta é uma missão, que em meu entender deve ser permanente e sobretudo, insistente.

Um dos sectores que tem preocupado ultimamente os Jorgenses tem sido o da **Saúde**.

Está consagrado na Constituição da República Portuguesa, o direito que todo o cidadão tem, à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

Compete ao Estado, e neste caso à Região, garantir o acesso de todos os Açorianos, independentemente da sua condição económica, ou geográfica aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

A deslocação de doentes para fora da Ilha de São Jorge, tem sido, nos últimos tempos, uma “**dor de cabeça**” para aqueles utentes que infelizmente têm de se deslocar.

A Portaria nº 68/94, de 02 de Dezembro, regula a deslocação de doentes na Região Autónoma dos Açores, para o Continente e para o Estrangeiro.

Vários são os utentes que têm periodicamente de ir a consultas, e fazer exames de rotina.

São as chamadas consultas subsequentes.

De acordo com a alínea b) do nº 1 do art.º 12, da referida Portaria, é da responsabilidade dos Hospitais a deslocação dos doentes em consultas subsequentes.

Como atrás referi estas deslocações infelizmente têm causado muitas dores de cabeça aos utentes.

Os sempre emperrantes e burocratas de serviço, fazem com que os doentes tenham conhecimento da consulta e do embarque, apenas a escassos dias da mesma, encontrando-se muitas vezes, já no aeroporto, sem que tenham o bilhete de embarque.

Estas situações de “**pouca funcionalidade**” e “**terceiro mundistas**”, provocam graves problemas aos doentes, considerando que se trata de uma deslocação para consultas, exames ou tratamentos e não uma viagem de recreio ou férias.

Nos últimos anos os Jorgenses, também têm assistido à saída de vários médicos da Ilha, o que, como é evidente, perturba o bom funcionamento dos serviços nos Centros de Saúde.

Equipamentos para exames complementares de diagnóstico, apesar de várias vezes anunciados, nunca chegaram e temos como exemplo o Equipamento de Raio X, para o Centro de Saúde de Velas.

Sra. Secretária dos Assuntos Sociais (que infelizmente ainda não chegou à Sala):

A saúde em São Jorge está doente!!!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Para que fique registado!

O Orador: Para que fique registado, Sr. Secretário, porque o que se passa aqui deve ficar registado.

Nós não exigimos milagres, porque até compreendemos que, por exemplo, arranjar mais médicos não é tarefa fácil, mas há que criar formas de os incentivar, a virem para os Açores e para as “*Ilhas da Periferia*”, como é o caso da Ilha de São Jorge.

Por outro lado, não é admissível que o serviço de deslocação de doentes funcione tão mal.

Aí, Sra. Secretária (que continua ausente), não é necessário milagres, mas sim **vontade e coragem política**, para acabar com esta situação.

A humanização e o atendimento nos serviços de saúde tem de merecer por parte da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, uma maior atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sector dos transportes, falemos de Portos, nomeadamente o **Porto Comercial de São Jorge — Velas e Porto de Recreio das Velas**

Nos últimos anos o movimento de mercadorias no Porto Comercial de São Jorge — Velas, tem aumentado significativamente.

Basta olharmos para os dados que referem que o movimento de navios neste porto, triplicou nos últimos dez anos.

Se o Governo quiser ver com olhos de ver, com certeza não poderá negar que é necessário que se implante uma medida rápida para o aumento deste Porto Comercial.

É urgente por isso clarificar já esta ampliação, correndo o risco de não a fazer, hipotecar o futuro desta Ilha, tendo reflexos negativos na actividade comercial e económica da Ilha.

O Porto de Recreio das Velas, terá de ser encarado como um investimento que irá trazer mais-valias para a ilha, criando mais postos de trabalho e toda uma actividade, que gira à volta desta infra-estrutura.

Existem a operar, só no Porto das Velas, cerca de 60 a 70 embarcações de recreio locais.

No período de Verão (Maio a Setembro) este número aumenta, com a passagem de embarcações vindas de outras ilhas, sobretudo do triângulo (Faial e Pico).

Vários foram os dias em que assisti, e infelizmente assisto, a embarcações estrangeiras que fazem intenção de aportar, mas como não existe nem espaço, nem condições, zarpam e vão para outras paragens e somos nós, os açorianos, e neste caso concreto os Jorgenses, que ficam a perder.

Ainda na semana passada aportaram àquela ilha, cerca de 17 iates em regata transatlântica, vindos das Bermudas e com destino ao Reino Unido, que lá foram ancorando na baía para passar cerca de 1 dia, visitando a ilha.

Os comentários destes iatistas era: “A vossa ilha é bela, pena não podermos ter melhores condições de manobra e segurança para termos as nossas embarcações encostadas!”

O programa da visita estatutária do Governo Regional à Ilha de São Jorge, do passado dia 12 e 13 do corrente mês — que afinal não se chegou a realizar devido às condições climatéricas, que fique registado também, não por má vontade do Governo — referia que o Secretário Regional da Economia visitava o Porto das Velas e iria apreciar várias soluções para o **PROJECTO DO NÚCLEO DE RECREIO**.

Pergunto, NÚCLEO DE RECREIO????!!

O que os Jorgenses exigem e penso que merecem um **Porto de Recreio**, ou uma **Marina**. Não apenas um Núcleo de Recreio.

Então uns tem Marinas, outros têm Portos de Recreio e os Jorgenses terão um Núcleo?!

Será que somos filhos de um Deus Menor ?!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretário dos Assuntos Sociais (que já chegou e que fique registado conforme vontade do Sr. Secretário das Finanças),...

(*Risos da Câmara*)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que fique registado que o Sr. Secretário também está presente!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é normal!

O Orador: ... Srs. Membros do Governo:

No sector da **Agricultura**, também está na ordem do dia o **abastecimento de água à lavoura**.

Numa Ilha como São Jorge, em que a sua economia base, assenta na produção de leite e, por conseguinte, no fabrico do “**QUEIJO SÃO JORGE**”, este fabricado com leite cru, o abastecimento de água à lavoura, deve ser considerado uma prioridade, para se poder garantir a higiene e salubridade no fabrico do mesmo.

Em poucos meses e com a chegada do Verão, teremos água em menor quantidade, como é natural.

É durante o Inverno, e sobretudo enquanto não existe a escassez de água, que se deve prevenir as épocas de seca.

Ainda consigo ouvir, algumas vozes (embora muito baixinho), em período de campanha eleitoral (há oito meses atrás) que anunciavam que tinham montado reservatórios, **por tudo quanto era sítio**, com uma capacidade de retenção de água, **coisa nunca vista**.

Afinal, não foi bem assim!

Se acham que não estou a falar verdade então, pergunto onde estão os reservatórios anunciados para (**Rosais** – Cancela Grande, **Santo Amaro** – Macelas, **Manadas** – Cerrado das Covas, e **Nortes** – Outeiro do Bardo)?

O abastecimento de água à lavoura terá de ser de uma vez por todas, encarado como uma **obrigação** e um **dever** da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e não apenas para em época de campanha eleitoral “*fazer acções de marketing político*”.

A autarquia das Velas, já lançou a concurso público, a abertura de um novo furo para captação de água, reforçando o abastecimento de água ao concelho.

Este será um investimento, que rondará cerca de 80.000 contos, onde seria, se calhar, uma boa oportunidade, para que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas entrasse em parceria com a Autarquia e dividissem os custos deste investimento, ficando a lucrar, a lavoura, os municípios, ou seja, toda a população.

Relembro ao Grupo Parlamentar do PS, e sobretudo aos Srs. Deputados do PS, eleitos por São Jorge, que votaram **CONTRA**, numa proposta do PSD, para o aumento de 85.000 contos para o abastecimento de água à lavoura, aquando da discussão do último Plano a Médio Prazo 2001-2004, e Plano 2001.

Infelizmente tudo leva a crer que este ano, será mais um ano com falta de água para o abastecimento à lavoura, e por consequência, também às populações e, com certeza, em ano de eleições Autárquicas estarão “**destacados alguns socialistas da nossa praça**” com a tarefa de **denegrir** a imagem das Autarquias dizendo que a **falta de água** é da responsabilidade das mesmas.

Fica assim feita a denúncia, para arrefecer tal tentação.

Mais uma vez ficamos à espera de que estas reivindicações, não “*caíam em saco roto*”.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para tecer dois ou três esclarecimentos em relação ao que disse o Sr. Deputado Mark Marques.

Em relação ao Porto de Recreio das Velas, nós temos uma solução que aponta para 50 amarrações, mas tal como fizemos no passado na Vila do Porto, na Graciosa e nas Flores, gostaríamos de apresentar o anteprojecto à discussão pública.

Neste processo há sempre diversas opiniões e ainda estamos a tempo de recolher outras opiniões para modificarmos o nosso projecto e para, finalmente, arrancarmos com o Porto de Recreio das Velas.

No que diz respeito a esse porto, nós também estamos a estudar a sua ampliação. Portanto, estamos na fase de estudo, por isso não podemos avançar muito mais, mas estamos a trabalhar nessa área.

Em relação a isso, gostaria também de dizer que vamos fazer, logo que for possível, a assinatura do contrato do Porto da Calheta, o que irá demonstrar a preocupação deste Governo nos transportes e no desenvolvimento desta ilha.

Penso que sobre isso a nossa política é clara em prol do desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Penso que nestes últimos anos temos feito mais do que outros governos fizeram no passado.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Estava tão bem dito. Estragou tudo!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O senhor elencou aqui uma quantidade de questões referentes ao seu círculo eleitoral afirmando que estava aqui a defender o povo que o elegeu.

Gostaria de lhe dizer que o povo que o elegeu naturalmente já não acredita em si e a prova que temos é que o resultado eleitoral do PSD em São Jorge tem vindo sempre a descer. Porquê?

Porque o senhor no passado aprovou aqui paupérrimos planos e orçamentos e planos a médio prazo, com taxas de execução abaixo dos 50%, coisa que agora não se verifica.

Relativamente à questão da saúde, o senhor no passado, quando o PSD governava a Região Autónoma dos Açores, nunca trouxe a esta Casa o problema do Raio X do Centro de Saúde das Velas, mas fê-lo imediatamente a seguir à tomada de posse do primeiro Governo do Partido Socialista.

Relativamente a essa questão, o Sr. Deputado sabe que na última sessão plenária conversámos sobre essa matéria e se quiser usar alguma seriedade nesta matéria, sabe que a questão do Raio X está a ser resolvida e o problema são prazos que temos que respeitar. O Raio X foi posto a concurso, as propostas foram assinadas e agora isto está na fase terminal.

O Sr. Deputado disse aqui na última sessão plenária que estava ao corrente da situação do Raio X e que o processo estava neste ponto, de maneira que agora falando do Raio X julgo que esse assunto está ultrapassado.

No que se refere às consultas médicas, em São Jorge, existem consultórios de especialidades médicas, em ambos os consultórios, e os Centro de Saúde da Ilha de São Jorge têm mandado utentes a consultas da especialidade para esses consultórios, em número significativo. Eu tenho conhecimento dos números e se quiser eu posso fornecê-los.

Relativamente ao Porto de Recreio das Velas, o senhor na discussão do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para o ano 2001, revelou aqui que não tinha tão pouco lido os documentos, porque dizia em relação ao Núcleo de Recreio das Velas, que era um assunto para esquecer — por outras palavras, naturalmente — porque pouco ou nada constava nesses documentos. Isso só revelou que não os leu convenientemente, porquanto o orçamento da Junta Autónoma do Porto da Horta tem 650 mil contos para o Núcleo de Recreio das Flores e da Ilha de São Jorge que, naturalmente será na Vila das Velas.

Mais uma vez trouxe a esta Casa o problema do abastecimento de água à lavoura.

Sr. Deputado, de uma vez por todas vamos encerrar esse assunto e digo-lhe porquê:

Primeiro: os senhores em 20 anos construíram dois reservatórios, um deles na Chã das Lagoínhas que nunca foi abastecido e a responsabilidade do abastecimento desse reservatório depende da Câmara Municipal das Velas. Portanto, há aqui responsabilidades de uma autarquia e é, inclusivamente, a autarquia do concelho onde reside, que fica bem perto da sua porta.

O reservatório da Chã das Lagoínhas, neste momento, está em acentuado estado de degradação e isso resulta do facto da autarquia das Velas não o ter abastecido conforme protocolo que estabeleceu com quem o construiu, ou seja, a Região Autónoma dos Açores.

Quanto àquilo que se fez ao nível do abastecimento de água a São Jorge, o Sr. Deputado seja humilde e reconheça o trabalho que foi feito. Não lhe fica bem essa postura.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Se não sabe, tenho muito gosto em convidá-lo para uma visita ao trabalho que se fez...

Deputado Mark Marques (PSD): Afinal, também gostam da companhia do PSD!

O Orador: ... na rede de reservatórios e de zonas de abastecimento de água à lavoura.

Vou ficar por aqui, porque julgo que o meu tempo esgotou-se.

Terei oportunidade de voltar a estas questões.

Presidente: Sim senhor, já percebemos que vai ser um Verão de grandes passeios em conjunto entre os Srs. Deputados.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não começando por formalizar nenhum convite, mas recordando alguns passos, devo confessar que a Ilha de São Jorge, por razões conjunturais, foi talvez a que nos últimos anos beneficiou de mais apoios relativos à agricultura e à lavoura, ou seja, os compromissos que o VII e o VIII Governos tencionam contrair, estabelecidos com a lavoura, as cooperativas e a Uniqueijo em São Jorge, são de montantes que espero que o Sr. Deputado tenha conhecimento.

Falar de outros assuntos já bem explicados pelo Sr. Deputado António Gomes, julgo que não era necessário, porque a Ilha de São Jorge teve graves problemas ao nível pecuário e teve a colaboração e a compreensão dos Governos do Partido Socialista, que permitiu que ultrapassassem a questão de meses e meses de atraso de pagamentos aos senhores lavradores e isso o Sr. Deputado não reconhece. O que vem levantar é uma questão importante, mas, comparativamente, de somenos importância.

De qualquer maneira, numa visita que tive oportunidade de fazer à Ilha de São Jorge, tive a oportunidade de, em conjunto com as associações agrícolas, combinar com eles mais novos depósitos de água para além daqueles que já havia o compromisso escrito.

Dentro dos que havia o compromisso, o único que ainda está para implantação, é um relativo a Santo António e vai ser cumprido ainda este ano e há um novo que me comprometi com as associações agrícolas que fica em Santo Amaro. Eles próprios é que indicaram qual era o sítio que queriam para a construção destes depósitos.

Naturalmente que o Sr. Deputado não esteve presente nestas reuniões, nem tinha que estar, mas esta Câmara serve para informar que o abastecimento de água em São Jorge merece a nossa preocupação, aliás, decorrente de um trabalho que vinha sendo feito, onde já construímos 4 depósitos na Ilha de São Jorge e mais uma pequena barragem com a ajuda de um Sr. Deputado de ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou-me referir tão somente aos aspectos em que o Sr. Deputado faz considerações sobre algumas anomalias no sector da saúde.

No que se refere a alguns dos aspectos que o Sr. Deputado referiu em relação a São Jorge, penso que vale também a pena chamar a atenção para as anomalias que refere das ilhas mais distantes, mais isoladas. O pequeno, temos que ver em função da população, que é o caso das Flores, por exemplo, onde neste momento se começam a notar algumas anomalias.

Eu gostaria de aproveitar esta ocasião para apelar à Sra. Secretária Regional no sentido de procurar, a tempo e horas, colmatar algumas dessas anomalias.

Aqueles que já estão aqui há mais tempo, como é o meu caso e o do Sr. Deputado que fez a intervenção, recordam-se do tempo de má memória em que era Secretário Regional um ex-colega nossa, da última legislatura, em que as anomalias chegaram a um extremo que levaram, inclusivamente, esta Assembleia a assumir responsabilidades que não eram suas.

Como é um sector muito sensível, como é um sector em que é fundamental estarmos muito atentos, eu penso que valerá a pena pensarmos em evitar que se possam dar situações que vão contra os interesses e os direitos de pessoas que estão fragilizadas muitas vezes pelo facto de estarem doentes. Efectivamente, continuamos com uma situação complicada, que é a da primeira deslocação dos doentes que o Centro de Saúde faz e paga essa deslocação, mas nos tratamentos subsequentes compete ao hospital de zona. Aqui, muitas vezes vemos que há pessoas nos hospitais muito

preocupadas em que os utentes dos Centros de Saúde possam deslocar-se aos médicos que tradicionalmente se deslocam.

Isto é uma situação que para mim foi a origem de todos os males de há 6 ou 7 anos, salvo erro, e que poderá vir novamente a criar situações complicadas, pelo menos no que diz respeito às Flores, porque se um doente está a ser seguido há vários anos por um especialistas, é evidente que resiste — e resiste a meu ver com razão — se o mudam para outro especialista, embora a deslocação para outro especialista possa ser mais próxima ou possa ser no hospital de referência.

São situações que eu tão somente chamava a atenção para elas no sentido de se procurar aumentar ou criar problemas artificialmente, porque penso que não há razão de ser para isso, até porque muitas vezes pensa-se em critérios economicistas e na prática está-se a fazer em sentido contrário. Quando se está a pensar nesses critérios economicistas, se se faz a contabilização de um conjunto de deslocações, o Estado, a Região, acaba por ter que suportar maiores custos do que se efectivamente o doente numa deslocação resolvesse todas as suas situações.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Um outro aspecto que eu já agora gostaria de chamar a atenção é para o cuidado que também penso que poderá haver, ou o maior cuidado que poderá haver, em relação à deslocação de especialistas às diversas ilhas.

É com muito prazer que digo que ainda há relativamente pouco tempo estive um especialista a trabalhar na Ilha das Flores por conta da segurança social. Fez muitas consultas e tudo correu muito bem.

É pena que se verifique que outros especialistas vão exclusivamente através da clínica privada.

Portanto, são situações que penso que também tem que haver cuidado e para as quais eu chamava a atenção.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Economia:

Eu concordei consigo e continuo a concordar — julgo mesmo que é a forma correcta — que, tal como vinha no Programa do Governo, deve-se reunir pessoas à volta de ideias. Eu não sou o mais abalizado, porque não tenho barco nem vou ter, portanto estou à vontade para falar desta matéria.

A minha preocupação em referir que é um núcleo, foi no sentido de não ser “uma coisinha para calar inglês”.

Em relação ao Porto das Velas, esta preocupação é partilhada por todos e não só pelo Grupo Parlamentar do PSD. Espero que na próxima visita possam mais uma vez constatar isso.

Em relação à última frase que mencionou, que nestes últimos anos fizeram mais do que o PSD, eu não concordo com ela, porque não corresponde à verdade.

Eu sugeria que pedisse a casa emprestada ao Sr. Deputado António Gomes, passasse lá uma semanita e aí quem o convida sou eu para mostrar o que é que fez e o que é que o PSD fez.

Em relação ao Sr. Deputado António Gomes, queria perguntar-lhe — e se não quiser responder não precisa — se o convite que me fez é para irmos ver os reservatórios que eu aqui falei e que não existem. Eu não percebi bem.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura quis dar a entender — não me chamou mentiroso e eu também não lhe vou chamar, porque não é meu hábito — que não era bem assim, que na questão do abastecimento de água só faltava um tanque ou outro e que tinha falado com as Associações Agrícolas.

O Sr. Presidente da Associação Agrícola diz que “no abastecimento de água à lavoura, existem alguma tanques para terminar...” — são estes que eu aqui citei, não inventei — “...pedidos feitos ainda no tempo de Fernando Lopes...” — é preciso não estar no sítio para se falar bem — “... e que não foram colocados, ou seja, nada se fez nos últimos tempos nesse sentido.” Foi o Presidente da Associação Agrícola que disse isto, não inventou e que fique bem claro que eu tenho informação destes reservatórios para montar nesses sítios. Eu fui “in loco” ver estes sítios, eles estão lá, têm uma pequena terraplanagem para montar estes tanques.

Já agora, em relação ao abastecimento de água, quero dizer ao Sr. Deputado António Gomes que — e eu não defendo a autarquia das Velas porque não sou vereador, o Sr. Deputado gosta muito de,

quando não tem resposta, desvia, ou “arrota”, passo a expressão, algumas taxas que execução que ninguém percebe ou então vira-se para a questão da autarquia, mas nós compreendemos, porque o senhor viveu tanto tempo na oposição que de vez enquanto esquece-se que desde há 5 anos é governo, mas nós perdoamos isso — o furo está na Vila das Velas e, infelizmente, muita gente da freguesia de Santo Amaro, dos Rosais e arredores tem que descer à Vila, gastar muito combustível para ir buscar água. Por acaso é a autarquia da Velas que tem o furo, que paga o combustível e tudo mais. Não me cabe aqui defender a autarquia, mas é preciso deixar bem claro.

Sobre essa questão do abastecimento de água, já esperava que o Sr. Deputado não me viesse contradizer e esperava também que provasse que as situações que eu aqui trouxe não são verdade, ou seja, que estes sítios onde e aponte que eram para estar colocados reservatórios, eles já estão colocados e que eu estava a mentir, mas não disse isso, portanto consta-se aqui que eu trouxe verdades e eu trago sempre a verdade a esta Casa.

Portanto, a minha intenção é alertar mais uma vez que este assunto não foi resolvido e apelar para que seja.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): A grande questão é que o maior furo que existe em São Jorge é este Governo!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No fundo é para pontuar um bocadinho no sentido de esclarecer alguns aspectos que foram focados aqui pelo Sr. Deputado Mark Marques e pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

É claro que no que diz respeito à deslocação dos doentes nós temos que ter bom senso, atender a situações antigas, especiais, crónicas, digamos assim, e que não vale a pena tentar modificar a atitude, o comportamento do doente, mas tem que ser um número muito pequeno e restrito, porque o nosso investimento — e é enorme — em ter mais especialidades e mais especialistas, tem que trazer o ganho total, porque senão, não vale a pena investir.

Não se pode permitir que às vezes determinadas situações, só porque a pessoa foi por sua conta, fez uma relação com um especialista lá fora, depois venha reivindicar para continuar com a deslocação. Nós temos que ter bom senso nisto e não permitir que se criem novos casos, reivindicando os mesmos direitos dos antigos casos e antigas situações. Eu quero que fique bem claro nesta Casa que isto nós não podemos aceitar.

Creio que não há nenhuma situação neste momento de reivindicação neste sentido, mas como disse e muito bem, é preciso evitar, é preciso ter cautelas e estou aqui para ouvir com muita atenção todos os casos pontuais para esclarecer e poder tomar uma decisão.

A outra situação diz respeito à deslocação dos especialistas.

Temos tentado incentivar cada vez mais essa deslocação para que se possa efectuar trabalho nas duas vertentes, no público e no privado, mas não podemos impedir que um médico tome a iniciativa, se desloque e faça clínica privada.

No que diz respeito a São Jorge e até mesmo às Flores, nós podemos dizer que o número de consultas efectuadas por especialistas tem vindo a aumentar progressivamente, o que significa que esses técnicos tenham aderido aos incentivos para se deslocarem.

Entretanto gostaria de esclarecer aqui o Sr. Deputado Mark Marques que, felizmente, já foi autorizada a abertura do concurso do Raio X. É um investimento que anda à volta dos 30 mil contos.

Portanto, estamos certos que, felizmente, o Centro de Saúde vai ter um equipamento novo, o que era perfeitamente justo e isso faz parte do investimento para 2001, no que diz respeito à Ilha de São Jorge e à saúde.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O Sr. Deputado acabou de prestar a esta Câmara um esclarecimento que ninguém lhe pediu, ou seja, acabou de anunciar que o Presidente da Associação dos Lavradores de São Jorge era um candidato autárquico pelo PSD e explico-lhe porquê. Esse senhor, em público, com testemunhas que lhe posso

apresentar, elogiou o Governo Regional dos Açores pelo belíssimo trabalho que estava a realizar ao nível do abastecimento de água à lavoura. Nós temos um colega Deputado nesta Câmara que estava presente e certamente ouviu essa conversa.

Portanto, há dois meses atrás o Governo estava a fazer um belíssimo trabalho ao nível do abastecimento de água à lavoura e isso foi dito publicamente. Agora, o que se vai fazer nesse âmbito já não tem mérito.

Gostaria de lhe dizer uma coisa completamente diferente, ou seja, de que aquilo que se diz publicamente, vai se confirmar, isto é, esse senhor está a preparar a sua candidatura neste processo autárquico.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que fazem isso!

O Orador: O Sr. Deputado há bocadinho dizia que nos Rosais não há nenhum reservatório. Há lá um reservatório de meio milhão de litros e já o ano passado esse reservatório serviu a lavoura dos Rosais.

Mais: o reservatório do Norte Grande, está há quase dois anos para ser implantado, porque esse Sr. Presidente ainda não definiu o lugar para a sua implantação. Ele não foi colocado no seu sítio, porque o Sr. Presidente da Associação, que o Sr. Deputado referiu, ficou de definir o sítio para o reservatório e até há bem pouco tempo ainda não o tinha feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer duas ou três coisas, uma vez que sou agricultor e vivo na Ilha de São Jorge.

Há algumas situações na intervenção do Sr. Deputado Mark Marques com as quais eu estou de acordo, nomeadamente o Porto Comercial das Velas e o Porto de Recreio.

No entanto, ao nível da lavoura, nos últimos 4 anos, eu acho que muito foi feito na nossa ilha, sobretudo a nível do abastecimento de água. Parece que este assunto é uma paixão do Sr. Deputado, mas também é minha. Eu levei 12 anos garantidos a falar nisto e só consegui, da parte do vosso Governo, uma barragem no Topo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nosso que também foi vosso!

O Orador: O vosso Governo!

Neste momento, como disse o meu colega e muito bem, já existe um reservatório de 500 mil litros nos Rosais, outro na Ribeira Seca de 500 mil litros, existe uma barragem na Ribeira das Romanias, no Topo existe um de 300 mil, nas Manadas acabou-se de colocar um de 300 mil e no Norte, agora que o Sr. Presidente se decidiu onde era o sítio e já tem a terraplanagem feita, provavelmente ele irá para lá.

Quando eu estava na Associação da Lavoura, aproveitando as máquinas dos Serviços Florestais, tentei que se fizesse na zona das Macelas terraplanagem para mais um tanque que era para se instalar numa segunda fase, que penso que vai arrancar rapidamente.

Penso que em relação a isso estamos mais ou menos conversados.

Ao nível das cooperativas penso que este Governo fez muito pelos lavradores de São Jorge.

Acredito e como jorgense acho que se for possível fazer mais, tanto melhor, mas neste momento os jorgenses não são, como o Sr. Deputado costuma dizer, os “parentes pobres”.

Os jorgenses são açorianos iguais aos outros. Neste momento, têm o pagamento do leite em dia como os outros e, felizmente, graças ao Governo dos Açores, ao Governo do PS.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Saúde:

Eu gostaria de realçar um aspecto em relação àquilo que disse sobre a clínica privada.

Eu não tenho nada contra a que qualquer senhor doutor, especialista seja do que for, se desloque às Flores para fazer a sua clínica privada. Até fico muito satisfeito quando isso acontece.

Aquilo que causa alguma estranheza é um senhor especialista desta região se deslocar a qualquer ilha e vá para o centro de saúde apenas fazer clínica privada. Este é um pormenor que causa alguma estranheza, porque quando qualquer doutor ou qualquer técnico, por sua conta e risco, vai exercer a

sua profissão natural e liberalmente pode fazê-lo Agora, pôr o serviço desta clínica privada, neste caso concreto o sector público, sem daí receber nada, isso aí é que me causa estranheza.

Outro aspecto que queria focar, diz respeito à deslocação. Em relação ao que a Sra. Secretária diz da deslocação, eu estou totalmente de acordo. Eu penso que é importante até que haja orientação da parte da Secretaria aos senhores clínicos gerais, no sentido de não criar novas situações. Aí falamos a mesma linguagem.

No entanto, em relação aos casos antigos, aí há que ter muito cuidado e apelo no sentido de haver esse cuidado, para os tratamentos antigos orientados pelos próprios centros de saúde, muitas vezes até em função de clínicos que no passado se deslocaram e que depois continuaram a estar ligados aos seus doentes, às vezes ligações com alguns anos. Penso que em relação a esta matéria estamos a dizer exactamente a mesma coisa.

Há um outro aspecto que há pouco não referi e que agora gostava de referir, ou seja, um facto que causa estranheza aos doentes e às vezes choca-os, isto é, os técnicos de saúde transitam para os funcionários administrativos, competências que apenas competem a eles.

Eu penso que há que haver por parte dos técnicos de saúde um grande respeito pelas suas competências e não se pode de maneira nenhuma transferir aspectos técnicos para funcionários administrativos que têm as suas funções, mas que não são técnicas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou começar do fim para o princípio.

De facto, queria confirmar as últimas palavras do Sr. Deputado Manuel Silveira, ou seja, de que já fala neste assunto há 20 anos. Se quer que lhe diga, o Sr. Deputado tem sido um deputado da conveniência, o senhor sempre falou neste assunto, só que em 96 falava neste assunto no PSD e em 2000 falava neste assunto no PS. O futuro o dirá.

Quanto ao Sr. Deputado António Gomes, gostaria de dizer que vir falar de alguém que não se pode defender, não é meu hábito. Portanto, eu citei um artigo que saiu no Açoriano Oriental, no dia 29 de Maio, cujo título é “Os problemas na lavoura continuam” e diz:

“A lavoura de São Jorge continua a enfrentar diversos problemas a par do que acontece por toda a Região e o Governo Regional não tem dado seguimento àquilo que deveria ter feito — a acusação por parte do Presidente da Associação Agrícola”. Ele fez esta acusação no jornal e eu não faço aqui juízos de valor.

Aquilo que o Sr. Deputado disse, ou seja de que A ou B são candidatos a isto ou àquilo, foi o senhor que o disse e não eu.

Já agora, Sr. Secretário da Agricultura, gostaria de lhe dizer que aquele milhão de contos que o seu antecessor concedeu, e parece que o senhor não gostou muito, foi um “balão de oxigénio”.

Eu nunca disse que tinha sido mau. Eu sempre disse na campanha eleitoral e voltei a repetir nesta Casa que aquilo foi um “balão de oxigénio”.

O senhor sabe que o saneamento financeiro do sector cooperativo não foi feito e não está de saúde. Está como a tal aspirina que se falava de manhã. A aspirina afinal serve, vai tolerando a dor, mas não resolve.

Sr. Secretário, só porque nos deram uma aspirina, nós não podemos falar de outras coisas? Pelos vistos os Srs. Deputados do Partido Socialista reconhecem, e o senhor reconhece, que não foram montados reservatórios.

Portanto, isto dá-me todo o direito de vir aqui levantar esta questão, porque não é uma falsa questão. Eu não estou a fazer acusações, estou a relembrar uma coisa que foi prometida e que é necessária.

Já agora, Sr. Deputado António Gomes, o senhor demonstrou mais uma vez que conhece pouco a sua ilha.

O dos Rosais não está montado. O que o senhor se refere pertence à Beira.

O senhor tem que estudar melhor a geografia de São Jorge, porque aquele reservatório que fica no sítio dos Valados, pertence à Beira.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas serve o concelho!

Presidente: Srs. Deputados, pelo que me informaram, na Conferência de Líderes ficou acordado que o Período de Antes da Ordem do Dia terminaria às 16 horas. Já passa um pouco das 16 horas,

portanto não sei se continuaríamos este debate, uma vez que estão inscritas mais 2 pessoas, ou se terminaríamos peremptoriamente nesta hora.

Os Srs. Líderes Parlamentares o que é que dizem sobre isto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o que tinha ficado acordado, sem prejuízo de ter percebido mal, foi que terminaria uma hora depois do início da sessão.

Uma vez que a sessão não começou exactamente às 15 horas, 10 ou 15 minutos ainda dá para fazer muita coisa.

Portanto, agradecia que fosse uma hora depois do início da sessão.

Presidente: Muito bem. Não era para terminar exactamente às 16 horas, mas sim uma hora depois do início da sessão.

Como começou um pouco mais tarde, vamos terminar este debate sobre São Jorge.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Conferência de Líderes decidiu que era às 16 horas. Não pensou se começava às dez e um quarto, se começava às dez e meia.

Dezasseis horas, é dezasseis horas.

Aliás, por analogia, aquilo que se passa nos outros dias, é que começamos o Período de Antes da Ordem do Dia às 15 e terminamos às 19. Essa foi a nossa decisão na Conferência de Líderes.

Eu penso que não devemos criar precedentes. É às 16 horas, é às 16 horas e acabou.

Eu teria esta posição qualquer que tivesse sido a última pessoa a falar. Até devo dizer que estava ao telefone, nem sei quem foi o último a falar.

Muito obrigada.

Presidente: Como sabem eu não tive na Conferência de Líderes. Portanto, não posso desempatar, mas ao que parece não há consenso sobre esta matéria. Sendo assim, vamos ter que tomar uma decisão aqui.

Não sei se mais algum dos outros Srs. Deputados Líderes Parlamentares se quer pronunciar sobre isso?

Em última análise a Mesa decide.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre esta matéria gostaria de dizer qualquer coisa, por uma razão simples, é que eu na Conferência de líderes defendi esta solução, defendi-a com espírito e gostaria de dizer qual foi o espírito com que a defendi, ou seja, fazer-se uma interpretação regimental por analogia em relação ao que defendemos quando a Sessão começa às 15 horas e termina às 19 horas.

Que se faça essa analogia. Começou às 10 horas, somam-se 4 horas e termina às 16 horas, uma vez que interrompemos para o almoço. O espírito foi esse.

Portanto, dentro deste espírito julgo que às 16 horas tem que terminar, lamentando embora que não tenha começado nem às 10 nem às 15 horas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, apenas para confirmar que esse foi o entendimento encontrado na Conferência de Líderes.

De facto, era para fazer a analogia com as 19 horas, independentemente de intervalos ou de tudo o resto. Portanto, ficou certo que às 16 horas era para terminar.

Presidente: Srs. Deputados, sem embargo de eu ainda pensar que a analogia podia ser feita das duas formas, somando horas ou fixando horas, a Mesa, face a tudo aquilo que aqui foi dito, faz cessar neste momento o Período de Antes da Ordem do Dia.

Passamos à Ordem do Dia.

Como primeiro ponto temos o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução nº 17/2000/A, de 19 de Julho e o estabelecimento de prioridades às medidas destinadas a melhorar a operacionalidade do aeroporto das Flores**, apresentado pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como consta do documento presente à Assembleia, o pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão baseia-se, por um lado, no facto de se tratar de matéria que no essencial já foi objecto de amplo estudo em Comissão especializada desta Assembleia, e por outro, porque temos consciência de que seria importante, neste período legislativo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que o assunto fosse discutido e votado para que a respectiva eficácia se fizesse sentir o mais rapidamente possível.

Portanto, na óptica do CDS/Partido Popular, estamos perante uma situação em que há condições para a sua apreciação e se isso acontecer, no caso de vir a ser objecto de aprovação, haja eficácia da decisão eventual desta Assembleia.

São esses os fundamentos para o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta urgência, na medida em que o assunto refere-se à Resolução 17/2000/A, aprovada por este plenário aproximadamente há 1 ano e, nessa altura, o assunto foi devidamente abalizado, estudado e aprofundado.

Por isso mesmo, pelo facto da matéria já estar estudada e equacionada, julgamos que está em condições de podermos analisá-la em profundidade, daí o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Logicamente também nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência, porque entendemos que as questões de segurança são fundamentais.

A segurança nos aeroportos é muito importante, sobretudo no caso das Flores que é paradigmático, na medida em que se trata do aeroporto mais ocidental da Região e também da zona dos Açores onde as intempéries meteorológicas mais se fazem sentir.

Por isso mesmo, o nosso voto favorável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança do espaço aéreo regional e as condições de operacionalidade e segurança nos nossos aeroportos e aeródromos são questões que, naturalmente e pela mais diversa ordem, a todos preocupam. Portanto, devem merecer a nossa atenção, enquanto responsáveis políticos por esta Região.

Assim sendo, e tendo em conta que o objecto da Proposta de Resolução, ora apresentada pelo CDS/PP, já foi amplamente debatido, quase que diria mesmo escalpelizado, conforme se pode constatar pelo relatório que a Comissão de Economia produziu há cerca de um ano atrás, o Partido Socialista não só está disponível para fazer a discussão da Proposta de Resolução de imediato, como para votar favoravelmente o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pelos proponentes.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao ponto seguinte, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional um conjunto de medidas tendo em vista a criação de enquadramento que permita a manutenção do tradicional culto ao Divino Espírito Santo, bem como a realização de actos essenciais que lhe estão associados**, apresentado pelo CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste caso, trata-se também de matéria que na óptica do CDS/Partido Popular é do conhecimento desta Assembleia. Se dúvidas houvessem, ainda ontem, no Período de Antes da Ordem do Dia, houve oportunidade de haver alguma troca de impressões neste Parlamento sobre esta matéria, inclusivamente com um esclarecimento do Sr. Secretário Regional da tutela, pelo que, na nossa perspectiva, o assunto está em condições de poder ser debatido no Plenário da Assembleia, havendo também, por outro lado, todo o interesse em que eventuais efeitos práticos da mesma resolução, possam ser o mais rapidamente possível objecto da recomendação que é feita.

Por conseguinte, entendemos que estão reunidas as condições básicas para pedir a urgência e a dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós julgamos que o tema é actual e a sua discussão oportuna.

Considerando ainda o teor da Proposta de Resolução em apreciação, julgamos que se justifica a urgência e o pedido de dispensa de exame em Comissão.

Nesses termos, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós também vamos votar favoravelmente este pedido de urgência por algumas razões, entre as quais vou destacar o facto de há poucas semanas ter ocorrido o dia do Divino Espírito Santo e nas próximas semanas, até Setembro ou Outubro, se continuar a realizar festejos à volta das irmandades do Divino Espírito Santo.

Portanto, é importante que a matéria possa ser estudada nesta altura.

Já ontem, foram levantados aqui alguns aspectos desta questão, pelo Sr. Deputado do PSD, que provam a oportunidade dela ser analisada neste Plenário

Por outro lado, nos termos da proposta, fundamentalmente, encaminha-se para estudos aprofundados sobre esta matéria. Nós pensamos que é importante que se realizem esses estudos e que se façam essas análises, algumas das quais até têm que ter algum suporte técnico.

Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente a urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, por considerar que a pertinência do assunto assim o justifica.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para, nos termos regimentais, requer à Mesa um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 16 horas e 20 minutos)

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 55 minutos)

Estão presentes na Sala os membros da Comissão Nacional Permanente de Certificação da Formação Profissional, a quem saúdo em nome da Assembleia Regional.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, ou seja, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução “Execução do Hino Nacional”**, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para informar a Câmara de que o Grupo Parlamentar do PCP decidiu retirar o pedido de urgência solicitando assim ao Sr. Presidente que faça o respectivo despacho para a nossa Proposta de Resolução ser analisada na Comissão competente.

Naturalmente queria fundamentar muito brevemente esta nossa decisão.

Tendo sido manifestada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista alguma vontade de que este assunto pudesse ser estudado com algum pormenor, sendo que para nós é um assunto bem claro e líquido, não temos qualquer relutância em disponibilizarmo-nos inteiramente para que seja devidamente discutido.

Quando pedimos a urgência fizemo-lo na convicção de que o assunto era, pela sua natureza pacífico, ficando a recomendação, neste mesmo plenário, resolvida, mas se há alguma dúvida ou se alguém sente necessidade de o estudar ponderadamente, não somos nós que vamos criar obstáculos a isso. Daí que retiramos o pedidos de urgência, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Foi retirado pelo proponente o pedido de urgência, baixando esta proposta à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho que é a comissão competente para o analisar.

Passemos ao ponto seguinte: **Petição — Aterro Sanitário da Ilha das Flores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são de congratulação pelo excelente trabalho produzido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relativamente à matéria que estamos a apreciar, ou seja, a Petição sobre a localização do aterro sanitário da Ilha das Flores.

Depois de ter tido o cuidado de analisar, ler e ver o excelente trabalho produzido pela Comissão, é evidente que ficamos totalmente cientes do esforçado trabalho que foi feito no sentido de se aprofundar uma matéria que, há partida, tinha alguma complexidade.

Por outro lado, trazia um conjunto de aprovações das autarquias da Ilha das Flores, trazendo também consigo a pretensão de um número muito elevado de cidadãos, junto à casa dos quais se pretendia localizar um aterro sanitário, os quais reagiram, e podemos dizer, unanimemente contra essa localização que lhes pretendiam colocar à porta de casa.

O segundo aspecto que também vale a pena realçar, é o facto de uma subcomissão desta Comissão ter-se deslocado à Ilha das Flores, ter constatado a localização pretendida, ter-se avistado com os proponentes e com os Presidentes das Câmaras Municipais, os quais acabam por mostrar a fragilidade das decisões tomadas.

Por outro lado, há que salientar — e vem claro no parecer da Comissão — a falta de aprofundamento técnico relativamente a esta decisão tomada pelas autarquias das Flores, que não tinha aquele abstracto que, há partida, alguns poderiam pensar que isso sucedesse.

Embora esta petição não tenha tido o número de assinaturas que obrigasse a matéria a subir a plenário, esta Comissão propôs a sua subida a plenário atendendo a vários aspectos entre os quais, como disse no início, o número de pessoas que fazendo parte de duas aldeias com um número muito diminuto de cidadãos, acabam por fazer a petição e solicitar a sua análise pela Assembleia Legislativa Regional, o que está a acontecer neste momento.

Também há que realçar um outro aspecto — isto passa-se com esta petição e vai-se passar com as petições que vêm a seguir — ou seja, o facto de, neste momento, muitos cidadãos, cada vez mais, verem na Assembleia Legislativa Regional, um órgão com capacidade e com prestígio de ser um meio de poder, de estar junto deles, ao lado deles, defendendo os seus interesses ser, digamos assim, o juiz em relação a causas, em que já não há outros juizes para julgar.

Este prestígio que a Assembleia Legislativa Regional ganhou, perante muitos cidadãos, eu penso que é de realçar e é de, por parte da Assembleia Legislativa Regional e das suas Comissões,

continuar a ser incentivado, porque esta Assembleia só vai contribuir para se impor como principal órgão da Autonomia Regional, se isso for reconhecido pelos cidadãos. É através destes trabalhos que a Assembleia é reconhecida por toda a população da Região Autónoma dos Açores e é reconhecida como órgão capaz de fazer coisas úteis ao serviço das populações.

O parecer que a Comissão elaborou, da nossa parte, não merece qualquer reparo, antes pelo contrário, tem todo o nosso apoio e penso que este parecer é fruto do trabalho que já foi referido, um trabalho muito profundo, muito consciente que foi feito por parte da Comissão que analisou esta petição.

De qualquer modo, gostaria de realçar que se considera, e muito bem, em nosso entender, que um estudo diferente e mais aprofundado em relação a outra localização do aterro sanitário das Flores, não irá atrasar este processo, aliás, as pessoas que conhecem e que tiveram oportunidade de ouvir todas as entidades interessadas, facilmente chegaram a esta conclusão.

Por outro lado ainda, poder-se-á até pensar que se as autarquias locais numa atitude, a nosso ver, ilógica e sem qualquer substracto efectivo, mantivessem, por pura teimosia, esta decisão anteriormente tomada e não revissem a sua decisão, poderiam, antes pelo contrário, atrasar todo o processo, porque perante aqueles que estiveram, como os Srs. Deputados que pertencem à Subcomissão que se deslocou às Flores e como eu estive, junto ao local onde os Srs. Presidentes da Câmara nos disseram que pretendiam levar a efeito a construção do aterro, conjuntamente com os proprietários ou com muitos proprietários desses terrenos, facilmente concluiriam que, se as autarquias persistirem naquilo que neste momento está aprovado e que foi um erro de algum tempo, isso só iria atrasar o processo, porque as pessoas são claras e afirmam que não permitirão, usando todos os meios ao seu alcance, que facilmente se avance naquele local com o aterro sanitário.

Portanto, pensamos que estamos perante um bom trabalho da Comissão, estamos perante um trabalho que, perante decisão da própria Comissão e por imperativo legal, tem que ser divulgado perante as autarquias locais e perante os peticionários. É um trabalho com o qual mais uma vez me congratulo.

Presidente: Srs. Deputados, eu cometi um erro processual no qual me penitencio desde já. Eu não deveria ter dado a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, porque nos termos do artigo 226º, nº 3, este debate inicia-se com a leitura do relatório.

Portanto, peço-vos desculpa por este erro processual, mas o debate não ficou prejudicado.

Tem a palavra o relator da Comissão para proceder à leitura do relatório.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Relatório e Parecer sobre a Petição relativa à localização do aterro sanitário da Ilha das Flores

Capítulo I

Introdução

Em 24 de Janeiro de 2001 foi presente à Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma Petição subscrita por cento e dez habitantes da ilha das Flores.

Através do exercício deste direito, os peticionários requereram a intervenção da Assembleia Legislativa Regional dos Açores no que respeita à localização do Aterro Sanitário da Ilha das Flores, nomeadamente no sentido de ser escolhido outro local para a respectiva instalação.

Naquela mesma data e por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, o documento baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e elaboração de relatório.

Em reunião realizada no dia 2 de Fevereiro de 2001 esta Comissão iniciou os trabalhos de análise da Petição sobre a “Localização do Aterro Sanitário da Ilha das Flores” que, após a realização das diligências julgadas necessárias, nesta data se concluem com a apresentação do presente relatório e correspondente parecer.

Presidente: Sr. Deputado, julgo ser desnecessário ler o enquadramento jurídico uma vez que se trata da apresentação.

Passava-se por cima da parte do enquadramento jurídico e ia-se directamente ao parecer.

O Orador:

Parecer

Concluída a apreciação da petição sobre a “Localização do Aterro Sanitário da Ilha das Flores”, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, considerando que:

1. As Câmaras Municipais de Santa Cruz e Lajes das Flores procederam à escolha do local para a construção do aterro sanitário intermunicipal da ilha das Flores, no exercício de competências legalmente atribuídas;
2. No processo de decisão não foram considerados os estudos técnicos já realizados, nem foi acautelada a conveniente informação e esclarecimento das populações;
3. Não existe qualquer projecto de obra ou estudo económico;
4. A construção de um aterro na ilha das Flores se reveste de urgência e que a reabertura do processo de localização não provocará atrasos significativos na implementação da infraestrutura, podendo até trazer vantagens em termos da rapidez de decisão e dos custos de construção e exploração, nomeadamente se a escolha recair em terrenos públicos;
Deliberou emitir o seguinte parecer:
5. Concordar com as reservas manifestadas na petição relativamente à localização escolhida, nomeadamente porque não se apresentam suficientemente estudadas as incidências ambientais, os aspectos geológicos, os custos de exploração do aterro e a viabilidade da sua ampliação;
6. Em quaisquer circunstâncias, o Governo Regional, através dos departamentos competentes, deverá assegurar a realização dos estudos que se mostrem necessários à determinação, com o máximo rigor, dos impactes resultantes da construção do aterro.
Mais deliberou a Comissão que:
7. Atendendo ao significativo número de peticionários, em função da população da ilha das Flores e, sobretudo, dos residentes nas duas freguesias mais próximas do lugar dos “Bredos”, a par da importância do assunto objecto da petição, pelas implicações ambientais e de saúde pública que lhe estão subjacentes, se justifica a sua apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa Regional, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 226.º do Regimento;
8. O presente relatório deverá também ser levado ao conhecimento da Câmara Municipal das Lajes das Flores, da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e da Secretaria Regional do Ambiente.
Este parecer foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conclui-se neste momento, com a apresentação e debate nos termos regimentais, o processo de análise da petição que foi presente a esta Assembleia e que foi analisada pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relativo à localização do aterro sanitário da Ilha das Flores.

A localização do aterro sanitário daquela ilha, que é um processo que já remonta ao início da década de 90, em princípio, não deveria estar neste momento em debate na opinião pública e muito menos nesta Assembleia. Primeiro, porque se trata de uma competência das autarquias locais. Segundo, porque já decorreu tempo demais para a localização de um aterro sanitário, tanto mais que neste momento os resíduos sólidos urbanos naquela ilha, são depositados em duas lixeiras a céu aberto.

De qualquer forma, a análise da petição, as audições subsequentes, todos os documentos que foram carreados para o processo, conduziram a conclusões que não podem deixar de merecer referência e que, obviamente, conformaram e conduziram ao parecer que a Comissão aprovou e que foi aqui apresentado.

Desde logo, a grande dificuldade que existiu — e curiosamente até se tem tratado de autarquias da mesma cor política — em encontrar um consenso relativamente ao local de implantação do aterro sanitário. Depois, porque em 1996, foi realizado um estudo da responsabilidade de Gabriel Meneses

e João Madruga, solicitado pelas duas Câmaras Municipais, que percorreu a Ilha das Flores e elencou um conjunto de 16 locais passíveis de receber a localização dessa infraestrutura.

Desses 16 locais, depois de ponderados e de escalonados, o lugar dos Bredos, também designado por Caldeira do Mosteiro, foi colocado em 13º lugar, com um direito que lhes assiste, mas que em bom rigor deveria ser fundamentado.

As autarquias locais, no início do ano de 98, depois de ao longo do tempo terem sido escolhidas outras localizações, decidiram que este deveria ser o local para receber o aterro sanitário.

Esperava a Comissão que houvesse base, que houvesse uma ponderação, um critério subjacente à colocação de algo que num determinado momento tinha sido colocado em 13º lugar, para o 1º lugar das prioridades.

Curiosamente e como consta do relatório, nomeadamente do relatório das audições, não foi apresentado pelos Srs. Presidentes de Câmara qualquer fundamento para essa escolha.

Tratar-se-á, portanto, de uma coincidência, tanto mais que foi comunicado à Comissão — e a Comissão não tem razões para descrever — que não conheciam o relatório resultante do estudo de 1996, a que fiz referência.

Relativamente aos documentos que a Comissão conseguiu obter e analisar, há um relatório, também de 98, que conclui — e vou ser muito rápido — que “não se conclui que a espessura do solo do local, não será tão espesso que permita classificar o local como tendo material de cobertura abundante”. Portanto, não existirão inertes em quantidade abundante para cobrir os resíduos.

“A inclinação do local parece desfavorável. Não se conhece e haverá ou não aceitação do proprietário envolvido sobre a utilização e a sua capacidade de mobilização das populações.

O custo é considerado médio ou elevado, mesmo conveniente negociado, uma vez que se trata de terrenos particulares.

O local está sujeito a ventos fortes e pluviosidade elevada, condições consideradas não muito favoráveis”. O local fica virado a Oeste, onde sopram os ventos predominantes nas Flores.

Em síntese, a Comissão não conseguiu encontrar fundamentos que garantam que do ponto vista técnico o local recolha condições adequadas, porque a conclusão do estudo a que fiz referência diz que “o local não apresenta condições muito favoráveis para a implantação de um aterro sanitário, todavia não tão graves que inviabilizem o local pelo que o parecer é positivo”:

Eu diria que este parecer é um “nin” e que o seu conteúdo, a análise dos diversos parâmetros, de alguma forma contraria a própria conclusão.

Um aterro não é só a construção. Um aterro é também a sua gestão.

A gestão de um aterro tem custos e uma decisão desadequada vai conduzir, necessariamente, a custos mais elevados que poderão conduzir as autarquias à tentação de aligeirarem os procedimentos adequados. Como já alguém disse, e nós subscrevemos, um mau aterro é pior do que uma lixeira.

É por tudo isto que o Partido Socialista subscreve as conclusões e entende que, sem pôr em causa as competências específicas das autarquias nesta matéria, o Governo Regional, enquanto responsável pela elaboração do projecto — é compromisso do Governo Regional de que irá facultar o projecto do aterro às autarquias — deverá acautelar, através dos estudos complementares e adequados, se o local escolhido tem ou não — nós não sabemos, porque essa não é competência desta Assembleia — condições para receber o aterro, condições para uma gestão eficaz e, inclusive, para prevenir a sua própria ampliação. Temos casos nos Açores de aterros que já necessitaram de ser ampliados, por isso é preciso acautelar isso, porque é completamente diferente construir mais uma ou duas células, ou ter de construir toda a infraestrutura completa em outro local.

Em síntese, é esta a posição do Partido Socialista relativamente a este assunto. O Partido Socialista subscreve aquilo que são as conclusões e o parecer relativos à localização do aterro sanitário da Ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Eu recordo que cada deputado tem 10 minutos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é a primeira petição que sobe a plenário desta Assembleia Legislativa Regional.

Num momento como este, penso que é pertinente, desde logo, e em primeiro lugar, louvar o trabalho realizado pela Subcomissão que tratou este assunto, em correspondência a uma petição de diversos cidadãos da Ilha Flores, preocupados com a questão ambiental e com o futuro do aterro sanitário na Ilha.

Fica, por isso, a nota de que o Parlamento, no exercício das suas competências, pode acompanhar com eficácia aquelas que são já decisões tomadas pelos órgãos competentes, fazer uma reavaliação e recomendar, com base nessa reavaliação, o que entender por conveniente.

Fica aqui um marco histórico pertinente de se relevar na intervenção que a Assembleia Legislativa Regional faz, devido ao mérito que esta Subcomissão, da Comissão de Assuntos Parlamentares e Ambiente, teve.

Na verdade, as questões ambientais na Ilha das Flores, como em qualquer uma das nossas ilhas, são muito pertinentes, face à fragilidade das nossas pequenas ilhas, mas nas Flores, em particular, o problema agudiza-se.

Portanto, era natural que houvesse uma decisão sobre o aterro sanitário, quer por parte das autarquias, quer com o patrocínio e a ajuda do Governo para a identificação do local. Recordo que o membro do Governo com tutela na área do ambiente, na altura, deslocou-se propositadamente à Ilha das Flores para, conjuntamente com os autarcas, num esforço de definição desse problema que é urgente, patrocinar o local, mas isso não invalida que se faça uma reavaliação, como aliás se fez, e se tenha em conta aquele tom que acabou por ser dito anteriormente, de que mais vale esperar um pouco mais, do que ter um mau aterro sanitário em local inadequado.

Estamos de acordo com o parecer apresentado neste relatório pela Comissão e apelamos — é este afinal de contas o apelo final do próprio relatório — a que os autarcas, que aliás já aceitaram o repto, iniciem o novo processo, façam os estudos adequados e possam continuar a merecer, por parte do Governo Regional, a parceria para encontrar o melhor local do aterro sanitário da Ilha da Flores.

A verdade é que não se pode eternizar naquela ilha, por estas dificuldades de encontro de localização do aterro sanitário, a situação de lixeiras a céu aberto.

Portanto, nesta dupla condição, algo conflituosa — por um lado, a dificuldade de encontrar um local acertado para o aterro sanitário e, por outro, a impossibilidade de se eternizar a situação de lixeiras a céu aberto — é preciso que autarquias e Governo Regional se apressem e, em parceria, decidam definitivamente, e baseados nos estudos próprios, o local do novo aterro sanitário para a Ilha das Flores.

O PSD tem esta expectativa e espera sobretudo que os florentinos fiquem bem servidos. Se não for possível agradar a todos, que se agrade a maioria na nova localização do aterro sanitário.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu não lhe posso dar a palavra porque, de acordo com o Regimento, fala apenas um representante de cada partido.

Não havendo nenhuma iniciativa legislativa suscitada por esta petição e não sendo submetida à votação, dou por encerrado este debate.

Sendo assim, passemos ao ponto seguinte: **Petição dos utentes e visitantes da Praia do Pópulo sobre a construção de um edifício para habitação na Duna Primária da Praia do Pópulo.**

Tem a palavra o relator da Comissão para proceder à leitura do relatório.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Relatório e Parecer sobre a petição relativa à construção de um edifício para habitação na Duna Primária da Praia do Pópulo, na Ilha de S. Miguel

Capítulo I

Introdução

Em 22 de Abril de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma Petição subscrita por 448 cidadãos que se definem como "Utentes e Visitantes da Praia do Pópulo".

Através deste instrumento os peticionários pretendem **"reclamar e solicitar medidas correctivas de uma flagrante violação ao património ambiental e paisagístico que está a ocorrer na duna primária desta praia [do Pópulo], com a construção, aparentemente legalizada, de um edifício para habitação e a manutenção em vigor do alvará de loteamento respectivo que permite a construção de mais 8 casas na mesma zona, fechando com habitações directamente inseridas na Praia a já de si pequena área pública de lazer que ela contém"**. Invocando **interesses públicos, ambientais e paisagísticos**", os subscritores solicitam também que **"a Assembleia Legislativa Regional se pronuncie com celeridade (já que há obras em curso) sobre a matéria, de forma a declarar-se esta zona e circundantes como "Área Protegida" pondo fim às actuais obras e a outras para o futuro, repondo o património danificado, através das devidas negociações com os actuais proprietários e em caso de legitimidade comprovada das mesmas"**. Em 24 de Abril e por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a Petição baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para efeitos de apreciação e elaboração de relatório.

Esta Comissão procedeu à análise da Petição sobre a "Construção de um edifício para habitação na duna primária da praia do Pópulo" e desenvolveu as diligências consideradas necessárias, as quais ora se dão por concluídas com a elaboração do presente relatório e correspondente parecer.

Conclusões

Reunida em 18 de Junho, a Comissão apreciou os relatórios das audições efectuadas e das visitas realizadas e procedeu à análise dos documentos disponibilizados, o que lhe permitiu concluir o seguinte:

A petição à Assembleia Legislativa Regional surgiu em resultado da ausência de resposta por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada relativamente ao abaixo-assinado que lhe foi entregue no dia 2 de Abril de 2001 subscrito por utentes e visitantes da Praia do Pópulo que, por esse meio, entenderam "protestar veementemente pelo facto de estarem a ser construídas habitações particulares, exactamente em cima de uma duna primária", exigindo da Câmara que "reveja esta situação e ponha fim às obras em curso".

As habitações em causa inserem-se num loteamento que compreende uma área total de 8.580 metros quadrados, cujo alvará foi emitido em 5 de Agosto de 1987, depois da Câmara Municipal de Ponta Delgada ter consultado e obtido pareceres favoráveis da Direcção Regional de Obras Públicas, da Direcção Regional do Ambiente e da Capitania do Porto de Ponta Delgada.

O alvará não caducou, porque foram executadas as infraestruturas do loteamento, tendo inclusive sido libertada a correspondente garantia bancária.

Apesar de saberem que aquela área fora objecto de loteamento, os peticionários nunca acreditaram que viesse a ser implementada qualquer construção naquele local, razão porque não tomaram anteriormente qualquer iniciativa no sentido de o contestar.

O Plano Director Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ratificado pelo Governo Regional, absorveu, sem o devido cuidado, a situação de loteamento pré-existente, sendo hoje consensual tratar-se de um erro que pode mesmo ter tido um efeito perverso, incentivando ao início das construções.

O sítio em causa está incluído no Projecto Biótopos do Programa CORINE da Região Autónoma dos Açores.

Numa perspectiva jurídica, não se detecta qualquer ilegalidade quanto ao loteamento, nem relativamente às construções em curso, admitindo-se contudo que, embora sendo obrigatória, a placa indicadora do licenciamento da habitação do lote n.º 6 possa não ter sido colocada logo no início das obras.

Uma maior consciencialização das pessoas, que estão hoje mais preocupadas com a preservação do ambiente, faz com que a contestação à construção de habitações naquela praia seja generalizada, tendo mesmo a Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado por unanimidade uma Moção em que reclama do Governo Regional e da Assembleia Legislativa Regional, no âmbito das suas competências, uma actuação que permita "salvaguardar o carácter patrimonial, ambiental, paisagístico e de lazer que constitui o binómio Praia do Pópulo/Praia das Milícias e áreas envolventes".

O Governo Regional afirma-se atento ao problema suscitado, mas considera não poder substituir-se à Câmara Municipal, nem poder fazer qualquer imposição relativamente ao Plano Director Municipal e ao Plano de Urbanização, tendo no entanto manifestado já à Câmara Municipal de Ponta Delgada, através de ofício, a sua disponibilidade para colaborar financeiramente na solução que aquela entidade vier a apresentar, nomeadamente uma proposta para a área em causa ser declarada de utilidade pública, tendo em vista a sua expropriação, ou a aquisição por negociação particular.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada declara-se interessada em resolver o problema e já iniciou contactos com os proprietários no sentido de saber da sua disponibilidade para venderem os lotes, estando a aguardar as respostas.

A Câmara manifesta dúvidas quanto à validade jurídica da disponibilidade do Governo para compartilhar financeiramente na aquisição dos lotes, comunicada através de ofício do Secretário Regional do Ambiente, do mesmo modo que entende não existir matéria de facto para ser utilizada a declaração de utilidade pública.

Considera assim aquela edilidade que a única solução é a negociação particular, afirmando, contudo, que não dispõe das verbas necessárias para esse efeito.

Os peticionários pretendem que aquele espaço seja todo aproveitado como zona verde, complementar da praia.

Os "Amigos dos Açores" embora defendam que nada deve ser construído, entendem que, no caso de tal não se mostrar possível, pelo menos os lotes 5, 6, 7 e 9 devem ser interditados e deve ser implementada uma barreira de vegetação nesse espaço, por forma a garantir privacidade aos utilizadores da praia.

A Quercus preconiza o redimensionamento do loteamento, com o objectivo de minimizar os custos com a expropriação, projecto que pressupõe a permuta com terrenos que são pertença da Região Autónoma.

Neste sentido, foi apresentado um conjunto de ideias que constituem um ponto de partida para a eventual elaboração de um Plano de Pormenor para toda a zona entre a Praia das Milícias e a Praia Pequena do Pópulo, cujos esboços se encontram anexos ao presente relatório.

Capítulo V

Parecer

Concluída a análise da petição sobre a "Construção de um edifício para habitação na duna primária da praia do Pópulo", a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, considerando que:

1. Não se detecta qualquer ilegalidade ou irregularidade susceptíveis de pôr em causa o alvará de loteamento ou embargar as construções em curso;
2. Existem, em consequência, direitos adquiridos que se impõe respeitar;
3. Se regista um amplo consenso relativamente à necessidade de preservar o espaço em causa, por razões que se prendem com a conservação da natureza, a protecção do meio ambiente e a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos;
4. Tanto o Governo Regional como a Câmara Municipal de Ponta Delgada reconhecem que a autorização do loteamento e a sua absorção pelo Plano Director Municipal constituíram um erro, importando por isso mesmo corrigi-lo.
Deliberou emitir o seguinte parecer:
5. Por forma a impedir a construção de habitações na zona sobranceira à Praia Pequena do Pópulo, pelo lado Poente, que deverá constituir uma zona tampão daquele espaço público, deverão ser alteradas as regras de ordenamento para toda a zona entre esta praia e a Praia das Milícias;
6. O Governo Regional, através do departamento competente e a Câmara Municipal de Ponta Delgada deverão entabular diálogo e articular esforços com vista a ser encontrada uma solução técnica e juridicamente ajustada que assegure o referenciado no ponto anterior.
Mais deliberou a Comissão propor que do presente relatório seja também dado conhecimento à Câmara Municipal de Ponta Delgada à Secretaria Regional do Ambiente.

Este parecer foi aprovado por unanimidade.
O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar o total apoio do CDS nesta matéria, às conclusões emanadas deste processo, e também para deixar três notas.

A primeira tem a ver com o início de tudo isto e com a conclusão do erro que aqui é feito, quer pela Câmara, quer pelo Governo Regional. A propósito disso gostaria de dizer apenas que o maior dos erros que há aqui é, sobretudo, o lapso do tempo.

Há que enquadrar no espírito da década em que a decisão é tomada a mesma decisão.

É fácil considerarmos errado aquilo que é feito com outro pensamento no passado, mais difícil é percebermos às vezes que no futuro, quantas e quantas coisas, serão também facilmente condenadas.

Daí que parece que é esse lapso de tempo em que “mudam-se os tempos mudam-se as vontades”, e para melhor neste caso, que são as preocupações ambientais que todos temos e que gera o grande erro, que não permite que juridicamente houvesse aqui uma solução concreta para já.

As outras duas notas são para dizer que, de facto, existe realismo e ponderação nestas conclusões. Realismo pela constatação dos direitos adquiridos, ponderação por aquilo que se pretende que seja feito e aquilo que se recomenda, em termos de diálogo, entre o Governo Regional e a Câmara Municipal. Que essa ponderação seja mantida também naquilo que se pretende que seja feito.

A forma de impedir a construção de habitações na zona sobranceira à praia do Pópulo, é mesmo a zona sobranceira, não é necessariamente toda a zona que vai entre as duas praias. Uma coisa é o envolvimento daquela zona e outra é a necessidade concreta que esta petição tem e que são apenas as casas que ficam à beira da praia.

Congratulamo-nos pelo trabalho e manifestamos uma vez mais o nosso apoio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Partido Social Democrata, gostaria de manifestar aqui a nossa congratulação pelo trabalho feito pela Comissão.

Trata-se de um trabalho sério, muito profundo e talvez um dos melhores pareceres que aqui chega a plenário, que nos habilita e facilita o trabalho.

Em nome do PSD queria associar-me e subscrever o parecer da Comissão, apelar e reforçar aquilo que já foi dito em relação à boa cooperação entre a Câmara Municipal e o Governo, porque trata-se de um assunto que no tempo sofre uma evolução. Hoje a consciência ambiental é outra e estou certo que vamos nesse caminho. O PSD assim o espera e os habitantes de Ponta Delgada também contam com isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, quer em plenário, quer em Comissão, desenvolveu um trabalho meritório que culminou na aprovação unânime do relatório e parecer acabado de apresentar.

O PS subscreve o teor do relatório e o parecer da Comissão os quais estão suficientemente fundamentados e documentados. O PS entende que a situação verificada exige a adopção de medidas concretas, que passam pela alteração das regras de ordenamento actualmente em vigor para toda a zona, entre a praia pequena do Pópulo e a praia das Milícias.

Portanto, importa que haja, de quem de direito, vontade política para que sejam despoletados os necessários mecanismos legais e conseqüente concretização das medidas correctivas que a situação aconselha, atentos os interesses paisagísticos, ambientais e urbanísticos, aproveitando para o efeito a disponibilidade já manifestada pelo Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos numa Região Autónoma com situações específicas e com situações bem particulares no plano político.

Neste caso, estamos numa situação que não é vulgar, mas é legal, uma obra com o loteamento devidamente licenciado, um processo que foi decorrendo ao longo dos anos, que de repente começa a tomar forma e fere a sensibilidade ambiental das pessoas. As pessoas, através da petição e de outras formas (abaixo-assinados, artigos de jornal, etc.), tomam posição.

Os governantes dos diversos níveis, tomam também posição e todos dizem que aquilo não pode ser. É a Câmara Municipal que o diz, o Governo Regional também diz e disponibiliza-se a colaborar numa solução.

A Assembleia Municipal, com os 4 partidos que aqui também estão presentes, concorda que não pode prosseguir, que se tem que encontrar uma solução e, entretanto, o tempo vai passando, o Verão vai-se aproximando, o problema vai-se arrastando, a casa vai crescendo e a situação vai, pelo menos aparentemente, tornando-se mais irreversível.

É este problema que esta petição veio despoletar.

Já aqui foi dito pelos anteriores oradores que este relatório é uma boa peça de trabalho parlamentar. Eu também entendo que é, e já o disse na Comissão, por aquilo que tem de estudo, por aquilo que tem de ponderação, por aquilo que tem de investigação, por aquilo que tem de conclusões.

É uma boa peça de trabalho parlamentar também e principalmente, porque todas as entidades a que ele se destina, se quiserem ler, vão descobrir as pistas de solução que este problema tem. Aqui é que bate o ponto.

Penso que não podemos ficar pelas meias palavras neste debate e neste momento em que este assunto é encerrado na Assembleia Legislativa Regional, porque ele é encerrado aqui, mas politicamente o nosso trabalho só terá valor se, a forma como encerrarmos com este relatório, contribuir para uma solução efectiva do problema.

Se for para este relatório ser arquivado em departamentos diversos e não produzir qualquer efeito, qualquer sequência de atitude política, então ficamos todos mal, mas fica principalmente mal a nossa Região, aquela bela zona de recreio, aquela zona que ambientalmente deve ser bem tratada e onde é cometido um atentado que vai contra aquilo que hoje é a consciência ambiental comum e maioritária, diria assim, da nossa sociedade.

De acordo com os estudos feitos, de acordo com as opiniões recolhidas, de acordo com as audições que foram pormenorizadamente feitas, há soluções possíveis, mas as entidades que têm que cooperar para essas soluções, têm mesmo que cooperar.

Queria dizer, porque ninguém o disse tão expressamente, que a bola neste momento está nos pés da Câmara de Ponta Delgada. A Câmara de Ponta Delgada tem que tomar uma atitude, não pode ficar por meias palavras e por intenções. Do ponto de vista jurídico, de ponto de vista do problema em concreto, uma das atitudes que pode ser tomada, é a declaração do início de um plano de pormenor para aquela zona, para que possa haver um fundamento para uma declaração de utilidade pública que, pedida pela Câmara, possa ser feita depois pelo Governo e nessa sequência por negociação ou por expropriação, o problema ser resolvido naturalmente, compensando os interessados e as pessoas que são proprietários naquele local.

Este processo tem que ter um ponto de partida e este ponto de partida tem que ser apontado com muita clareza. Não podemos esperar para daqui a uns meses, tem que ser já.

Eu tenho notícia, tenho informação — penso que pública — que hoje o Sr. Presidente da Câmara de Ponta Delgada recebeu, vai receber ou estará a receber, os peticionários (a comissão que encabeça esta petição) que pediram uma audiência há muitas semanas, mas que apenas foi concedida anteontem.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É mais um assunto político!

O Orador: Penso que pode ser mais um sinal de que a Câmara de Ponta Delgada e especialmente o seu presidente, vai começar a encarar este problema com a seriedade que ele tem. Este problema não pode ser protelado por mais tempo.

Neste momento, dentro das entidades que se tem que envolver, temos da parte do Governo declarações feitas da forma mais formal que é possível, da disponibilidade para colaborar na

resolução do problema. É preciso que a outra parte comece este jogo e rapidamente encontre uma solução.

Não é aceitável resumir e reduzir o problema à possibilidade de uma negociação particular. Também não é aceitável que esta solução tenha como desfecho o desembolso completamente inconsequente de centenas de milhares de contos, que seriam um apetite especulativo por parte das pessoas que hoje são proprietários ali.

A única solução não é a negociação particular. A negociação particular pode ser uma solução, desde que seja equilibrada, desde que seja de acordo com valores aceitáveis. Não pode ser uma negociação especulativa.

Se algum proprietário daqueles lotes está hoje à espera, jogando com a consciência ambiental que entretanto se formou, para sem qualquer esforço receber 150 mil contos — são valores que andam por aí no ar — não é justo, não é certo, não é adequado. Há outras possibilidades e sou defensor que se encontre, efectivamente, uma plataforma de entendimento com os proprietários, para que sejam devida e justamente compensados.

Também chamava a atenção para o facto de que dentro destas audições feitas — e tudo isto consta do relatório e dos seus anexos — há um trabalho apresentado pela QUERCUS que, na minha óptica, constitui uma reflexão inicial para um bom plano de pormenor para aquela zona. Parte de um conhecimento exaustivo da situação da zona, da propriedade dos terrenos, havendo ali uma grande faixa de terrenos que são propriedade da Região Autónoma e põe-se a hipótese de permuta de terrenos, etc.. Penso que tudo isto tem que ser devida e seriamente estudado pela Câmara Municipal, pela Secretaria Regional do Ambiente e pelas entidades que se têm que envolver nisto.

Agora, com toda a clareza — e não quis ficar por uma declaração de circunstância — há que dizer que este problema tem que ser resolvido e pode ser resolvido. É preciso é que as entidades que têm que convergir para essa solução, de facto, convirjam.

Neste momento, fica o desafio à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Hernâni Jorge pediu a palavra, daí que eu queria esclarecer aqui duas coisas em termos processuais.

Em primeiro lugar, nós estamos a cumprir com todo o rigor o artigo 226º. Portanto, o Governo não tem intervenção nesta matéria. Só falam os representantes de cada grupo parlamentar.

Relativamente a isso, surge outro problema que eu não sei se foi considerado na Conferência de Líderes, ou seja, após a apresentação do relatório, fala um deputado de cada grupo ou representação parlamentar por um período de tempo não superior a 10 minutos.

A questão que se coloca agora, é se o mesmo deputado pode falar uma, duas ou mais vezes até completar os 10 minutos.

É uma questão de interpretação.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: É só uma intervenção.

Presidente: Eu gostaria de dizer que nós temos pautado sempre as nossas atitudes aqui dentro e interpretação regimental, no sentido amplo de valorizar os debates.

Digamos que, como rácio de tudo isto, nós procuramos sempre valorizar os debates.

Por vezes as interpretações demasiado restritivas impedem um bocado o debate.

Eu, pessoalmente, neste momento, sou favorável a que o debate exista e que se faça aqui uma interpretação um pouco mais lacta, pelo menos até aos 10 minutos de um único deputado. Ficaria o debate enriquecido, ficaria a Assembleia a ganhar. Agora eu preciso do consenso desta Assembleia em relação a esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP é sempre favorável a interpretações extensivas. Portanto, acho muito bem que se aproveitem os 10 minutos. Eu, possivelmente, já gastei os meus, mas cada partido que aproveite os 10 minutos a que tem direito e vamos fazer o debate, embora a Assembleia neste momento fique reduzida a 4, mas esses 4 darão o seu melhor com toda a certeza.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aplique-se nessa discussão, aliás, de acordo com a conferência de líderes, o artigo 226º, que diz no seu nº 3 “o debate inicia-se com a apresentação do relatório da Comissão, intervindo de seguida um deputado de cada grupo ou representação parlamentar por um período de tempo não superior a 10 minutos”.

Portanto, **um deputado** por um período de tempo não superior a **10 minutos**. Esses 10 minutos são apenas para limitar o tempo máximo. A partir daí nós só temos que fazer a interpretação do Regimento, até porque esta não é a única situação em que se aplica esta circunstância, ou seja, ser uma intervenção de cada grupo parlamentar.

Se a gente abre aqui exceções, vai abrir em muitos outros casos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputada Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu concordo inteiramente com a Sra. Deputada Berta Cabral: aplique-se com todo o rigor o artigo 226º.

O artigo 226º permite exactamente que se gaste, por cada grupo parlamentar, os 10 minutos.

Eu não posso aceitar, e este Grupo Parlamentar não pode aceitar, que haja qualquer tentativa de limitar o debate, que é exactamente aquilo que a Sra. Deputada está a tentar fazer.

Os senhores queixam-se que muitas das vezes é a maioria que tenta limitar o debate político dentro desta Casa e aquilo que a Sra. Deputada acabou de fazer foi exactamente isso, tentou limitar o debate político.

Nós vamos discutir esse assunto dentro das regras regimentais até cada partido gastar os seus 10 minutos. Quando cada partido esgotar os 10 minutos, muito bem, assunto encerrado.

Sr. Presidente, esta é uma questão fundamental do ponto de vista de se conseguir debater aquilo que aqui está.

O Partido Socialista levará até às últimas consequências o exercício desse direito que lhe assiste regimentalmente e se for preciso recorrer para plenário, recorre-se a plenário.

Nesta matéria não vamos admitir, e não podemos admitir, esta tentativa de condicionar o debate por parte da Sra. Deputada Berta Cabral.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Essa arrogância jovem fica-lhe muito mal.

Presidente: Há vários Srs. Deputados inscritos para interpelar a Mesa, mas nós não vamos eternizar isto, a Mesa vai tomar uma decisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar uma achega à interpretação do que parece ser o espírito da redacção deste nº 3, do artigo 226º.

Se o espírito que presidiu à redacção deste artigo fosse no sentido dado agora pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de que cada grupo parlamentar ou representação parlamentar teria 10 minutos, não se teria caído neste princípio que parece que delimita, define um deputado, porque não faz sentido atribuir a um grupo parlamentar, ou representação parlamentar determinado tempo, mas depois limitar a gestão desse espaço a um só deputado.

Daí que a minha interpretação, salvo melhor opinião, é de que um período é um período, podendo o deputado interveniente atingir este prazo que aqui está definido.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral e logo a seguir tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou absolutamente convencida da minha interpretação do Regimento e penso que há coisas que são questões de princípio, mas para que não restem dúvida, proponho desde já uma conferência de líderes.

Presidente: Sendo assim, a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fica prejudicada.

Vamos fazer uma breve conferência de líderes e faço um apelo aos líderes parlamentares para facilitarem a vida ao Presidente, porque vou ter decidir de alguma forma.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos ocupar os nossos lugares.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para me regozijar pelo facto da conferência ter reconhecido o direito a usar os meus 10 minutos.

Queria aproveitar o tempo que me sobra, na sequência da veemência que foi posta nas palavras do Deputado José Decq Mota, para dizer que estamos perante questões demasiado sérias, demasiado importantes, para que subsistam quaisquer dúvidas relativamente a esta matéria.

O PS já afirmou a sua posição, fê-lo há pouco.

A candidatura autárquica do Partido Socialista também já afirmou claramente a posição do PS e fê-lo ontem de forma clara e inequívoca. O Governo Regional do Partido Socialista afirmou também a sua disponibilidade para colaborar na solução deste problema.

Dúvidas e muitas dúvidas surgem-nos quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada afirma-se interessado em resolver o problema e ao mesmo tempo acrescenta que a elaboração de um plano de pormenor para aquela zona não assume prioridade na lógica de actividades da Câmara Municipal.

Sejamos claros: em nossa opinião, a solução também passa por se avançar de imediato para a elaboração de um plano de pormenor.

O Partido Social Democrata e a Câmara de Ponta Delgada têm de uma vez por todas de definir, de forma clara e inequívoca, a sua posição relativamente a esta matéria.

O PS, na Câmara Municipal de Ponta Delgada, irá resolver este problema. Contudo, entendemos que esta é uma questão demasiado séria para que tenhamos que esperar pelo mês de Janeiro.

Defina-se o PSD! Defina-se a Câmara Municipal de Ponta Delgada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não vimos para aqui fazer um debate sobre a Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas as questões que o Sr. Deputado colocou aqui como sugestões, a candidata do Partido Social Democrata, em Maio, como já foi aqui referido, assumiu-as.

Eu quero voltar aqui a afirmar e a reafirmar, que o Partido Social Democrata corrobora o parecer da Comissão. Estamos perante um assunto sério, perante uma petição que valoriza, no sentido político, o Parlamento e os cidadãos.

Há questões de natureza legal, há questões de natureza paisagística. A Comissão ouviu a QUERCUS e os Amigos dos Açores.

A QUERCUS apresentou soluções.

A Câmara de Ponta Delgada já deu sinais de que está disposta a cooperar no problema, tal como o Governo Regional. É esse o nosso reforço.

O PSD entende que deve haver uma concertação entre as entidades envolvidas para encontrar uma solução para uma zona tão nobre de Ponta Delgada. É apenas isso.

Todos os intervenientes no processo são essenciais: o Governo Regional e a autarquia.

Todo o processo do PDM de Ponta Delgada foi tratado no plano legal, envolvendo todas as entidades com pareceres positivos de toda a gente.

Já aqui foi referido que há uma inversão histórica deste processo.

Hoje a consciência ambiental é outra. Vamos partir para a frente. Vamos deixar de fazer recriminações. Não é isso que interessa.

Estamos conscientes de que a Câmara de Ponta Delgada vai assumir as suas responsabilidades e vai participar na resolução do problema. Nós estamos certos disso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho um pouco a consciência de que a minha intervenção, nos primeiros 6 minutos que utilizei destes 10, despoletou a necessidade de haver outras, porque fiz o esforço de descodificar algumas das afirmações e das posições que são claras e unânimes, mas que por vezes estão demasiado codificadas e não chegam onde têm que chegar.

Neste mesmo sentido de descodificação, embora eu no serviço militar não tenha tido a especialidade cripto, eu gostava de relevar a importante declaração feita aqui por um reconhecido e prestigiado deputado e dirigente do Partido Social Democrata, que é o partido actualmente maioritário na Câmara de Ponta Delgada, segundo a qual a Câmara de Ponta Delgada vai dar o seu contributo para a solução do problema.

Eu gostava de relevar esta afirmação, porque é essencial que a mesma afirmação corresponda à realidade, é essencial que a Câmara de Ponta Delgada declare a feitura do plano de pormenor para aquela zona o mais rapidamente possível. É essencial que isso seja feito para que a seguir as outras partes que estão na mão do Governo possam também ser feitas, conforme está em compromisso assumido.

O processo tem que começar. Serão só palavras se este ponta-pé de saída não for dado.

A última declaração do Sr. Deputado Humberto Melo é importantíssima. É politicamente das mais importantes que surgem neste debate, na medida em que o assunto está bloqueado até ao momento pela não acção da Câmara de Ponta Delgada.

Estou convicto que depois desta declaração haverá com certeza acção e espero que haja, porque este problema tem mesmo que ser resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Campanha nº 2 para a Câmara!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Humberto Melo:

A lógica inerente aos mecanismos de ordenamento do território, é necessariamente uma lógica dinâmica.

O loteamento foi feito em 87. O PDM entrou em vigor há pouco e é precisamente por não terem decorridos ainda 3 anos sobre a entrada em vigor do PDM que se propõe — e o Sr. Deputado José Decq Mota propôs de uma forma clara e que eu fiz questão de vir sublinhar — a decisão de se avançar para a elaboração de um plano de pormenor para aquela zona.

A sua declaração, conforme também já disse o Sr. Deputado José Decq Mota, satisfaz plenamente na parte em que declara que a Câmara Municipal vai assumir as suas responsabilidades e vai tomar uma decisão clara relativamente a esta matéria.

Estou convicto que não vamos precisar de esperar para Janeiro, para uma nova gestão autárquica, para que esse problema seja resolvido.

Deputada Berta Cabral (PSD): Se esperar vai ter!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso foi em 96. Foi-se sentar no meu lugar!

Presidente: Concluído o debate sobre esta petição e não havendo nenhuma iniciativa subsequente a este debate, vamos passar ao ponto seguinte: **Petição — Variante à cidade da Horta.**

Tem a palavra o relator da Comissão de Política Geral para apresentar o relatório.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Comissão de Política Geral relativo à Petição sobre a “Localização da Variante à cidade da Horta”

Capítulo I

Introdução

A Petição em causa relativa à “Localização da Variante à cidade da Horta” tem por base a discordância contra o traçado previsto para a referida via, no que concerne à sua passagem pela zona habitacional do Monte Carneiro.

Tal petição, com 424 subscrições, foi entregue ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional em 26.04.2001, dando posteriormente entrada nos respectivos serviços em 27.04.2001, após o que recebeu a competente informação técnica e foi remetida a esta Comissão

1 – Análise Prévia

Foi verificado o cumprimento dos requisitos materiais e formais da presente petição, após o que foi deliberado proceder à audição do 1º Subscritor e outros, do Presidente da Câmara Municipal da Horta e do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, para além de se solicitar parecer ao Conselho de Ilha do Faial.

V- PARECER

A Comissão reuniu no dia 15 de Maio de 2001, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada, dando parecer, por unanimidade, no sentido de que o traçado previsto para a segunda fase da Variante à Cidade da Horta deve ser reanalisado de acordo com estudos técnicos, de modo a serem salvaguardadas, na medida do possível, as preocupações elencadas na Petição.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição teve, também ela, o mérito de promover, uma vez mais, uma aproximação da qual alguns falam não ser fácil, nem sempre possível entre eleitos e eleitores.

Esta petição veio provar, uma vez mais, que quando se quer — e neste caso também se quis, à semelhança do que se passou nas duas petições anteriormente apresentadas — consegue-se.

Os Deputados que participaram nos trabalhos desta Comissão souberam honrar o nome desta Assembleia Legislativa Regional.

Na qualidade de deputado eleito pelo Partido Socialista pela Ilha do Faial, com grandes responsabilidades na gestão da Câmara Municipal da Horta, durante os últimos anos — cerca de 11 anos — devo dizer que fico contente pelo facto de se ter tido esta oportunidade de reflectir com seriedade, como se fez, sobre uma matéria que em determinada altura parecia estar efectivamente condenada a ter outro destino.

Não esqueço o que aconteceu em anos passados, no relacionamento entre alguns membros do Governo e a Câmara da Horta. Gostaria apenas de dar como exemplo o facto de se ter construído um novo porto na freguesia de Castelo Branco, com dinheiros comunitários, e de ainda hoje não existir na Câmara Municipal da Horta uma única peça desenhada, tão pouco com o traçado, o perfil, a ocupação do terreno desse novo porto.

Houve falta de diálogo em anos passados entre a Administração Regional e a Administração Local. O Governo Regional dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, sensível à pressão por força de contactos com residentes — designadamente de lavradores da Feteira, que contactaram os eleitos do Partido Socialista pela Ilha do Faial — na pessoa do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, mostrou-se sensível para reflectir e alterar o traçado do 1º troço entre a Feteira e Santa Bárbara.

O trágico acontecimento do terramoto de 9 de Julho de 98, veio pôr uma vez mais em evidência, o que peritos dizem ser a fragilidade do troço da estrada regional 1-1ª na Lajinha.

Todavia, o Governo Regional sensível ao que dizem os técnicos, à qualidade dos terrenos da Feteira, sensível às pressões que outros partidos políticos e as associações de agricultores também disseram, resolveu alterar o traçado.

Relativamente ao 1º troço, acredito sinceramente e elogio o facto de dentro de pouco tempo ser despoletado o processo burocrático que permita que a sua realização se inicie já este ano, conforme consta do Plano para 2001 e conforme foi, por mais que uma vez, referido aqui nesta Câmara.

Relativamente ao 2º troço, o que se situa entre Santa Bárbara e a Vista Alegre, um conjunto de cidadãos em número de 424, naturalmente nem todos residentes na zona das Dútras ou do Monte Carneiro, manifestou a sua discordância relativamente ao traçado.

A Câmara Municipal da Horta, na altura em que eu ainda lá estava, tinha manifestado a sua discordância relativamente a um dos traçados. Tinha tentado apontar uma solução que, não sendo a ideal, parecia ser um mal menor, mas hoje, na qualidade de Deputado, fico muito contente por, na Comissão e por diversos contactos que tive com o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, ele ter mostrado, como mostrou, disponibilidade para não alterar, não prejudicar a realização do 1º troço e relativamente a este 2º troço, tendo em conta as opiniões, as sugestões, as críticas, as aproximações prestadas, quer pelos peticionários, quer pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, quer pelo Conselho de Ilha do Faial, ter em consideração essas aproximações e sugestões e ter já dado instruções ao gabinete que tem a seu cargo a elaboração deste processo, no sentido de estudar uma alternativa para que aquilo que ao longo de mais de uma década foi baptizado por envolvente, circular, via rápida, variante, efectivamente, venha a ser uma realidade para bem da cidade da Horta.

Por isso, nos contactos que tive com alguns dos peticionários que se encontram presentes nesta Assembleia, tive oportunidade de reafirmar o empenhamento do Partido Socialista, não só na qualidade de deputado eleito pela Ilha do Faial, mas de todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na procura de uma solução que acautelasse a defesa dos seus legítimos interesses e que, efectivamente, dentro de um prazo que se espera que seja rápido, tentando compatibilizar aquilo que nem sempre é possível, mas com rapidez e com eficácia, a cidade da Horta e a Ilha do Faial venham a ficar dotadas de uma via que não comprometa os interesses importantes que o campo de Golfe um dia irá trazer para o desenvolvimento desta terra, que não atraia as naturais expectativas de quem já construiu ou tem interesses para construir naquela zona habitacional e consiga aumentar a qualidade de vida da cidade da Horta e melhorar o seu ordenamento urbanístico.

É caso para dizer tal como os alemães “Spät ist was nie kommt”.

(Risos da Câmara)

O Orador: Há alguma figura regimental que me iniba de utilizar a língua que os meus pais e o estado português bastante investiram, enquanto aluno da Faculdade de Letras de Universidade Básica de Lisboa?

(Pausa)

Interpreto o seu silêncio como concordância, Sr. Presidente. Espero que não haja necessidade de recorrer à Conferência de Líderes.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que da próxima vez, uma vez que estamos numa Assembleia Portuguesa, que falasse português, porque isso vem obrigar os serviços da Assembleia a contratarem um tradutor e depois são mais encargos para o erário regional, o erário público.

Deputado Renato Leal (PS): Com o recurso habitual ao 1645, onde me encontro desde as 9 da manhã, facilmente encontrarão a tradução em português, mas guardo para os zelosos funcionários que têm a seu cargo esse registo.

Presidente: Sim Sr. Deputado, mas espero que não seja exemplo para outros Srs. Deputados, senão vamo-nos ver aflitos se todos falarem inglês, francês, alemão, italiano e por aí fora.

Queria neste momento saudar, em nome da Assembleia, os professores e alunos do 6º ano, turma 3, da Escola Básica 2,3 de Angra do Heroísmo, que se encontram a assistir aos nossos trabalhos.

(Aplausos da Câmara)

Gostaria de acrescentar que do ponto de vista da Assembleia, é muito importante que jovens desse tamanho já passem por aqui para ver o que é que nós fazemos, mesmo em alemão.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição sobre a variante à cidade da Horta, à semelhança das outras que aqui foram apresentadas, é reveladora das virtudes da participação empenhada e esclarecida dos cidadãos nas suas comunidades.

Não fosse esta petição e os efeitos que ela provocou, já tudo se preparava para se avançar com uma solução claramente penalizadora para uma zona residencial nobre desta cidade.

Mais... a própria Câmara Municipal da Horta não aceitava a solução nem a considerava a mais correcta.

Posição semelhante e correcta teve o Conselho de Ilha, que deu acolhimento às preocupações dos peticionários e chamou a atenção para que na definição do trabalho do traçado da variante, se deva ter em conta o escoamento do trânsito e o seu desvio do centro da cidade, a qualidade de vida da população e o ordenamento urbanístico.

Mais duas observações:

Em primeiro lugar, o reequacionar do troço da variante entre a Vista Alegre e Santa Bárbara, não pode ser protesto para se protelar o avanço da fase Feteira/Santa Bárbara, que deve avançar este ano como está aliás estabelecido no plano.

Em segundo lugar, os estudos que são necessários desencadear a partir de agora para encontrar uma alternativa, também não podem eternizar-se, mas antes há que lhes dar prioridade, sobretudo porque o plano de urbanização da cidade da Horta está parado neste momento à espera da localização da variante.

Finalmente, quero também congratular-me com esta acção dos peticionários, porque se empenharam e não quiseram apenas afastar um problema da sua porta, apresentaram alternativas que vão motivar estudos subsequentes e todos esperamos que a sua intervenção possa vir a ter como resultado o melhor traçado para a variante à cidade da Horta, em particular no troço Vista Alegre/Santa Bárbara.

Para terminar, quero também congratular-me com o trabalho realizado pela Subcomissão e pela Comissão de Política Geral que trabalhou esta petição e conseguiu gerar à sua volta o consenso que nestes casos é fundamental.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me dar aqui a noção de que depois da primeira intervenção que foi feita nesta Assembleia, a parte que foi perceptível — a não ser que a parte em alemão é que tenha sido esclarecedora — deixa a ideia que, no fundo, o grande resultado da análise desta petição, é de facto um conjunto de louvores ao Governo Regional.

A ideia que nós temos é exactamente o contrário. Nós temos a ideia de que esta Assembleia, com este processo, revela que ainda é uma garantia fundamental para os cidadãos da nossa Região Autónoma.

De facto, em todo este processo, pode-se dar a ideia de que não havia razão de ser para esta petição, porque pelos vistos ninguém assumiu a responsabilidade do que estava previsto, do que estava traçado e agora todos concluem, felizmente, que estava mal. Agora vem a Assembleia dar razão aos proponentes da petição, mas pelos vistos é uma evidência. Por conseguinte, pode ficar a ilusão — e é isso que nós queremos denunciar — de que a petição não teve a pertinência que, estamos convencidos, veio a ter.

Este tipo de observação parece-nos claro, porque da leitura das declarações feitas no âmbito do trabalho válido, como já aqui foi referido e bem, efectuado pela Comissão e pela respectiva Subcomissão, seria eventualmente inútil ter havido o recurso a essa figura regimental.

Portanto, mais uma vez queremos manifestar a nossa concordância com o parecer elaborado, que vai no sentido de que o traçado previsto para a 2ª fase da variante à cidade da Horta deve ser reanalisado, de acordo com os estudos técnicos, de modo a serem salvaguardadas, na medida do possível, as preocupações elencadas na petição.

Conforme declarações efectuadas pelas entidades objecto da audição, inclusivamente por parte do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, principal responsável por esta situação, já aqui se indicia que “irá solicitar ao gabinete projectista que avalie as outras hipóteses levantadas, os respectivos custos, alertando que a alternativa apresentada pelos moradores, já era contestada na zona dos Flamengos”.

Seja como for, Sr. Presidente, Srs. Deputados, congratulamo-nos com esse resultado. Julgamos que este parecer constitui uma garantia para os cerca de 400 subscritores desta petição e, serenamente, aguardamos que o Governo, com bom senso, retome o caminho que as populações servidas exigem. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que, sobre esta matéria, vou procurar pronunciar-me sempre sucintamente, com a maior objectividade do que sou capaz.

É evidente que a forma como o Sr. Deputado Renato Leal fechou a sua intervenção deixou alguma curiosidade no ar. Será que ele quis dizer que vamos corrigir o mal feito? Será que ele quis indicar, em alemão, que em português temos que efectivamente de uma vez por todas, fechar um dossier que está a ser conduzido há muitos anos (desde a sua origem) e mal?

Esta circular andou sempre atrás da realidade.

Há muitos anos atrás falava-se numa circular que nem mais, nem menos passava no heliporto do hospital. Há muito anos atrás falava-se numa variante — nessa altura usava-se ainda a expressão “via rápida” — que transformava uma rua desta cidade em dois becos, salvo erro, a Rua Conselheiro Terra Pinheiro ou Rua Ilha do Pico, era uma delas.

Há muitos atrás encontravam-se e conceberam-se soluções que não tinham nada a ver, nem com o presente, nem com o futuro que se queria para esta cidade. Encontraram-se essas soluções não por incapacidade do técnicos, não por incapacidade dos dirigentes, mas porque não havia intenção de fazer.

Durante anos foi-se protelando esta situação, foi-se deixando caminhar, foi-se deixando andar.

A dada altura aparece um outro tipo de projecto, aparece um outro tipo de ideia, mas não foram tomadas medidas e então põe-se este troço da circular a passar numa zona urbanística que foi definida com determinadas características. Não houve medidas cautelares.

As pessoas que moram naquela zona foram obrigadas a ter determinados lotes, com determinadas características, com determinada densidade, porque se previu para ali uma zona de habitação com qualidade, uma zona de espaços largos.

Entretanto, exactamente numa das estradas, que em boa parte foi paga por quem promoveu aqueles lotes, quer-se transformar em estrada regional nº 1, à qual se dá o cognome de variante, uma das estradas onde os loteamentos em boa parte foi feito pelos particulares e quer-se, administrativamente, ir para a solução não mais rectilínea como o Sr. Secretário disse na Comissão, mas mais barata, assumir uma solução que passa por colocar numa zona urbanizável, numa zona residencial, uma via que se destina ao trânsito pesado, uma via que se destina a escoar ou a receber do norte da ilha, passando pela zona industrial, para o porto e para o aeroporto, o trânsito que não precisa de vir ao centro da cidade.

O que é que estamos a fazer?

Estamos a ludibriar completamente as pessoas. As pessoas compraram lotes por determinados valores, em função de determinada expectativa, quando nessa mesma altura podiam ter comprado por outros valores, noutros sítios da cidade; as pessoas foram obrigadas a comprar determinado

número de metros quadrados em função dos alvarás de loteamento e foram obrigadas a investir nas infraestruturas de determinada maneira, em função daquilo que foi definido.

Nunca houve uma medida cautelar para aquela zona; nunca foi dito que ali ia passar uma estrada. De repente, põe-se ali uma estrada com determinadas características. Não pode ser, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É completamente injusto, é demasiado autoritário, é demasiado irracional para ser verdade. Isto tem que ser modificado.

Aqui entra o mérito dos peticionários, desde logo da Comissão que teve o mérito de promover a petição (estão quase todos presentes), e foi acompanhada por 400 cidadãos desta terra que nunca se conformaram com soluções deste tipo.

Se é verdade, como o Sr. Deputado Renato Leal disse, que no passado não houve diálogo, ele também não existe no presente. Não houve diálogo neste processo.

O Sr. Deputado Renato Leal sabe que, eu juntamente com outros 5, estivemos um dia na Sala de Sessões da Câmara, com uma carta muito grande em cima da mesa de reuniões matando a cabeça à procura de uma solução que não colocasse em causa as expectativas das pessoas — isso foi no ano de 1998, se não me falha a memória — porque a Câmara não tinha sido consultada sobre aquilo, mas foi naquele momento.

A Câmara, para trás, deu um parecer no sentido contrário, mas persistiu-se, não foi tida em conta a opinião obtida por unanimidade naquela altura e que hoje nem sequer é válida, porque entretanto como não haviam medidas cautelares, nestes 3 anos, aquela situação modificou-se completamente e está completamente cheio de lotes e de casas. Portanto, não houve diálogo nenhum neste processo.

Não foi por acaso que o actual Presidente da Câmara Municipal referiu aquelas afirmações na Comissão; não foi por acaso que o Conselho de Ilha que, felizmente, foi ouvido — e eu sublinho, permitam-me que sublinhe, tenho o gosto de ter sugerido na Comissão que fosse consultado o Conselho de Ilha para ser valorizado aquele órgão — por unanimidade, na sua comunicação nesta Assembleia, usa o termo “rejeitar esta solução” (todos sabem qual é a composição do Conselho de Ilha) e não foi por acaso que este assunto teve esta evolução, porque esta solução não é política, democrática e tecnicamente aceitável.

Esta solução tem que ser revista com critérios técnicos, por quem saiba rever, mas tem que ser revista no sentido de encontrar uma solução que permita que a parte norte e a parte sul da ilha, obviamente fiquem ligadas sem congestionar o trânsito no centro ou em qualquer parte desta pequena cidade.

Não vamos orientar, como foi orientado, a expansão da cidade para o Monte Carneiro e depois fazer um limite no Monte Carneiro com uma estrada regional nº 1 para determinado tipo de circulação.

O relatório é satisfatório. Dá uma indicação clara no sentido deste assunto ser revisto. O compromisso assumido pelo Sr. Secretário é politicamente aceitável, ou seja, que o assunto seja estudado.

Portanto, fico com a ideia que temos que continuar a seguir este problema por forma a que haja uma outra solução para esta questão.

Acho que esta petição teve o profundo mérito de trazer a debate um problema urbanístico de uma das cidades da Região evidentemente, mas de evidenciar uma questão: quando as pessoas participam, quando as pessoas se mobilizam, quando as pessoas argumentam com razão, no nosso sistema, a sua voz não pode senão ser ouvida e é com essa convicção que eu termino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, eu agradecia se a Mesa pudesse fazer o obséquo de me informar de quanto tempo disponho.

Presidente: Dispõe de 2 minutos.

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir desculpa aos intervenientes pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Comunista, se aquilo que eu vou dizer não constituir uma correcção àquilo que eles disseram, mas eu penso que tenho necessidade de afirmar aqui um pequeno pormenor.

Tanto quanto eu sei, o que estava até há poucos meses atrás e ainda está neste momento previsto para o segundo troço, é apenas um estudo prévio.

Portanto, não é um projecto definitivo que de alguma forma imponha que seja por ali que se tenha que passar.

Trata-se de um estudo prévio que é, ele sim, indicativo e orientador.

Se não houver percalços, seria efectivamente por aí que se desenvolveria o projecto.

Estávamos ainda numa fase anterior onde numa postura dialogante, de seriedade, de procura das melhores soluções para uma ilha que efectivamente merece particular atenção e para uma cidade que merece mais cuidados, devido ao facto de mais tarde do que as outras vir a beneficiar de uma infraestrutura desta natureza, há que ser encontrada.

É essa palavra de esperança, mas mais do que esperança, de certeza e de congratulação com a posição assumida pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e também perante os principais membros da Comissão de peticionários, que eu quero deixar nesta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para pôr aqui um ênfase.

Tanto quanto sei, esta petição é desbloqueada e as pessoas que lá moram tomam a iniciativa de a fazer, quando reparam e vêem que junto das suas casas estava a ser feito um levantamento topográfico para elaboração do projecto.

Portanto, o Gabinete estava a retirar os dados técnicos necessários para a feitura do projecto da variante, o que quer dizer que a decisão de fazer aquele troço, é uma decisão que a nível da Secretaria Regional estava tomada.

O que vem de algum modo dar grande importância à intervenção dos peticionários, porque só essa intervenção, motivando este debate, motivando as audições, motivando o diálogo que se fez, motivando esta própria reunião, tudo isto e o relatório, é que veio em última instância fazer com que o problema pudesse ser devidamente reequacionado, o que nos apraz e satisfaz a todos.

Eu queria apenas frisar um ponto que me esqueci na primeira intervenção e que penso que é muito importante.

No texto desta petição, no texto dos peticionários e nas posições assumidas, que são unânimes à volta deste assunto, nada está em causa quanto ao chamado primeiro troço entre a Feteira e Santa Bárbara. Toda a gente está de acordo que essa obra deve ser adjudicada e deve arrancar de acordo com o que está previsto e está planificado.

Esse primeiro troço deve ser resolvido dentro do planificado, o mais breve possível.

O que está de facto em questão é a ligação Santa Bárbara à Vista Alegre e é essa que tem que ser repensada, porque não pode partir a cidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de apresentar aqui mais dois elementos para esta reflexão que se está aqui a fazer e que me parece que nenhum deles são prova do diálogo que se diz que tem existido e que, na minha opinião, tem faltado.

Em 1998, como já foi aqui referido, a Câmara Municipal da Horta, por unanimidade, deu parecer negativo a um estudo prévio sobre o traçado da variante.

A 22 de Março de 2001, foi presente novamente à Câmara o estudo prévio da primeira fase e com ele, novamente, a Câmara Municipal da Horta, por unanimidade, pronunciou-se contra a parte do traçado previsto para as Dutras.

Passou-se este período de 98 a 2001 e a Câmara Municipal da Horta, não por entretenimento, nem por gosto, unanimemente repete um parecer negativo a dois traçados que se mantêm sem alteração.

Mais... o actual Sr. Presidente da Câmara, na audição à Comissão, referiu que a própria Delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, nesta ilha, não tinha sido consultada acerca da posição da variante e que estava a ser intermediária entre a tutela e um gabinete que aparecia aqui, de tempos a tempos para fazer medições.

Se isto, Sr. Deputado, é diálogo, estamos entendidos.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre esta matéria e esgotado o debate sobre a localização da variante à Cidade da Horta, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 18 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 20 minutos)

Passemos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que é composto pela **Proposta de Resolução sobre “Orçamento Suplementar da ALRA para o ano 2001”**.

Como sabem, trata-se apenas de regularizar uma situação, introduzindo o saldo do ano findo. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte: **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional que mantenha o regime de frequência opcional da disciplina de Educação Moral e Religiosa em alternativa à disciplina de formação cívica”**, apresentada pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No “habitat” cultural do homem dos nossos dias, com os desafios consequentes para o processo e projecto educativos, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem todo o lugar.

Da formação moral e religiosa resulta a centralidade da pessoa humana, em ordem a uma soberania pessoal. Uma pessoa humana concebida, à luz dos valores evangélicos, como integrando também a vertente do transcendente, aquela que dá profundidade e descobre o sentido da sua existência, aquela que eleva o patamar da cidadania a um nível verdadeiramente humano.

A visão religiosa do Homem é uma grande narrativa, envolvente do cosmos, do mesmo Homem e do próprio Deus.

Um jogo de linguagem simbólica e parabólica, que exprime o inefável das experiências radicais e limite da existência humana, integrando, a seu modo, o conjunto dos saberes e fecundando esses mesmos saberes, lá onde plasma a personalidade e onde se gera a matriz cultural de cada um e das sociedades.

A Educação Moral e Religiosa tem, nestas circunstâncias, pleno cabimento na escola — na escola pública também. O seu carácter disciplinar é indiscutivelmente constitucional, pelo serviço que presta à Comunidade educativa para cumprimento cabal da sua função. E ao Estado — a quem está vedado dirigir a educação sob quaisquer modelos ideológicos, políticos, estéticos, religiosos ou sociais — cumpre o encargo de proporcionar, em nome da liberdade de aprender e ensinar, bem como do direito dos pais e dos próprios educandos escolherem o projecto educativo que desejam, a pluralidade de opções, em igualdade de circunstâncias, sem agravamento de encargos.

Nos Açores esta decisão exerce-se também pelos órgãos próprios que a Autonomia gerou. O Estado decidiu para si de uma determinada forma que não pretendemos agora aqui avaliar. À Região compete decidir em função da nossa realidade social, cultural, histórica e política.

Foi com este enquadramento que o Grupo Parlamentar do CDS/PP entendeu apresentar a Proposta de Resolução que agora discutimos.

Os Açores e os açorianos são também nesta matéria diferentes. Desde logo, no quadro político: por alguma razão nesta Casa não têm assento os radicais de agremiações minoritárias de Esquerda ou

também por alguma razão no próprio Grupo Parlamentar Socialista que representa a maioria, os jacobinos são apenas uma minoria juvenil, se é que até estes sabem o que isto significa.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Cristianismo não é um Partido: a todos os cristãos, independentemente da filiação ou afectação partidária, está entregue o dever de possibilitar, num quadro de liberdade religiosa, a formação dos homens nos valores evangélicos.

Dispensamo-nos aqui de justificar social, cultural e historicamente, as razões da nossa diferença.

Melhor do que ninguém, cada deputado enquanto açoriano ou pelo menos enquanto representante, e por isso mesmo conhecedor dos Açores reais, sabe do que falo.

A justificação que importa é a do presente. Os desafios que se colocam são os homens e mulheres que hoje se formam humanamente nas escolas.

Hoje a disciplina de Educação Moral está num regime de frequência opcional com a disciplina de Formação Cívica. É um sistema equilibrado entre a liberdade de opção e a possibilidade de optar.

Coisa bem diferente será, como resulta da reforma curricular, remeter esta disciplina para um plano residual e meramente facultativo.

O resultado natural seria o abandono dos jovens desta cadeira, quando num quadro opcional é esta, de forma bem vincada nos Açores, a sua preferida. E seria o resultado normal por uma razão compreensível: significaria sobrecarga de horário. Aliás, fosse qual fosse a disciplina que passasse a este estatuto é certo e sabido que os jovens têm outros entretenimentos bem mais aliciantes que qualquer disciplina escolar.

Nos Açores é o presente que comprova esta realidade.

Como há poucos dias revelou o Senhor D. António, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, 2/3 dos estudantes açorianos frequentam hoje a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica na escola por opção.

As decisões públicas têm de ser o reflexo do pensamento maioritário da comunidade que representam.

Não estarei longe da verdade se disser que a maior parte de nós açorianos sabe o lugar da disciplina de Moral na escola. Não estarei longe da verdade se disser que a maior parte dos que aqui estamos também o conhecemos.

A aula de Moral, lançando mão às modernas aquisições pedagógicas e dando o devido valor às novas aquisições culturais, tornou-se um complemento da própria missão da escola, indo mesmo ao encontro dos seus objectivos: ensinar e humanizar.

Todos estamos de acordo que a sociedade actual, seja qual a forma que utilizamos para a descrever, não é aquela que mais serve o Homem. A aula de Moral apresenta um ideal de sociedade diferente, assente em valores morais e éticos universais, implícitos na mensagem cristã. O anúncio deste ideal, “tendo sempre presente o discurso dialógico do Vaticano II que supõe uma simpatia pelas mundivalências não cristãs e não religiosas”, é suportado pela missão e pelo testemunho da Igreja e, porque não reconhecê-lo, pelo testemunho de todos os “homens de Boa-Vontade”, na evolução do pensamento social, em áreas como o subdesenvolvimento; a Ecologia; a Educação para a Paz; o amor preferencial pelos pobres; os direitos humanos; e a solidariedade.

É por tudo isto e por quanto aqui falta, por não o sabemos dizer, que os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS/PP propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove a seguinte Resolução:

— A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda ao Governo Regional que a disciplina de Educação Moral e Religiosa tenha um regime de frequência opcional em alternativa à disciplina de Formação Cívica, ou, o mesmo é dizer, a partir da reforma curricular, a uma disciplina na área da formação pessoal e social.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, eu recordo que estamos a discutir esta proposta conjuntamente com a proposta de substituição que existe da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta temática, a temática da educação moral e religiosa católica, no caso presente, mas de forma mais generalizada educação moral e religiosa de qualquer confissão religiosa, é uma matéria que encontra na reorganização curricular que está a acontecer, um lugar privilegiado em termos daquilo que, nesta Assembleia, pode ser feito.

Está presente a esta sessão e vai ser discutido brevemente, um documento que visa criar as condições na Região Autónoma dos Açores, para que seja possível encontrar as soluções necessárias para esta e outras questões em que haja, da parte dos órgãos de Governo próprio da Região, o interesse de criar soluções diferentes daquelas que existem a nível nacional.

Muito antes desta matéria se ter transformado numa questão de discussão pública, já tinham acontecido múltiplos encontros entre os responsáveis pela educação na Região e os responsáveis da Diocese nesta matéria, que culminaram já esta semana num encontro entre o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Bispo, em que esta matéria foi abordada.

Em todas estas reuniões foi sempre manifestado, de forma inequívoca, o interesse do Governo Regional no sentido de se encontrar uma solução que, no quadro da lei, permita manter a opcionalidade desta disciplina, quer para a educação moral e religiosa católica, quer para a educação moral e religiosa de qualquer outra confissão religiosa que legalmente possa ter esta disciplina nas nossas escolas.

Essa é uma matéria que da parte do Governo Regional é consensual. Há um acordo e um trabalho de colaboração estreita com os responsáveis pela Diocese e estou seguro que vai ser possível encontrar uma solução que permita resolver essa matéria a contento – creio - da maioria dos açorianos.

Por isso mesmo, da parte do Governo Regional, há toda a boa vontade, toda a abertura e nada há a opor àquilo que é proposto.

Há sim questões de natureza técnica e jurídica dos diplomas que serão resolvidas no âmbito da discussão que se vai seguir e resultam da adaptação à Região e da entrada da Região em matéria de reorganização curricular.

Para o ano lectivo que se vai iniciar no próximo mês de Setembro, ainda não teremos pronta legislação regional que é preciso aprovar, mas já houve, em consonância entre a Diocese e a Secretaria, a necessária orientação às escolas, no sentido, embora ainda sem vinculação do ponto de vista da lei, de serem criadas as alternativas necessárias para que nós consigamos manter o funcionamento da educação moral e religiosa, ao nível que temos tido até agora.

É essa a intenção de ambas as partes e será isso que acontecerá.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista aprova esta proposta do CDS/PP que tem como objectivo manter a frequência opcional da disciplina de Educação Moral e Religiosa, em alternativa a uma disciplina na área de desenvolvimento pessoal, não como uma disciplina tal qual está na proposta apresentada, ou seja, de formação cívica, dado que a formação cívica pelo Decreto 6 e 7 não é uma disciplina, é uma área não disciplinar no desenho curricular proposto a nível nacional, mas sim uma disciplina a criar numa componente da formação pessoal e social, tal qual a Comissão propõe no seu relatório.

O Partido Socialista vai ainda aprovar essa proposta, porque tem em conta que a nossa realidade regional tem especificidades históricas, culturais e religiosas que há que preservar na nossa Região.

O PS não é partido de jacobinos, como disse aqui o Sr. Deputado...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Eu não disse isso!

O Orador: ... mas de alguns jacobinos.

O PS representa a sociedade açoriana, tem maioria na sociedade açoriana. Sendo assim, também representa esta área e quer estar representado, porque existem muitos católicos e outras religiões. O PS é um partido que abrange todas as religiões na nossa Região.

É importante que se mantenha em opção a disciplina de educação moral e religiosa, porque essa disciplina, em nosso entender, não é uma aula de catequese, é uma aula que ajuda a desenvolver a formação dos nossos alunos e das nossas crianças nas nossas escolas.

Portanto, não sendo só a catequese — e eu como professor acompanhei muitas das actividades que se desenvolvem nas escolas no âmbito dessa disciplina — e tendo em conta esse sentido, o sentido açoriano, o sentido do papel desenvolvido nessas aulas para a formação dos alunos, o PS vai apoiar esta proposta.

O PS também entende que deve apoiar essa proposta, porque nos últimos anos a Direcção Regional da Educação investiu muito na formação dos professores no âmbito da disciplina que existe neste momento em opção, ou seja, a disciplina de desenvolvimento pessoal e social.

Portanto, essas acções e essa formação que foi dada aos professores, deverá ser rentabilizada no futuro, na disciplina a criar, com um nome que se será dado para o futuro, no aproveitamento da formação já existente em muitos professores da Região Autónoma dos Açores.

Por fim, esta proposta vai ao encontro dos contactos que têm sido feitos entre o Governo Regional e a Igreja Católica nos Açores.

Por tudo isto, vamos votar favoravelmente a proposta com as alterações que a Comissão propôs a esta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma proposta de Resolução em que se propõe que a disciplina de Educação Moral e Religiosa seja opcional em vez de ser facultativa, conforme determina a legislação nacional.

Queria chamar a atenção para alguns aspectos.

Nós, Partido Comunista Português, entendemos que na escola, os jovens e as crianças devem ter a possibilidade de frequentar a disciplina de Educação Moral e Religiosa e dentro da Educação Moral e Religiosa, aquela que seja a sua própria opção religiosa, com total liberdade.

Para nós é um direito dos jovens, dos encarregados de educação e das crianças, a frequência desta disciplina.

Por outro lado, não temos qualquer simpatia pelos Decretos-Lei nº 6 e 7 que determinam os currículos do ensino básico e secundário neste país.

No entanto, entendemos que essa legislação ao vigorar no país, também terá de vigorar na Região Autónoma dos Açores, a não ser que por mecanismos próprios haja alterações específicas para a Região.

Uma resolução, em nosso entender, nunca poderá alterar um Decreto-Lei. Uma resolução, em nosso entender, nunca poderá regulamentar um Decreto-Lei.

Vamos ver o que dizem os Decretos-Lei.

Nós temos o Decreto-Lei para o ensino básico e secundário que no seu artigo 5º, nº 5 diz: “as escolas no âmbito da sua autonomia devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos”, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da Lei a Educação, Moral e Religiosa com frequência facultativa

O 7, para o ensino Secundário, diz exactamente a mesma coisa.

Portanto, há uma determinação legal que determina que a disciplina de educação moral e religiosa é facultativa.

No entanto, existe um outro aspecto nesses diplomas que tem também que ser analisado em função da sua aplicação.

Na formação Pessoal e Social, para o ensino básico e secundário, há uma área que inclui as áreas curriculares não disciplinares, que têm por exemplo, no 7º ano, duas horas e meia, uma carga de 2.5 x 90 minutos e no 8º ano e no 9º ano a mesma coisa. Aqui, os jovens têm a obrigatoriedade de ter esta carga horária.

A escola tem uma opção de mais 0.5 de carga semanal horária que também é obrigatória.

Finalmente, há a faculdade da Educação Moral e Religiosa, havendo também a possibilidade de uma actividade de enriquecimento que também é facultativa.

O problema coloca-se aqui.

Em relação à Formação Pessoal e Social obrigatória, é evidente que não poderá ser trocada pela Religião e Moral, porque são obrigatórias.

No entanto, o Sr. Secretário que é o grande defensor desta solução, que a actividade de enriquecimento poderá ser para uns e a religião e moral poderá ser para outros, não pode de modo nenhum retirar aos jovens a possibilidade de terem a actividade de enriquecimento, para aqueles que têm a educação religiosa e moral.

O problema que se põe é que todos os jovens ou todos os miúdos que frequentam as nossas escolas, em relação à parte obrigatória que têm direito a frequentar, têm que continuar a frequentar.

Em relação à religião e moral, aqueles que a quiserem frequentar, vão frequentar, porque, em nosso entender, o Sr. Secretário não tem o direito de pôr como opção uma disciplina que não é opcional. Por isso mesmo, a opcional, na nossa opinião, há que mantê-la como opcional; a facultativa há que mantê-la como facultativa e não se deverá criar uma opcional ou não se pode trocar uma opcional por uma obrigatória, nem se pode retirar aos jovens o direito deles poderem frequentar todas aquelas que são facultativas.

Por isso mesmo, pensamos que esta Resolução está ferida de ilegalidade, clara e nitidamente, por um lado. Por outro lado, não faz qualquer sentido que por qualquer resolução se venham a transferir conceitos que estão legislados a nível nacional, por opções que em nada têm a ver, em nosso ver, com as características da Região Autónoma dos Açores.

Isto não é um problema de características regionais. Isto é um problema de currículo de ensino que, em nosso ver, tem que ser respeitado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A posição da bancada do PSD em relação a esta Proposta de Resolução é uma posição concordante — aliás, foi expressa na Comissão. Concordante, porque existe efectivamente algo específico nos Açores. Nós somos uma comunidade alargada, maioritariamente católica; somos uma comunidade que preza o espaço da criação de valores e, neste caso, valores espirituais e morais. Nessa perspectiva é uma iniciativa justa e com um significado político considerável.

Eu próprio, recentemente, mantive um contacto com o Sr. Bispo onde ele expressou essa preocupação.

Nós temos a informação de que neste ano lectivo 2000/2001, 67.2% dos alunos frequentavam esta disciplina.

Na nota pastoral que ele enviou a toda a Diocese, intitulada “Carta aos Pais”, por ocasião das matrículas, ele faz esse apelo.

Também consideramos esta iniciativa, do ponto de vista da actualidade, de interesse político, porque, em breve, após a discussão e aprovação neste Parlamento do diploma da gestão e reforma curricular, que irá adaptar os Decretos-Lei 6 e 7, de 2001, virá o Decreto Legislativo Regional com o desenho curricular.

Portanto, esta recomendação vai no sentido do Governo ter em conta, na preparação deste diploma, esta realidade política.

É nesse sentido que a bancada do PSD considera oportuna e válida esta iniciativa.

Importa deixar aqui expresso, em forma de lamento, que o Governo da República não tenha tido o cuidado nos diplomas que fez aprovar, de ter em conta esta realidade, que é também uma realidade de todo o país...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Não tem maioria na Assembleia!

O Orador: ... do ponto de vista antropológico, sociológico e também do ponto de vista da própria cultura.

Aqui nos Açores, corrigia-se esse lapso, se é que é só lapso, e seria uma forma de ensinar o país numa atitude que me parece respeitadora para com a população portuguesa e no caso concreto açoriana.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para explicitar uma questão que penso que aqui está sendo levantada sobre o processo que vamos adoptar na votação desta Proposta de Resolução.

O Partido Socialista irá votar contra a Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, porque formalmente não podemos ter sobre a mesma matéria duas resoluções.

Para podermos votar a favor da proposta de texto de substituição elaborada na Comissão e que mereceu o acordo do PS, do PSD e PP, significa que nós temos, no caso do PS, obrigatoriamente, que votar contra a proposta do CDS para que depois fique o texto de substituição da Comissão, o qual pelo menos tem acordo de 3 partidos.

É uma questão meramente formal.

O objectivo é claro e nós estamos de acordo.

Não há qualquer dúvida da nossa parte, é só porque não podemos ter dois textos diferentes para a mesma resolução, senão teríamos duas resoluções diferentes.

Nós vamos votar contra a proposta do CDS/PP para que a seguir possamos votar o texto da Comissão.

Julgamos que essa matéria devia ser pensada em termos de conferência de líderes para próximas situações que surjam deste teor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como de facto já foi expresso pelo meu companheiro de bancada, Deputado Bento Barcelos, o PSD naturalmente vai votar favoravelmente o texto que emerge da Comissão de Assuntos Sociais, até porque a parte maior desse texto que vem da Comissão é da responsabilidade do nosso Grupo Parlamentar.

Todavia e ressaltando o aspecto formal, que foi anteriormente enunciado pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, convém também dizer que em relação ao objectivo final, quer do texto da Comissão, quer do texto inicial da proposta do Partido Popular, não há qualquer discrepância entre um e outro, há tão somente o afinar de alguns pormenores, nomeadamente de linguagem e de conceitos que decorrem da publicação dos dois Decretos-Lei nacionais, já aqui no decorrer deste debate tantas vezes invocados.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, importa dizer que nesta matéria há um grande consenso, nomeadamente entre aquilo que é a posição do Governo Regional e a posição do Grupo Parlamentar do PSD neste domínio. Nós fazemos uma oposição responsável, de alternativa, mas sempre com aquela disposição para concordarmos e apoiarmos com aquelas iniciativas que, mesmo vindas de outros partidos, nomeadamente da maioria, têm justeza nos seus princípios e nos benefícios que podem trazer para a população dos Açores.

Neste domínio importa sublinhar que nunca, nos termos em que estão redigidos estes textos, esteve em causa a liberdade de outras confissões religiosas que não a da igreja católica.

Portanto, nos termos em que esta proposta de Resolução vai ser votada, fica naturalmente aberto, como de resto não podia deixar de ser, todo o espaço para outras confissões cristãs desenvolverem as suas actividades, desde que reúnem determinados requisitos, número mínimo de alunos, disponibilização do docente, etc..

Relativamente à aplicação desta recomendação que iremos aprovar, ela só produz efeitos relativamente ao 2º ciclo, em termos imediatos, na medida em que os Decretos-Lei nacionais remetem para o ano lectivo 2002/2003, a entrada em vigor da nova reorganização curricular no 3º ciclo e depois no secundário.

Portanto, no imediato, a disciplina de educação moral e religiosa só tem o estatuto novo, relativamente ao 2º ciclo e também ao 1º ciclo, mas aqui esta regra geral não se aplica com os contornos que tem nos outros ciclos. Portanto, só se coloca relativamente ao 2º ciclo, ao 5º e 6º anos de escolaridade.

De facto, aqui levanta-se um problema: como fazer este reajustamento?

Em nosso entender, e se for essa a opção do Governo terá naturalmente o nosso apoio, essa disciplina de educação moral e religiosa, pode integrar-se no âmbito da formação pessoal e social, nomeadamente naquilo que é a área ou a sub-área da formação cívica, cujo conteúdo não estando ainda definido a nível nacional e muito menos a nível regional, e não sendo uma área disciplinar,

nem por isso pode deixar de conter uma disciplina, se tivermos em consideração, nomeadamente todas as orientações e toda a filosofia das ciências de educação quanto à gestão flexível do currículo.

Portanto, a questão só se coloca relativamente ao 2º ciclo e mesmo aí suponho que há uma porta aberta para se resolver este problema.

Finalmente, importa sublinhar que o PSD, em sede de Comissão e no domínio da apreciação de uma outra proposta de Decreto Legislativo sobre os currículos, já adiantou que essas matérias devem ser objecto de um calendário, nomeadamente também para resolver as interrogações que decorrem de uma falta de calendarização.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este meu esclarecimento vai, em primeiro lugar, para o Sr. Deputado Joaquim Machado, porque tenho a impressão que não tem razão naquilo que diz.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, por 3 vezes, disse que isto só se aplica ao 2º ciclo e não se aplica a mais nenhum ciclo. Está enganado e provo-lhe com um documento.

Como eu já disse nesta Sessão sou pai. A minha filha frequenta o 1º ciclo.

A escola que ela frequenta enviou um papel para o encarregado de educação preencher, para saber se ela pretende ou não participar nas aulas de Educação Moral e Religiosa Católica ou de Educação Moral e Religiosa Evangélica. Já agora, para sua informação digo-lhe que ela vai participar em educação moral e religiosa católica.

Lá também, vem dito: “mais se informa que no caso de não pretenderem as disciplinas referidas terão, obrigatoriamente, uma outra disciplina que será posteriormente divulgada”.

O que eu quero é que o Sr. Secretário diga à minha filha qual é a outra disciplina, embora ela vá à aula de religião moral e católica, porque entendo que a outra disciplina, seja ela qual for, é um direito que a criança tem.

Por isso mesmo, entendo que o que está em causa, é o facto das outras disciplinas que não são opcionais, são obrigatórias e a facultativa é aquela que vão ou não e é apenas uma, ou seja, a Educação Moral e Religiosa.

Portanto, Sr. Deputado, em relação ao 1º ciclo, a implementação é para já e neste aspecto penso que estamos entendidos, a não ser que o senhor tenha outro entendimento.

Um outro aspecto que também foi colocado foi a afirmação de que o problema da Educação Moral e Religiosa é uma especificidade da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Deputado Bento Barcelos, explique-me por favor, para ver se eu consigo compreender, qual é a diferença, no aspecto moral e religioso, entre uma escola na sua ilha e uma escola da cidade de Braga?

Se conseguir explicar, eu sou capaz de mudar de opinião.

Nessa cidade, ou na cidade de Angra do Heroísmo, a grande maioria dos habitantes são católicos apostólicos e romanos. A percentagem deve ser muito semelhante.

A opção pela disciplina de educação moral e religiosa, tanto numa cidade como na outra, também é semelhante.

Qual é a especificidade que o senhor encontra entre aquilo que se passa em regiões maioritariamente católicas, no Continente português e na Região Autónoma dos Açores?

Por outro lado, o Sr. Deputado também refere o problema dos Decretos-Lei 6 e 7. Eu já lhe disse que pessoalmente considero — aliás amanhã vamos discutir isto — que o 6 e o 7 são aberrações, neste momento, em relação à reforma do ensino. Eles foram condenados pelos professores, pelos educadores e pelos estudantes.

Eles estão em vigor. Foram aprovados. Há que respeitá-los.

Infelizmente também, segundo creio — penso que a memória não me está a falhar — foi apenas um decreto do Governo, porque eles foram à Assembleia da República e lá tiveram aval.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito sucinta para responder à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, que eu respeito.

Esta resposta terá subjacente, naturalmente, o meu entendimento sobre a especificidade cultural e social dos Açores. Aliás, ontem, na minha intervenção proferida no Período de Antes da Ordem do Dia, quis deixar bem expresso que os valores espirituais e os valores que também foram emanados e ensinados pela Igreja católica, são algo de real nos Açores.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Mas também são em Braga!

O Orador: Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que nós não somos obrigados (ainda bem que não somos obrigados!) a cometer os erros que os outros cometeram.

Efectivamente, há aqui um erro grave, da parte do Governo da República, no que se refere aos dois diplomas que já foram aqui referidos, mas ainda vai a tempo de corrigir.

No entanto, quando nos Açores estamos próximos de um momento político onde virá a este Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, do Governo Regional, com o figurino curricular ou desenho curricular, é tempo devido de alertar o Governo para não cometer esse erro.

A situação, a perspectiva, até a própria cultura e a ligação à Igreja Católica, podemos considerar praticamente igual nos Açores à Região de Braga.

Já o mesmo não se poderá dizer de outras Regiões do país, porque haverá Regiões onde essa perspectiva é bem diferente. Não conviria aqui dizer quais as Regiões, mas não há dúvida nenhuma que há, no ponto de vista básico, algumas Regiões, nomeadamente no norte do país, em que essa realidade espiritual e esta realidade de cultura é muito próxima.

Nós não somos obrigados a cometer os erros que neste caso foram cometidos e oxalá que o Governo Regional também os possa corrigir.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

O senhor tem toda a razão na interpelação que faz, mas isso não reduz em nada a razão que eu tive nas afirmações que havia proferido, porque como teve oportunidade, se me ouviu bem, eu disse que a questão também se coloca relativamente ao primeiro ciclo, mas por um lado, dada a organização deste ciclo, que não é por disciplinas, a questão não se coloca com a acuidade que naturalmente se põe nos outros ciclos subsequentes e, por outro lado, tendo em conta aquilo que é a prática corrente há muitos anos e na maioria dos estabelecimentos de ensino deste nível, aí, salvo uma ou outra situação, que nós poderemos considerar de excepção, a disciplina de Educação Moral e Religiosa, habitualmente, não é leccionada. Daí eu ter dito que a questão não se colocava com acuidade relativamente ao 1º ciclo.

Naqueles casos onde é possível a Igreja Católica ou outra confissão religiosa disponibilizar meios para a leccionação desta disciplina no 1º ciclo, naturalmente que se põe o problema e põe-se nos termos que muito bem lhe foram dirigidos, suponho que pelo Conselho Executivo DA Área Escolar a que pertence a escola que frequenta a filha de V. Exa..

Nisto não há qualquer contradição, nem há menos razão daquilo que eu afirmei.

De facto, a questão coloca-se e também aí é possível fazer a interpretação que eu fiz, que sugeri e que abrange o 2º ciclo neste ano lectivo que vai começar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão em relação à opcionalidade da frequência.

De facto, a sua educanda tem todo o direito de frequentar ambas as disciplinas, se assim o entender. Não há qualquer problema.

No caso da Escola Básica das Flores, eu não sei qual é que vai ser a oferta da escola. As escolas vão oferecer de acordo com as suas possibilidades, por isso não lhe posso dizer o que é que vai ser oferecido, mas o que quer se seja oferecido, se for do seu interesse que a sua educanda frequente,

com certeza que tem o direito de frequentar, porque a oferta será feita no quadro do que está legalmente estabelecido.

Muito obrigado.

Presidente: Eu recorro que já ultrapassámos a hora regimental. Havia todo o interesse, em termos de andamento dos trabalhos, que fizéssemos a votação ainda hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Percebi perfeitamente.

O senhor entende e eu também entendo que estes decretos são muito maus e por isso vamos remendá-los. Eu tenho um conceito diferente. Eu penso que uma reforma do ensino neste momento em Portugal não sei se seria oportuna, em primeiro lugar e, em segundo lugar, não é possível remendar aquilo que nasceu mal, nasceu torto. Aliás, considero que aqui não há remendos possíveis. Aí a vida vai demonstrá-lo, mas lá não chegamos.

Ainda bem que o senhor chega à conclusão que estes são péssimos, mas embora considerando-os como tal, não nos leva a votar favoravelmente remendos desta matéria, porque não acreditamos nesses remendos.

Em relação ao Sr. Secretário Regional, gostaria de dizer que se a criança ou o jovem tem uma disciplina de opção e na hora que ele opta por essa opção, simultaneamente, está a decorrer outra disciplina, é evidente que vai optar só por uma.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): é impossível, só há uma!

O Orador: Aqui a situação é simples: ou é facultativa, portanto, para além das horas tem a facultativa, e as opcionais são também para além das horas, para aqueles que querem, poderem ir simultaneamente às duas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Eu julgo que está havendo diferentes formas de interpretar o nosso Regimento.

A primeira interpretação que nós tivemos foi que o Grupo Parlamentar do PS iria votar contra a proposta do PP para a seguir votar o texto da Comissão.

Levanta-se algumas dúvidas para nós fazermos uma outra votação, ou seja, votar na generalidade a proposta que veio do PP e na especialidade o texto da Comissão.

Portanto, agora é uma questão de nos entendermos qual o processo que devemos seguir.

O que manda votar o texto das substituições é o capítulo que diz respeito ao trabalho das Comissões.

Presidente: Srs. Deputados, não deixa de ser curioso essas interpretações.

O que vem escrito no Regimento é muito simples: “o texto de substituição é discutido na generalidade com o texto do projecto e, finda a discussão, procede-se à votação sucessiva dos textos, pela ordem da sua apresentação.”

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso em relação às Comissões. Nós na Comissão trabalhamos de um maneira diferente e agora em plenário temos que trabalhar de outra.

Presidente: Segundo o artigo 161º, a ordem de votação é a seguinte:

- propostas de eliminação,
- substituição,
- de emenda.

A Mesa não se opõe, se é esse o entendimento da Câmara, embora depois tenha que se abrir o debate na especialidade.

É redundante porque as propostas só têm um número se quiser.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa e de alguma forma invocar o Regimento.

A invocação do Regimento é a seguinte, Sr. Presidente:

Em bom rigor, a apreciação na generalidade tem em conta os princípios e na especialidade os conteúdos, por assim dizer.

Não é possível, em nosso entender, rejeitar um diploma e introduzir-lhe o que quer que seja posteriormente.

Após a votação conta da proposta na generalidade, termina imediatamente a sua análise e discussão. Portanto, em trabalho de Comissão podem existir várias propostas para serem discutidas simultaneamente, aliás, como aconteceu no caso do Regimento há algum tempo atrás.

Em termos de plenário, se nós rejeitamos a proposta na generalidade, o debate, em nosso entender, acabou.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos à votação do texto de substituição apresentado pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O texto de substituição foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 2 votos contra do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito rápida.

Nós votámos contra os dois textos como repararam e por uma razão simples, ou seja, são textos iguais naquilo que definem, tendo apenas uma pequena diferença, isto é, o texto da Comissão mostra que o PSD e o PS já se entenderam em relação à matéria que vamos discutir amanhã sobre o decreto curricular.

Os textos são iguais na sua substância.

Evidentemente, foi bom que se clarificasse o mecanismo de votação, porque esse mecanismo vai ter que ser aplicado noutras situações que temos nesta agenda, mas neste caso era irrelevante, porque os textos são iguais.

Presidente: Srs. Deputados, ficamos agora perante uma situação em que temos duas propostas aprovadas.

Vamos passar à discussão para sabermos qual é que vai ser votada na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu faço uma sugestão muito concreta em que podemos ultrapassar isso.

Considerando que a votação foi sugerida na generalidade em termos desta proposta de Resolução, diria respeito à oportunidade do tema e aos princípios informadores da Proposta de Resolução.

Agora, existe necessidade de concretizar e de definir, concretamente em relação ao conteúdo e às normas concretas e muito precisas, qual dos textos é que vincula.

Eu depreendi que a segunda votação que V. Exa. realizou dizia já respeito a este aspecto muito concreto.

A Assembleia havia deliberado pronunciar-se sobre aquela matéria, concordando com a oportunidade de discutir e de votar sobre essa matéria e da segunda votação estaríamos já a falar concretamente do conteúdo específico.

Entretanto considero que nessa medida existe uma Proposta de Resolução aprovada pela Assembleia relativa à educação moral e religiosa e que o conteúdo desta Proposta é aquele que foi votado no texto de substituição.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não foi essa a interpretação que a Mesa deu, nem é essa a interpretação que a Mesa dá. A Mesa tem que respeitar o artigo 159º que diz que “é admissível a aprovação na generalidade de várias propostas com o mesmo objecto”.

Neste caso a Assembleia delibera também sobre aquela que serve de base à discussão e votação na especialidade.

Eu não posso compreender naquela votação esta parte final deste artigo.

Nós temos duas propostas aprovadas. Qual é que passa ao debate na especialidade e votação na especialidade?

Não é por maioria de votos.

Eu tenho que saber qual é que se discute na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu estou convencido que seguindo este processo, o processo legislativo comum, ele tem que obedecer ao direito de iniciativa. Portanto, respeito o direito de iniciativa de quem apresentou esta proposta, do qual surgiu este processo legislativo e político. Esta proposta é que tem que ser votada. A outra proposta que vem da Comissão, não é uma proposta ao abrigo do artigo 159º. É uma proposta de alteração que, por ser na sua totalidade, toma o texto de substituição, mas não é uma proposta ao abrigo da iniciativa do processo legislativo. Portanto, não se aplica aqui a regra do artigo 159º.

É viabilizada a proposta que tomou a iniciativa e que fez abrir o processo legislativo.

Quando passar para a especialidade, vota-se conforme o artigo 161º, que indica a ordem de votação na especialidade que é a seguinte:

- propostas de eliminação
- propostas de substituição.

Na especialidade, neste caso, vota-se primeiro a de substituição e depois o texto apresentado. Não me parece que possa ser de outra forma, porque isto segue o processo legislativo comum e aquilo que é considerado propostas ou projectos — conforme diz aqui no artigo 159º “...vários projectos ou propostas com o mesmo objecto” — e aquelas que simultaneamente iniciaram o processo legislativo, que não foi o caso.

A Comissão apresenta um texto de alteração.

É este o meu entendimento, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, realmente assim é difícil, porque no espaço de um quarto de hora já houve 3 interpretações completamente diferentes.

Eu não queria fazer nenhuma conferência de líderes sobre esta matéria.

O PSD entende agora que se trata de uma proposta de substituição na especialidade?

Passou a do CDS/PP?

E a votação que se fez na generalidade da proposta de substituição?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma proposta de alteração, só porque é na totalidade, torna a forma de texto de substituição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, se me permite, um contributo para a interpretação do Regimento.

A Comissão não tem poder de iniciativa. Portanto, não pode estar à discussão na generalidade qualquer iniciativa da Comissão.

A Comissão tem a possibilidade de propor, e só isso, alterações ao texto.

As alterações terão que ser sempre, em nosso entender, em sede de especialidade.

Aprovada a iniciativa legislativa do CDS/PP, resta saber se esta Assembleia entende ou não aprovar o texto de substituição. É claro que a Proposta de Resolução é um pouco diferente dos diplomas, porque não está estruturada por articulado, mas o princípio é o mesmo, passo a redundância, ou seja, em sede de especialidade é proposto pela Comissão um texto novo, que vai do artigo 1º ao artigo 57º. Portanto, deve ser votado em conjunto.

O que se deverá agora fazer, em nosso modesto entender e salvo melhor opinião, é pôr à discussão, em sede de especialidade, o texto de substituição proposto pela Comissão e eventualmente fazer depois uma votação final global.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu estou totalmente de acordo com aquilo que disse o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa e julgo que está de acordo com o Regimento.

Esta discussão foi feita na Comissão de Assuntos Sociais, se a memória não me falha, quando se chumbou uma Proposta de Resolução e se apresentou um texto de substituição.

Em meu entender, ao ser chumbado um documento esse documento, está chumbado pura e simplesmente, a não ser que apareçam vários documentos para serem discutidos.

Eu penso que é importante esta discussão para que no futuro isto sirva de doutrina, quer nas Comissões, quer no plenário.

Logo que passe qualquer documento na generalidade, as propostas de substituição são logo as primeiras a serem discutidas, analisadas e votadas.

Presidente: Sendo assim, passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram?

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos terminam hoje por aqui.

Recomeçamos amanhã às 10 horas e de acordo com a conferência de líderes, o período de antes da ordem do dia vai até às 13 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 20 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

José Manuel Avelar Nunes

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco.*